

SANDRA MARA SILVÉRIO

**O SISTEMA TEMPORAL
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

TESE NA ÁREA DE [ESTRUTURA
SENTENCIAL] APRESENTADA COMO
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTORA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA, SOB A ORIENTAÇÃO DA
PROFESSORA DRA. MARIA CRISTINA
FIGUEIREDO SILVA.

FLORIÂNÓPOLIS
FEVEREIRO/2001

SANDRA MARA SILVÉRIO

**O SISTEMA TEMPORAL
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

TESE NA ÁREA DE ESTRUTURA
SENTENCIAL APRESENTADA COMO
REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTORA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA, SOB A ORIENTAÇÃO DA
PROFESSORA DRA. MARIA CRISTINA
FIGUEIREDO SILVA.

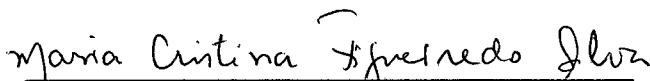
FLORIANÓPOLIS
FEVEREIRO/2001

SANDRA MARA SILVÉRIO

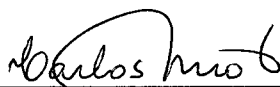
O SISTEMA TEMPORAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso
de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina
pela banca examinadora formada pelos professores:

Orientadora:


Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva (UFSC)

Dra. Roberta Pires de Oliveira (UFSC)



Dr. Carlos Mioto (UFSC)

Dr. Rodolfo Ilari (UNICAMP)

Dr. Sérgio Menuzzi (PUC/RS)

Dra. Ruth Elisabeth V. Lopes (suplente UFSC)

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2001.

À minha mãe Sirlei
A meu pai Lúcio (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial, Sirlei, Lúcio, Imara, Carolina e Mariana, pelo carinho, amizade e suporte que me ajudaram a prosseguir em busca de meus objetivos.

Aos muitos e muitos amigos de UFSC, com quem eu sorri e chorei nesses quatro anos de curso; e os velhos amigos que permaneceram sempre ao meu lado com seu carinho e apoio.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva, pelo incentivo dado desde o meu primeiro curso de sintaxe e pela confiança depositada.

À Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira, por sua grande e inestimável ajuda nas discussões e sugestões neste e em outros trabalhos e porque sua paixão pela semântica me contagiou.

À amiga Giorgia Brazzarola, minha inesquecível professora de italiano, e a seu companheiro Davide Franco, que me ajudaram nos julgamentos relacionados à língua italiana.

Aos professores do curso, grandes mestres, especialmente ao Prof. Dr. Apóstolo Nicolacópulos e Prof. Dr. Carlos Mioto, pelo incentivo, apoio e amizade.

Ao curso de Pós-Graduação em Lingüística, seus coordenadores e funcionários, e à secretária Suzana Rocha, que simplificaram minha caminhada.

Aos professores Dr. Pier Marco Bertinetto (orientador em Pisa) e Dra. Valentina Bianchi da Scuola Normale Superiore.

À CAPES, pelo financiamento de meus estudos e pela concessão da bolsa "sandwich" para aprimorar minha formação na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália).

A todos, os lembrados e os esquecidos: OBRIGADA!

SUMÁRIO

LISTA DE SÍMBOLOS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
1. O REFERENCIAL TEÓRICO	4
1.1 O tratamento semântico	4
1.1.1 A abordagem lógica (clássica)	4
1.1.2 A abordagem referencial	11
1.1.3 Um tratamento baseado em eventos	14
1.1.4 Propondo modificações em Reichenbach (1947)	18
1.2 O tratamento sintático	23
1.2.1 A hipótese <i>Split-Infl</i>	24
1.2.2 O programa minimalista de Chomsky	30
1.2.2.1 Teoria da estrutura frasal	32
1.2.2.2 Teoria do movimento	34
1.2.2.3 Os traços	35
1.2.2.4 Mais sobre economia	39
1.2.2.5 Sobre a ordem das palavras	40
1.2.3. Considerando a estrutura frasal	41
1.2.4. Categorias sincréticas e o Princípio de dispersão de traços	44

2. OS TEMPOS DO PB	52
2.1 Pensando no passado	52
2.1.1 O problema do pretérito perfeito	52
2.1.2 Uma estrutura temporal para o pretérito perfeito	63
2.1.3 Um passado composto peculiar	66
2.2 Pensando no presente	70
2.2.1 O presente simples do PB e o progressivo presente	71
2.2.2 Os problemas do presente em línguas românicas e germânicas	80
2.3 Um pouco de teoria	84
2.3.1 A teoria da relação <i>parte de</i>	86
2.3.2 Pontualidade: uma propriedade de S	90
2.3.3 Revisando a noção de pontualidade	91
2.4 Buscando soluções	98
2.4.1 Presente e interpretação perfectiva	98
2.4.2 Sobre a impossibilidade de uma leitura contínua	104
2.4.3 Sobre a leitura habitual do presente	111
2.4.4 O progressivo	116
2.4.5 O passado composto do PB	123
2.5 Outras consequências da teoria	132
2.6 Concluindo o capítulo	136
 3. UM SISTEMA TEMPORAL MORFOSSINTÁTICO	 145
3.1 A sintaxe que os tempos têm	145
3.1.1 O sistema temporal italiano e inglês (Giorgi & Pianesi 1997)	145
3.1.2 O sistema do latim (clássico)	155

3.1.3 O sistema do português europeu 158

3.2 Uma proposta para o PB 164

3.2.1 O presente simples e o progressivo 164

3.2.2 O pretérito perfeito e o passado composto 167

3.2.3 O pretérito mais-que-perfeito 178

3.2.4 O futuro do presente 180

3.3 Concluindo o capítulo 182

4. TEMPO E MODIFICAÇÃO ADVERBIAL 187

4.1 Modificação adverbial no sistema temporal 187

4.1.1 Revendo fenômenos com adverbiais temporais 188

4.1.2 A proposta de Hornstein (1993) e o PB 189

4.1.3 A sintaxe dos adverbiais de tempo 195

4.2 Concluindo o capítulo 205

CONCLUSÃO 210

BIBLIOGRAFIA 216

LISTA DE SÍMBOLOS

P (operador de tempo passado)	4
F (operador de tempo futuro)	4
e (o evento de Davidson)	15
s (o evento da fala)	18
S (tempo da fala de Reichenbach)	19
E (tempo do evento de Reichenbach)	19
R (tempo de referência de Reichenbach)	19
Σ (a estrutura computada por C_{HL})	30
N (numeração)	30
λ (nível de representação LF)	30
π (nível de representação PF)	30
(π, λ) (expressões lingüísticas de L)	30
δ (o rótulo de um constituinte)	32
P (parte de; uma relação binária)	86
O (sobreposição; uma relação binária)	87
cl (o fechamento de um evento; uma função)	88
Cl (evento fechado; um predicado)	89
\mathcal{E} (um domínio merotopológico)	92
$\langle \mathcal{E}, \delta \rangle$ (estrutura de eventos orientada)	92
d (o divisor de um evento; uma função)	92
\leq_δ (precedência temporal, relativa a um dado d ; uma relação)	92
\approx_δ (simultaneidade, relativa a um dado d ; uma relação)	93

TP_δ (parte temporal, relativa a um dado *d* ; uma relação) 93

TO_δ (sobreposição temporal, relativa a um dado *d* ; uma relação) 95

φ (processo) 102

TPP_δ (parte própria temporal, como relativa a um dado *d* ; uma relação) 102

em (at) (tempo de um evento; uma relação) 108

Gen (genérico; operador diádico) 113

I (intervalo temporal; uma noção) 114

< (indicador de precedência) 114

RESUMO

Esta pesquisa, que investiga a interpretação temporal, desenvolve-se na interface entre sintaxe e semântica. Seu domínio empírico considera sentenças com formas verbais (e sua morfologia flexional) em português brasileiro (PB) e outras línguas românicas e germânicas, como o italiano e o inglês.

Como aparato teórico, usamos a semântica formal, mais especificamente a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) que tem eventos como um primitivo (cf. Parsons 1990): os tempos estabelecem relações entre eventos que correspondem às entidades reichenbachianas. Cada tempo é, nesse contexto, o resultado da composição de uma relação R/E com uma relação R/S, conforme a revisão da teoria de Reichenbach (1947) proposta por Hornstein (1993).

Utilizando uma teoria merotopológica (cf. Giorgi & Pianesi: 1997), mostramos por que o presente simples não denota, na maioria das vezes, a interpretação de presente "real"; tal interpretação é obtida com a morfologia do progressivo presente. No caso do pretérito perfeito, ao qual frequentemente se atribui ambigüidade entre a interpretação de passado simples e a correspondente ao passado composto de outras línguas românicas, mostramos que é possível defender uma única estrutura temporal reichenbachiana, uma vez que a interpretação de passado composto só está disponível mediante modificação adverbial.

Sintaticamente, a pesquisa segue a teoria da gramática gerativa. Utilizando o arcabouço teórico do Programa minimalista (Chomsky 1995), TP é dividido em dois núcleos distintos, onde os morfemas tempo-aspectuais recuperam as relações semânticas estabelecidas em cada tempo verbal: T1, para relação R/S; T2, para a relação E/R. Assim, a distribuição sintática do tempo recebeu um tratamento que acaba considerando também sua interpretação.

ABSTRACT

This research, which investigates temporal interpretation, lies in the interface between syntax and semantics. Its empirical domain covers sentences with verbal forms (and their inflectional morphology) in Brazilian Portuguese (PB) and other Romance and Germanic languages, like Italian and English.

As our theoretical framework, I use formal semantics, more specifically Giorgi & Pianesi's (1997) proposal which has events as its primitive (cf. Parsons 1990), according to which tenses establish relationships between events that correspond to Reichenbachian entities. Each tense is, in this context, the result of the composition of an R/E relation with an R/S relation, following the revision of Reichenbach's theory (1947) proposed by Hornstein (1993).

Making use of a mereotopological theory (cf. Giorgi & Pianesi: 1997), I show that the simple present does not denote, most of the times, the "real" present interpretation; such interpretation is obtained with the morphology of the progressive present. In the case of the past perfect, to which it has often been attributed an ambiguity between the interpretation of simple past and the one corresponding to the past perfect of other Romance languages, I show that it is possible to defend only one Reichenbachian temporal structure, given that the perfect past interpretation is only available by adverbial modification.

Syntactically, the research follows the generative grammar theory. Using the minimalist framework (Chomsky 1995), TP is divided into two different heads, where the tense and aspect morphemes recover the semantic relationships established in every verbal tense: T1, for R/S relation; T2, for E/R relation. In this way, the syntactic distribution of the tense receives a treatment which ends up also considering their interpretation.

INTRODUÇÃO

As teorias lingüísticas preocupadas em descrever sintática e semanticamente uma língua tomam o verbo como um predicator por excelência. E, embora as línguas humanas exibam uma variação em sua morfologia flexional, todas possuem um sistema para exprimir a anterioridade, a simultaneidade ou a posterioridade em relação à enunciação.

O tempo é, por isso, um elemento central na sintaxe das sentenças em qualquer língua natural. Suas propriedades, no entanto, não estão completamente estabelecidas, em particular o seu poder de licenciar a inclusão ou a exclusão de itens lexicais na sentença ou de permitir interpretações semânticas diversas. Sua expressão na língua enquanto categoria abstrata parece mostrar que nenhuma sentença se constrói sem que se leve em conta as exigências de uma sintaxe temporal.

O ponto, entretanto, é delicado: é possível falar de uma "sintaxe" de tempo? O que se pode exigir de uma teoria de sintaxe temporal? São estas as questões centrais que este trabalho se propõe a responder. Para respondê-las, serviram como ponto de partida os contrastes temporais relevados pelo uso dos diversos tempos verbais em sentenças do português brasileiro (doravante PB). Nesse sentido, constatou-se que falar de uma sintaxe temporal envolve fenômenos relacionados à sintaxe, à semântica e à morfologia de uma língua.

Com relação à interpretação temporal, os estudos em semântica definem tempo de formas variadas: tempo é um operador sentencial denotando o tempo em que a verdade da sentença está sendo avaliada; é uma expressão referencial denotando o tempo de um evento; é um predicado temporal análogo ao verbo. A

proposta aqui seguida é a de Giorgi & Pianesi (1997), que tem eventos como primitivo (cf. também Parsons 1990). Neste domínio, os tempos se colocam para estabelecer relações entre eventos que correspondem às entidades reichenbachianas: e, o evento “predicador”; s, o evento da fala. R, o tempo de referência, serve de intermediário nessa relação. Cada tempo é o resultado obtido pela composição de R/E, de um lado, e de R/S, de outro, conforme a revisão proposta por Hornstein (1993) da teoria de Reichenbach (1947).

Sintaticamente, a pesquisa segue a teoria da Gramática gerativa. A inclusão, na Teoria X-barras, de uma categoria máxima, TP, *Tense Phrase* (Pollock 1989), tornou possível investigar os reflexos da afixação morfológica na estrutura frasal. Em termos mais específicos, utilizando o arcabouço teórico do Programa minimalista (Chomsky 1995), TP é dividido em dois núcleos distintos, onde os morfemas tempo-aspectuais recuperam as relações semânticas estabelecidas em cada tempo verbal: T1, para a relação R/S; T2, para a relação E/R. Assim, a distribuição sintática do tempo recebeu um tratamento que acaba considerando também sua interpretação.

A pesquisa, então, se estrutura da seguinte maneira: no primeiro capítulo, estão expostos os referenciais teóricos, semântico e sintático, utilizados no trabalho. No segundo capítulo, encontram-se os fenômenos interpretativos surgidos da atribuição de estruturas semânticas reichenbachianas aos nossos tempos verbais (em particular, o pretérito perfeito e o presente simples) e da comparação do PB com outras línguas românicas e germânicas. O tratamento semântico destes fenômenos é explorado neste mesmo capítulo.

No capítulo 3, busca-se capturar em nível sintático as propriedades temporais analisadas no segundo capítulo. Utilizando o Programa minimalista, na

formulação de Giorgi & Pianesi (1997), são, então, sugeridas derivações para sentenças do PB com predicados em diversos tempos verbais.

Finalmente, o quarto capítulo tem por objetivo compatibilizar alguns fenômenos referentes à modificação adverbial (de tempo) com a análise semântica e sintática anteriormente realizada. Nesta integração, são fundamentais as obras de Hornstein (1993) e de Thompson (1996).

Acreditamos, pois, que a primeira questão – é possível falar de uma “sintaxe” de tempo? – pode receber uma resposta afirmativa pelos resultados obtidos no final desta investigação. Com relação à segunda questão (o que se pode exigir de uma sintaxe temporal?), a expectativa é de que esta pesquisa aponte e explique alguns fenômenos temporais do PB (os aspectuais acabam envolvidos), observando a interpretação temporal e a presença de marcas formais (morfológicas e sintáticas). São estas as exigências a serem satisfeitas por uma investigação dessa envergadura e que se espera tenham sido modestamente cumpridas.

Vale lembrar que a discussão teórica do primeiro capítulo e as partes iniciais do segundo e terceiro capítulo se inspiram diretamente na obra de Giorgi & Pianesi (1997), respeitando sua estrutura argumentativa e sua exemplificação. Os motivos para tal atitude se devem não só à complexidade do assunto e à conseqüente dificuldade de formulação independente, mas igualmente ao fato de que estes autores também se inspiram em argumentações já clássicas, como a de Enç (1986; 1987). Além disso, muitas vezes, foram inseridos exemplos e comentários nossos e de outros autores para um melhor entendimento do que estava então em discussão.

1. O REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O tratamento semântico

Para propor uma análise dos fenômenos relacionados aos sistemas tempo-aspectuais das línguas humanas, vamos rever duas abordagens semânticas disponíveis na literatura especializada: a lógica e a referencial.

1.1.1 A abordagem lógica (clássica)

A abordagem lógica trata os tempos como operadores sentenciais (cf. Prior 1967; Montague 1974; citados por Giorgi & Pianesi 1997: 17) que se aplicariam a formas básicas ou atemporais de uma sentença para produzir uma sentença. O resultado é a alteração do tempo de avaliação de uma sentença para o passado ou o futuro¹ :

- | | | |
|-----|------------------------|--------------------------|
| (1) | a. John saw Mary | /o João viu a Maria/ |
| | b. P[see (John, Mary)] | |
| (2) | a. John will see Mary | /o João vai ver a Maria/ |
| | b. F[see (John, Mary)] | |

Nos casos em (1) e (2), o tempo de avaliação coincide com o tempo da enunciação e os operadores P (passado) e F (futuro) requerem a existência de

¹ Os exemplos deste capítulo são de Giorgi & Pianesi (1997), salvo quando indicado e em exemplos em PB.

um tempo para a proposição onde se aplicam suas condições de verdade. Um modelo utilizado nesse tratamento lógico é uma “tríade” $M = (T, <, V)$, onde T é um conjunto de momentos de tempo, $<$ é uma relação binária *antes que* aplicada ao conjunto T , V é uma função interpretativa que atribui um valor de verdade $V_t(\phi)$ para cada fórmula proposicional ϕ e para um momento $t \in T$. As condições de verdade relevantes para os operadores P e F são dadas em (3a) e (3b), respectivamente:

- (3) a. $V_{M,t}(P\phi) = 1$ sse existe t' , $t' < t$ e $V_{M,t'}(\phi) = 1$
 b. $V_{M,t}(F\phi) = 1$ sse existe t' , $t < t'$ e $V_{M,t'}(\phi) = 1$

$P\phi$ é verdadeira em um tempo t com respeito a um modelo M sse existe um tempo t' que é *anterior* em relação a t , tal que ϕ é verdadeira em t' com respeito a M . Igualmente, $F\phi$ é verdadeira em um tempo t com respeito ao modelo M sse existe um tempo t' *posterior* em relação a t tal que ϕ é verdadeira em t' com respeito a M . Aplicando (3) a (1) e (2), temos:

- (4) a. $V_{M,t}(P('John\ see\ Mary')) = 1$ sse existe t' , $t' < t$ e $V_{M,t'}('John\ see\ Mary') = 1$
 b. $V_{M,t}(F('John\ see\ Mary')) = 1$ sse existe t' , $t < t'$ e $V_{M,t'}('John\ see\ Mary') = 1$

Por (4a), *John saw Mary* é verdadeira em um tempo t sse existe um tempo t' que precede o tempo da enunciação e a proposição atemporal $p = 'John\ see\ Mary'$ é verdadeira em t' . Em (4b), por sua vez, *John will see Mary* é verdadeira quando proferida num tempo t sse existe um tempo futuro t' tal que p é verdadeira em t' .

Essa abordagem é descartada por autores como Giorgi & Pianesi (1997) que retomam as críticas feitas por Enç (1986) e as derivadas das observações de Kamp (1968). Em primeiro lugar, se tempos são operadores, então devem exibir propriedades de escopo semelhantes a de outros operadores e expressões quantificadas, como DPs. Seria esperado, portanto, interações de escopo. No entanto, consideremos (5) e suas duas leituras nas formas lógicas, em (6), que dependem do escopo relativo do NP sujeito e do tempo (adaptado de Enç 1986: 407):

(5) All rich men were sad children

/Todos os homens ricos foram crianças tristes/

(6) a. $\forall x (\text{rich-man}(x) \rightarrow P(\text{sad-child}(x)))$

b. $P(\forall x (\text{rich-man}(x) \rightarrow \text{sad-child}(x)))$

Observamos que, em (6a), o NP sujeito está fora do escopo do operador de tempo passado. Nesta leitura, a proposição é verdadeira sse todo aquele que é um homem rico agora foi uma criança triste num tempo passado. Esse, entretanto, não é o significado de (5) porque em (6a) são considerados somente os homens ricos do presente e a interpretação de (5) inclui também os homens ricos do passado. Na fórmula em (6b), com o operador P com escopo sobre o NP sujeito, a proposição é verdadeira sse existe um tempo no passado quando todo aquele que foi um homem rico naquele tempo foi ao mesmo tempo uma criança triste. Note que a sentença em (5) nunca será verdadeira nesta leitura, uma vez que seria necessário que os indivíduos fossem homens ricos e crianças tristes ao mesmo tempo. As duas fórmulas em (6) são, portanto, inadequadas.

Um outro problema é que operadores temporais introduzidos por morfologia verbal não são suficientes para explicar alguns fatos interpretativos. Compare (7a) e o significado que lhe seria atribuído pela abordagem dos operadores em (7b) - (exemplo (13) de Enç 1986: 409):

(7) a. Every fugitive is now in jail

/Todo (cada) fugitivo está agora na prisão/

b. Todo (cada) x que é *agora* um fugitivo está atualmente na prisão

O significado em (7b) é claramente contraditório. A sentença em (7a), contudo, é uma asserção sobre fugitivos do passado que estão na cadeia no presente. Suas condições de verdade corretas estão em (8):

(8) $\forall x ((P(\text{fugitive}(x))) \rightarrow \text{in-jail}(x))$

Para obter (8), deve-se assumir que o operador P é instanciado pelo DP sujeito, uma vez que o tempo verbal de (7a) é o presente e P não pode, portanto, ser instanciado pelo verbo. Também o escopo do operador não deveria incluir o predicado, mas ser restrito ao sujeito. Entretanto, operadores temporais são normalmente introduzidos por morfemas temporais ligados aos verbos e têm o predicado em seu escopo. Em (7a) não existe esse morfema de tempo passado – isto é, não existe evidência morfosintática de sua presença e não existe um modo para restringir seu escopo ao DP. Na verdade, um operador associado ao DP sujeito poderia tomar escopo sobre toda sentença:

(9) $\forall x (P(\text{fugitive}(x) \rightarrow \text{in-jail}(x)))$

Mas, seguindo a forma em (9), a proposição em (7a) é verdadeira sse todo aquele que foi um fugitivo no passado está neste mesmo tempo na cadeia. Essa leitura não está correta e, conseqüentemente, a hipótese de que DPs introduzem operadores temporais não faz previsões corretas.

Mesmo porque, se DPs introduzem operadores temporais, poderíamos investigar as relações de escopo entre dois DPs, cada um carregando sua interpretação temporal própria (já que têm seu próprio operador temporal). Nessa visão, quando um DP é c-comandado por outro, espera-se que sua interpretação temporal dependa da interpretação temporal deste outro (baseado no ex. (8) de Enç 1986: 408):

(10) Every journalist will have accused a president

/Cada jornalista terá acusado um presidente/

Imagine que (10) é proferida no seguinte contexto: as jornalistas são Mônica, Pat e Reggie. Clinton é presidente agora e ele terá como sucessor Bush. Reggie acusou Reagan enquanto ele era presidente. Pat vai acusar Bush amanhã quando ele será presidente. Mônica acusou Clinton ontem. Em março de 2001 será verdadeiro que cada jornalista acusou um presidente e, portanto, é verdadeiro agora que cada jornalista terá acusado um presidente. Considere-se então quais leituras são permitidas para (10) sob a perspectiva clássica. E uma vez que se está fazendo referência a jornalistas do presente, é esperado que

cada jornalista tenha escopo largo sobre os tempos. As opções são, pois, as três especificadas em (11):

- (11) a. $\forall x[\text{jornalista}(x) \rightarrow \text{FP } \exists y[\text{presidente}(y) \ \& \ \text{acusar}(x, y)]]$
 b. $\forall x[\text{jornalista}(x) \rightarrow \exists y[\text{presidente}(y) \ \& \ \text{FP } \text{acusar}(x, y)]]$
 c. $\forall x[\text{jornalista}(x) \rightarrow \text{F} \exists y[\text{presidente}(y) \ \& \ \text{P } \text{acusar}(x, y)]]$

Em (11a), o NP objeto está dentro do escopo dos dois tempos e a sentença seria falsa sob tal leitura, pois no tempo em que Mônica acusa Clinton ele já não é mais o presidente. Em (11b), o NP objeto tem escopo largo sobre ambos os tempos e a sentença seria falsa nesta leitura porque Bush e Reagan não são presidentes agora. Em (11c), o objeto tem escopo estreito com relação ao tempo futuro, mas tem escopo largo sobre o passado. A sentença seria falsa sobre esta leitura, porque ela trata de presidentes futuros e Reagan não será um presidente no futuro. Todas as leituras disponíveis são falsas, embora seja verdadeiro que cada jornalista terá acusado um presidente. Portanto, a expectativa de que operadores temporais introduzidos por DPs exibam as propriedades normais de escopo sobre expressões quantificadas não produz resultados satisfatórios.

A abordagem de tempo como operador também mostra resultados insatisfatórios para a análise da interação entre os tempos em sentenças complexas (cf. discussão de Kamp 1968, citado por Giorgi & Pianesi 1997: 34, nota 28). Considere as sentenças em (12) e a forma lógica em (13):

- (12) a. A child was born who would be king

/nasceu uma criança que seria rei/

b. A child was born who will be king

/nasceu uma criança que vai ser rei/

(13) $P(\exists x (\text{child}(x) \ \& \ \text{born}(x) \ \& \ F(\text{king}(x))))$

(13) representa (12a), pois (13) é verdadeira sse existe um tempo passado t em que uma criança nasceu e existe um tempo futuro com respeito a t quando é verdade que a criança é rei. Já a sentença em (12b), com futuro simples na oração relativa, não tem suas condições de verdade expressas por (13), dado que (12b) requer que o tempo em que a criança é dita ser rei seja futuro com respeito ao tempo de enunciação *agora*. Uma alternativa seria pensar o operador F como tendo escopo sobre o operador P da matriz:

(14) $FP(\exists x (\text{child}(x) \ \& \ \text{born}(x) \ \& \ \text{king}(x)))$

Mas (14) não é uma boa representação para (12b), pois a forma lógica em (14) requer um tempo futuro t e um tempo t' , sendo $t' < t$, tal que $\text{born}(x)$ e $\text{king}(x)$ sejam ambos verdadeiros em t' . Em (12b), é necessário que os dois tempos sejam avaliados independentemente com relação ao tempo da enunciação².

Cabe ainda uma última observação sobre a combinação dos operadores básicos F e P para obtenção de operadores complexos na abordagem de tempo como operador. Conforme Giorgi & Pianesi (1997: 21), de um lado, em línguas como inglês, por exemplo, existem tempos que podem ser analisados através

² Em nota (cf. p. 34, nota 28), Giorgi & Pianesi (1997) lembram que a abordagem lógica poderia, todavia, dar conta de sentenças como (12b) através da introdução de um outro operador, N , que força a oração relativa a ser avaliada com respeito ao tempo de enunciação (cf. Kamp 1968). A forma lógica de (12b) seria (i):

(i) $P(\exists x (\text{child}(x) \ \& \ \text{born}(x) \ \& \ NF(\text{king}(x))))$

dessa abordagem, como o mais-que-perfeito e o futuro perfeito. Por outro lado, existem tempos compostos que não podem ser descritos através desse tratamento, ou que não se distinguem de outros tempos pela composição de operadores, como acontece com o *Present perfect* e o *Simple past*...

Sob o ponto de vista teórico – e esta é também uma das observações de Hornstein 1993 –, não há nada que previna uma composição ilimitada de operadores, mesmo que nenhuma destas combinações se verifique em qualquer língua. Tal composição ilimitada seria restrita somente por condições *ad hoc*, o que não explicaria por que existe um número limitado de tempos nas línguas humanas.

1.1.2 A abordagem referencial

Descartada a abordagem lógica, podemos analisar a abordagem *referencial*, assim chamada por considerar os tempos como expressões relacionais que codificam diretamente as relações entre entidades temporais. Nesse sistema, o inventário de tempos possíveis é obtido através da interação entre a natureza e o funcionamento das entidades temporais relevantes e a sua realização morfossintática.

Um argumento em favor dessa abordagem é a análise de anáforas temporais (cf. Kamp & Reyle 1993; Partee 1984; citados por Giorgi & Pianesi 1997: 22):

(15) a. John left the room. He was furious.

/o João saiu do quarto. Ele estava furioso/

b. John said that Mary was pregnant.

/o João disse que a Maria estava grávida/

Em (15a), a segunda sentença é entendida como ocorrendo no mesmo tempo da primeira. Na sentença em (15b), por outro lado, a gravidez de Maria pode ser entendida como ocorrendo no mesmo tempo do dizer de João, ou como sendo um evento anterior. Portanto, em (15a) e (15b) podemos dizer que o tempo da segunda sentença é dependente do tempo de outra sentença, a precedente ou a matriz. Esse fenômeno lembra o comportamento dos pronomes (Partee 1973; citada por Giorgi & Pianesi 1997: 22) e sua explicação requer que entidades como tempos e eventos (bem como indivíduos ordinários referentes a objetos espaciais) estejam estocados e possam ser acessados para referência posterior.

Entretanto, tendo ou pontos temporais ou intervalos como objetos ontológicos, seguindo a argumentação de Giorgi & Pianesi (1997: 23), mesmo teorias referenciais apresentam problemas. Consideremos o problema com pontos temporais em uma sentença como *John ran* (*João correu*) e suas diferentes formas lógicas como a em (16a), da abordagem lógica, e (16b), da abordagem referencial:

(16) a. $P(\text{run}(\text{John}))$

b. $\exists t (\text{run}(\text{John}, t) \ \& \ t \leq u)$

Para a sentença ser verdadeira, deve existir um ponto no tempo passado t em que a proposição seja verdadeira. Em (16), portanto, há necessidade de especificar o que acontece em t para uma proposição ser verdadeira e a

dificuldade é exatamente esta: sob que condições *run (John)* é verdadeira em t ? John deve mover sua perna esquerda, a direita, ou ambas? O que acontece se em t John estiver entre duas passadas sucessivas?

Uma solução intuitiva, segundo os autores, seria tomar os tempos como intervalos, e a abordagem referencial teria como primitivo semântico 'ser verdadeira em um intervalo i '. Nesse caso, a proposição *John ran (João correu)* é verdadeira sse existe um intervalo passado i tal que i cobre (ou contém) exatamente um estado de coisas que envolve o correr de John. Entretanto, em uma sentença como a em (17),

(17) John was sick

/João estava doente/

devemos supor que i é um intervalo passado correspondendo à doença de John, desde seu início até seu fim. Seguindo a argumentação de Giorgi & Pianesi (1997: 24), o problema surge quando se tenta acessar o valor de verdade em intervalos que contêm ou são contidos em i . O predicado em (17) é estativo; de acordo com um ponto de vista amplamente aceito (cf. Dowty 1979; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 24), proposições cujo predicado principal é estativo têm a propriedade tal que serem verdadeiras em um intervalo i acarreta serem verdadeiras em qualquer subintervalo de i . Assim, se i' é um subintervalo de i , a doença de John deve se manter também em i' . Suponha, entretanto, um intervalo j que contém i . Então, existe uma parte de j em que John está doente (i) e outra parte em que ele não está doente (i') [sic]. Qual é o estatuto de proposições correspondentes a (17) com respeito a j ? (17) não é verdadeira em j , dado que as

condições de subintervalo não são satisfeitas em j devido a i' [sic]. Por outro lado, (17) não pode ser falsa em j . A negação, *John was not sick*, não é verdadeira em j , pois existem subintervalos em que ela não é verdadeira, pelo menos em uma interpretação ingênua de negação e sob a assunção de que a negação de um predicado estativo produz ainda um estativo. Assim, para (17) não é possível atribuir um valor de verdade em j .

A este ponto, precisamos fazer alguns comentários. Embora a argumentação dos autores seja razoável, não conseguimos encontrar um exemplo em que temporalmente um estado em um intervalo de i precise ser avaliado em um intervalo maior. Em outras palavras, em geral, é o estado em seu perdurar que é avaliado e não o recorte de tempo maior que o envolve. Além disso, há propostas de sucesso na literatura que se utilizam da noção de intervalo e que não podem ser descartadas, como, por exemplo, os trabalhos de Enç (1986, 1987), Parsons (1990), entre outros. Assim, embora não estejamos assumindo a noção de intervalo como um primitivo em nosso trabalho, ela não será descartada na avaliação de alguns fenômenos referentes às interpretações aspectuais do tempo presente e do imperfeito (cf. seção 2.4.2)³.

1.1.3 Um tratamento baseado em eventos

Uma alternativa aos tratamentos vistos até aqui é considerar que sentenças como a em (17) envolvem referência a eventos, i.e., (17) seria verdadeira sse existe no passado um estado de doença de John. Segundo Giorgi

³ Surpreendentemente, embora Giorgi & Pianesi (1997), como reproduzimos anteriormente, desenvolvam argumentação contra a utilização da noção de intervalo, ela será bastante usada por estes autores na explicação dos fenômenos relativos às leituras habituais e genéricas do tempo presente (cf. seção 2.4.3 do capítulo 2).

& Pianesi (1997: 25), hipotetizar a existência de entidades como eventos e estados não acarreta os mesmos problemas levantados pelas demais abordagens. As condições de verdade para as proposições seriam similares àquelas de uma sentença existencial normal, como *existe uma mesa*. Portanto, Giorgi & Pianesi (1997) admitem eventos individuais em sua ontologia de base de tal modo que proposições são avaliadas com respeito a um mundo que inclui ambos, objetos e eventos (estados inclusos), tais como um correr particular de João, o comer de Maria etc.

Do ponto de vista formal, vamos defender com os autores que verbos têm um argumento para eventos em sua estrutura predicativo-argumental – no sentido de Davidson 1967; Higginbotham 1983, 1985, 1989; Parsons 1990 (autores citados por Giorgi & Pianesi 1997: 25). Uma sentença como a em (18a) tem a forma lógica como em (18b)

(18) a. John ran

b. $\exists e (\text{run}(\text{John}, e))$

(18a) é verdadeira sse existe um evento *e* (passado)⁴ que é o correr de John; ela envolve uma quantificação existencial sobre eventos individuais, sendo a variável eventiva dada pelo predicado.

Segundo Giorgi & Pianesi (1997), o objetivo de Davidson é explicar o fato de que a verdade de (19a), abaixo, acarreta a verdade de (19b) baseado unicamente nas propriedades de suas formas lógicas:

⁴ Note que nada em (18) diz que o evento é passado. Os autores comentam o uso de uma linguagem para formas lógicas com variáveis diversas, onde *e* tem alcance sobre eventos. Alternativamente, *e* pode ser substituído por *x*, por exemplo (cf. nota 35, p. 35).

- (19) a. John buttered the toast slowly
 /João amanteigou a torrada vagarosamente/
 b. John buttered the toast
 /João amanteigou a torrada/

Observando (19), Davidson mostrou que o acarretamento entre as sentenças é obtido se assumirmos que:

- (a) predicados verbais têm uma posição eventiva;
- (b) (pelo menos alguns) adverbiais são predicados eventivos; e
- (c) um quantificador existencial oculto prende a variável eventiva.

Assim, as sentenças em (20a) e (20b) mostram a seguir as formas lógicas de (19a) e (19b), respectivamente⁵:

- (20) a. $\exists e$ (butter (John, the-toast, e) & slow (e))
 b. $\exists e$ (butter (John, the-toast, e))

Outros estudiosos têm fornecido também evidências favoráveis à inclusão de eventos na forma lógica de sentenças. É o caso de Parsons (1990) que analisa contextos com verbos de percepção. O autor mostra que este tipo de contexto se caracteriza por ser uma sentença envolvendo um predicado de percepção

⁵ Giorgi & Pianesi (1997: nota 36, p. 35) comentam que Davidson construiu seu argumento a partir da teoria de eventos de Reichenbach (1947). O ponto de contato entre as duas teorias é que a forma lógica de uma sentença como *Brutus stabbed Caesar* contém um quantificador existencial. Os dois autores diferem, entretanto, no modo como analisam eventos – para Davidson eles são *indivíduos*, enquanto para Reichenbach eventos são constituídos de *atos*.

seguida por uma oração tendo a estrutura de uma sentença simples em que o tempo se perde. Nos exemplos em (21) – (traduzidos de Parsons 1990: 15):

- (21) a. Maria viu *Brutus apunhalar César*
 b. Maria viu que Brutus apunhalou César

vemos que em (21a) a oração em itálico é uma sentença simples, exceto pelo fato de que não apresenta tempo. Ela deve ser comparada a (21b), cujo conteúdo se encontra em um contexto opaco. Se César é o imperador, então (21a) acarreta que Maria viu o esfaqueamento do imperador por Brutus, mas (21b) não acarreta que Maria viu o esfaqueamento do imperador; nesta última, pode ser o caso que Maria tenha tido apenas evidências indiretas do acontecimento, como ver César caído e Brutus segurando o punhal ao lado do corpo. Dito de outro modo, (21a) acarreta ‘Brutus apunhalou César’, mas (21b) não.

A análise proposta por Parsons (1990) pode explicar este contraste demonstrando que em (21a) o sujeito percebe um certo *evento*, um *evento* do tipo descrito pela oração encaixada. Ela teria, assim, uma forma lógica como em (22a), e (21b), uma forma lógica como a em (22b):

- (22) a. $(\exists e)[\text{Ver}(e) \ \& \ \text{Suj}(e, \text{Maria}) \ \& \ (\exists e') [\text{Apunhalar}(e') \ \& \ \text{Suj}(e', \text{Brutus}) \ \& \ \text{Obj}(e', \text{Cesar}) \ \& \ \text{Obj}(e, e')]]$
 b. $(\exists e)[\text{Ver}(e) \ \& \ \text{Suj}(e, \text{Maria}) \ \& \ (\exists e') [\text{Apunhalar}(e') \ \& \ \text{Suj}(e', \text{Brutus}) \ \& \ \text{Obj}(e', \text{Cesar})]]$

ou seja, em (21a), existe um evento (estado) de ver cujo sujeito é a Maria e cujo objeto é o evento de esfaqueamento de Cesar por Brutus. No caso de (21b), temos: existe um evento (estado) de ver cujo sujeito é a Maria e existe um evento de apunhalar cujo sujeito é Brutus e cujo objeto é César. Em outras palavras, em (21a) o próprio evento de esfaquear é o objeto de ver, enquanto em (21b) a proposição é o objeto⁶.

Como conclusão, entendemos que a abordagem semântica baseada em eventos apresenta vantagens em relação às abordagens lógica e referencial, resolvendo outras questões empíricas, tais como acarretamento entre proposições e contextos de percepção.

1.1.4 Propondo modificações em Reichenbach (1947)

Giorgi & Pianesi (1997: 26-7) vão desenvolver uma teoria baseada na hipótese de que "os tempos estabelecem relações entre eventos. De acordo com essa proposta, a forma lógica de um tempo contém termos que se referem a eventos particulares, *e* e *s* (o evento da fala), e um termo introduzindo uma relação de precedência temporal entre eles" (a tradução é nossa).

Assim, uma sentença simples como a em (23a) recebe a representação semântica como em (23b):

(23) a. John ate an apple

/João comeu uma maçã/

b. $\exists e \exists x (\text{eat}(e, \text{John}, x) \ \& \ \text{apple}(x) \ \& \ e < s)$

⁶ Outras evidências linguísticas sustentam a existência de um argumento de evento. Ver em especial o cap. 2 de Parsons (1990).

(23b) traz incorporada a forma verbal de passado. No caso de tempos compostos, contudo, é necessária alguma implementação, pois somente através de dois pontos não poderíamos distinguir os tempos simples dos compostos.

A teoria proposta por Reichenbach se baseia em três entidades temporais primitivas ordenáveis: a primeira, *S*, refere-se ao tempo da enunciação; a segunda, *E*, denota o tempo do evento e é licenciada pelo predicado da sentença; a terceira entidade é *R*, o ponto de referência. A existência desse terceiro ponto – proposto por Reichenbach a partir de Jespersen (1924) – é justificada pela distinção entre o *Simple past* e o *Present perfect*. Se, em uma sentença como (24),

(24) Now I have eaten enough

/Agora eu tenho comido suficiente/

supormos que *R* está presente e que adverbiais de tempo se referem a ele, então podemos dizer que a possibilidade de (24) ser aceitável se deve à representação⁷ $E _ R, S$ do *Present perfect*; o *Simple past*, cuja representação é $E, R _ S$, seria incompatível com o adverbial *now* (cf. Giorgi & Pianesi 1997: 35, nota 39).

O modelo reichenbachiano tem sido adotado e revisto por muitos estudiosos (Hornstein 1993; Comrie 1976; entre outros); uma das mais produtivas propostas feitas é a de que se considere que a relação entre *E* e *S* jamais se realize de forma direta, mas pela mediação do ponto *R*. Estamos, portanto, diante de duas relações: uma, entre *R* e *S*, que Giorgi & Pianesi (1997) denominarão *T1*;

⁷ Na representação de Reichenbach (1947), a vírgula indica simultaneidade entre os pontos, o travessão indica precedência temporal do elemento à esquerda.

outra, entre E e R, chamada T2 pelos autores. As relações possíveis são as seguintes (cf. (46) de Giorgi & Pianesi, 1997: 27)⁸:

(25)	T1:	S __ R	futuro	T2:	E __ R	perfeito
		R __ S	passado		R __ E	prospectivo
		(S , R)	presente		(E , R)	neutro

Os autores assumem, portanto, que tempos são composições de uma relação do tipo T1 com uma relação do tipo T2. A representação do *Present perfect*, por exemplo, é o resultado da combinação S,R com E__R que produz E__R,S, enquanto o *Simple Past* é o resultado de R__S mais E,R, produzindo a representação E,R__S.

Empiricamente, esse tratamento permite explicar os dados do *Future perfect*, que resultaria da combinação de S__R e E__R. Comrie (1985; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 28) mostra que em inglês (e em italiano) uma sentença como a em (26) é ambígua,

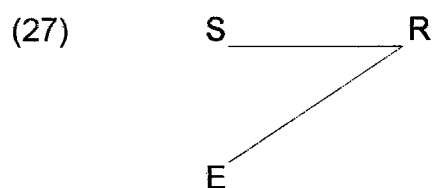
(26) John will have finished his manuscript by tomorrow

/João terá terminado seu manuscrito até (por) amanhã/

pois não podemos saber a localização temporal exata entre o terminar do manuscrito (E) e o tempo S. Em uma interpretação, pode ser que John tenha já terminado seu manuscrito quando a sentença é proferida (S); em outra, o terminar (E) pode ser localizado como simultâneo a S; e em uma terceira interpretação, o

⁸ As relações de simultaneidade estão entre parênteses porque apresentam um estatuto diferenciado na proposta de Giorgi & Pianesi (1997). Ver seção 3.1.1 (3º capítulo).

terminar (E) se localiza como futuro à enunciação (S), qualquer momento entre S e *amanhã*. Essa ambigüidade pode ser capturada através da representação que resulta da combinação de T1 e T2 (cf. (48) de Giorgi & Pianesi 1997: 28):



Notar que, por (27), não existe um modo único de ordenar as três entidades temporais, dado que a relação E/S não é especificada.

Outra vantagem dessa proposta (cf. em Comrie 1985 e em Hornstein 1990) é que ela limita o número de tempos morfológicos existentes. Sem a modificação, a expectativa é de que para cada possível posição de E exista uma realização morfológica diversa.

Por fim, como o sistema é baseado sobre três objetos primitivos mais as relações binárias que o limitam, ele pode ser facilmente adquirido, satisfazendo assim um importante requisito para qualquer teoria temporal. Em (28), abaixo, segue o inventário de tempos, baseado em Hornstein (1990: 117), com o acréscimo de um “futuro distante” de Giorgi & Pianesi (1997: 29, ex. (49)):

(28) present:	$(S, R) \cdot (R, E) = S, R, E$
past:	$(R_S) \cdot (E, R) = E, R_S$
future:	$(S_R) \cdot (R, E) = S_R, E$
present perfect:	$(S, R) \cdot (E_R) = E_S, R$
future perfect:	$(S_R) \cdot (E_R)$

past perfect:	$(R_S) \cdot (E_R) = E_R_S$
future in past:	$(R_S) \cdot (R_E)$
proximate future:	$(S, R) \cdot (R_E) = S, R_E$
distant-future:	$(S_R) \cdot (R_E) = S_R_E$

No inventário em (28), as estruturas temporais que aparecem após o sinal de igualdade são a expressão dos casos em que a relação entre E e S pode ser inferida sem ambigüidade.

Para motivar a proposta de divisão em T1 e T2, Giorgi & Pianesi (1997: 29) hipotetizam uma distinção categorial entre os dois, dado que os morfemas que realizam cada uma dessas relações têm conteúdo (*traços* temporais ou *traços- τ*) e comportamento morfossintático diferentes (ver cap. 3, seção 3.1.1). T1 e T2 são, pois, categorias lexicais distintas que atribuem, sob regência, uma *T-role* (*função-T*) a posições de evento na grade temática do verbo. Os autores estabelecem então um T-critério (trad. livre de Giorgi & Pianesi 1997: 29):

(29) **T-critério:**

cada *função-T* deve ser unicamente atribuída a uma posição de evento, e
cada posição de evento deve receber no máximo uma *função-T*.

Semelhante à função- θ , uma função-T é um instrumento formal que permite a identificação do argumento “eventivo” do verbo, ou de modo geral de um predicado, com um lugar argumental vazio na grade-T do predicado temporal, atribuindo-lhe assim sua interpretação temporal específica. Do ponto de vista

morfológico, segundo os autores, (29) faz uma generalização correta, uma vez que no máximo um morfema temporal aparece em cada verbo.

Para concluir essa parte dedicada ao tratamento semântico, podemos sintetizar o que foi exposto da seguinte forma:

a) os vários tempos são resultados da composição da relação entre T1 e T2;

b) a semântica de formas verbais simples resulta de uma relação entre um evento identificado pelo predicado, *e*, e o tempo da fala, *s*. Estes últimos correspondem às entidades reichenbachianas E e S;

c) no que se refere ao ponto R, este é inserido como implementador do sistema temporal. Senão vejamos: T1 e T2 legitimam uma relação entre as variáveis eventivas *e* e *s*; a variável correspondente a R é a conexão entre a variável do evento e o contexto. Quando o contexto relevante é extra-sentencial, a ligação se estabelece com o evento da fala; quando é intra-sentencial, R é determinado (fornecido) pela oração em posição superior na estrutura ou por um auxiliar.

1.2 O tratamento sintático

O tratamento sintático utilizado para o sistema temporal se fundamenta nos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa, em particular o do Programa Minimalista – PM (Chomsky 1995).

Inicialmente, expõem-se algumas propostas pertencentes ao quadro delineado por *Lectures on government and binding* – LGB (Chomsky 1981), dado que não se pode perder de vista os avanços teóricos que esta obra trouxe aos estudos lingüísticos de modo geral. É baseado na LGB, por exemplo, que Pollock

(1989) formulou a hipótese que divide o nóculo INFL em dois outros, AGR-P, para a concordância número-pessoal, e TP, para tempo.

Em seguida, na seção 1.2.2 e subseções, serão expostas as principais idéias referentes ao PM. Vale lembrar que as atuais versões deste programa não apresentam mais a divisão AGR/TP, reformulação que aqui poderia ser acomodada. Entretanto, uma vez que se gostaria de incluir a contribuição morfológica no sistema lingüístico, optou-se por manter as duas projeções.

1.2.1 A hipótese *Split-Infl*

A análise de morfemas verbais tem se tornado mais e mais importante para a investigação lingüística em gramática gerativa a partir da formulação da hipótese *Split-Infl*, de Pollock (1989), sobre a arquitetura oracional. De acordo com essa hipótese, o nó I, o núcleo da oração, se divide em duas projeções diferentes. Uma, chamada AGR, para traços de concordância de gênero, número e pessoa; outra, chamada T, para traços temporais. A análise de Pollock se baseava principalmente na distribuição da negação e de adverbiais, na linha originalmente desenvolvida por Emonds (1976; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 3). Pollock propõe que o núcleo de uma oração é a projeção temporal T; de acordo com outros estudiosos (cf. Chomsky 1991; Belletti 1990), este núcleo é AGR.

Neste trabalho, assume-se que AGR é mais alto que T, ainda que se reconheça que a hipótese é controversa. A discussão de Pollock se fundamenta na evidência *distribucional* – ou seja, na análise da distribuição em uma sentença do verbo, do auxiliar, da negação e de vários advérbios. A idéia crucial é que

diferentes ordens lineares não são devidas a uma diferente posição de base da negação ou de advérbios com respeito ao verbo e ao auxiliar, mas são determinadas por uma aplicação da regra *Mova- α* , que alça o núcleo verbal para uma posição diversa. As diferenças no movimento de núcleo determinam as diferenças entre sentenças de uma mesma língua e entre as línguas. Essa hipótese tem sido preferida à alternativa em que o advérbio e a negação se movem porque é justificada em bases morfológicas. O verbo de fato se alça para incorporar as desinências morfológicas. Além disso, como discutido por Pollock (1989), AGR e T podem ser separados por projeções intervenientes, dado que eles são dois núcleos distintos. Dessa maneira, certos fatos distribucionais podem ser explicados pela hipótese de que a projeção NEG ocorre entre os dois. A evidência relevante pode ser brevemente ilustrada⁹:

(30) John has not seen Mary

/João não tem visto Maria/

(31) Jean n'a pas vue Marie

Neste caso, o inglês e o francês apresentam comportamento igual pois o auxiliar precede a negação (*not* em inglês e *pas* em francês) nas duas línguas. Consideremos, entretanto, os seguintes exemplos:

(32) John does not see Mary

/João não vê Maria/

⁹ Lembramos que os exemplos são de Giorgi & Pianesi (1997), salvo quando indicado ao contrário ou em exemplos e traduções em PB (cf. nota 1).

(33) Jean ne voit pas Marie

Deixando de lado a presença do auxiliar *do* em inglês, as duas línguas exibem um contraste, uma vez que a negação precede o verbo principal em inglês (cf. (32)), mas segue o verbo principal em francês (cf. (33)). Observemos agora a distribuição de um advérbio como *often* (*frequentemente*; francês *souvent*), que é gerado no especificador da projeção V:

(34) a. Jean a souvent vu Marie

b. John has often seen Mary

/João tem frequentemente visto Maria/

(35) a. Jean voit souvent Marie

/João vê frequentemente Maria/

b. John often sees Mary

/João frequentemente vê Maria/

Nas sentenças acima, novamente, o inglês e o francês não diferem quando existe um auxiliar (cf. (34a)/ (34b)), e divergem quando existe uma forma verbal simples (cf. (35a) / (35b)). Estes dados têm sido explicados pela proposta de que auxiliares se alçam de sua posição de base para a projeção funcional mais alta, T, de acordo com Pollock (1989), e AGR, de acordo com outros estudiosos. Verbos plenos se movem assim em francês, mas não em inglês. O alçamento de um verbo pleno em francês por T e AGR (ou AGR e T) determina a ordem linear observada, porque o verbo passa sobre o adverbial de VP *souvent* e sobre a projeção NEG, “pousando” na projeção funcional mais alta. Verbos plenos não se

movem em inglês, e portanto o verbo é precedido pela negação em (32) e pelo advérbio em (35b). O italiano (ver Belletti 1990) é quase como o francês, e o PB apresenta um comportamento semelhante ao do italiano. Consideremos os exemplos seguintes:

- (36) a. Gianni non ha più incontrato Maria
 a'. O João não tem (mais) encontrado a Maria
 b. Gianni non incontra più Maria
 b'. O João não encontra (mais) a Maria
- (37) a. Gianni ha spesso incontrato Maria
 a'. O João tem (sempre) encontrado (sempre) a Maria
 b. Gianni incontra spesso Maria
 b'. O João (sempre) encontra (sempre) a Maria

Ambos, o auxiliar e o verbo pleno, precedem a negação, se se considera *mais* – *più* em italiano – como elemento negativo¹⁰. No que tange ao adverbial de VP, no italiano, este precede o verbo, mas no PB o advérbio pode preceder ou seguir o verbo. Portanto, este tipo de advérbio não é conclusivo para determinar a extensão do movimento do verbo em PB. Considerem-se, entretanto, as formas infinitivas:

¹⁰ Tal assunção é, para nós, bastante controversa, pois a presença ou ausência do *mais* gera sentenças diferentes do ponto de vista interpretativo. Entretanto, como mostram outros estudiosos, em casos onde um segundo elemento negativo aparece é esta posição pós-verbal, a do *mais*, que tal elemento vai ocupar (cf. *o João não lê nada*, de Figueiredo Silva 1996: 56).

(38) a. Ne pas rencontrer Marie...

Lit.: Não NEG encontrar Marie...

b. Rencontrer souvent Marie...

Lit.: Encontrar sempre Marie...

(39) a. Non incontrare più Maria...

a'. Não encontrar mais a Maria...

b. Incontrare spesso Maria...

b'. Encontrar sempre a Maria...

Em francês, o infinitivo não se move passando sobre a negação, mas se move passando sobre o advérbio de VP – isto é, o infinitivo é alçado para uma projeção funcional intermediária (AGR, para Pollock; ou T, para Belletti). Em italiano, por outro lado, não existe diferença entre as formas verbais infinitas e finitas. O verbo sempre se alça passando sobre ambos, o advérbio de VP e a negação. O PB, como se vê nos exemplos, se comporta como o italiano, com o verbo passando também sobre o advérbio de VP e a negação (ver, contudo, nota 10).

Resumindo, esses dados mostram que a hipótese *Split-Infl* faz boas previsões sobre a ordem linear em várias línguas. Os dados apresentados não poderiam ser explicados fazendo apelo para uma única projeção I. Além disso, a discussão mostra que as línguas podem explorar várias opções de movimento, como nenhum movimento de verbo (inglês), movimento longo e curto do verbo (francês), e movimento longo do verbo (italiano). Finalmente, a divisão de I cria uma posição *Spec* adicional, o *Spec* de T. Na literatura, existem especulações sobre a função desta posição. Tem-se defendido que o *Spec* de T é o local para projeções temporais, como é o caso, por exemplo, do ZP (~~Zeit Phrase~~) de Stowell

(1992). Também se defende que tal posição é uma posição A para sujeitos, como, por exemplo, em islandês (ver Jonas & Bobaljik 1993, citados por Giorgi & Pianesi 1997: 5).

De um ponto de vista conceitual, a proposta de Pollock levanta várias questões para pesquisas futuras. De um lado, a natureza e as propriedades sintáticas das categorias funcionais, AGR e T (e outras postuladas em trabalhos recentes), precisam se tornar mais precisas. De outro, a representação da interpretação temporal e aspectual que é associada com a categoria T deve ser investigada mais profundamente.

O objetivo do trabalho de Giorgi & Pianesi (1997) é conectar o nível morfossintático com a representação semântica de tempo e aspecto. Portanto, as assunções relacionadas à morfossintaxe de um lado e à representação temporal de outro serão discutidas brevemente. Lembre que nos trabalhos anteriores à hipótese *Split-Infl* não se mencionava explicitamente uma projeção temporal, e a informação temporal era listada com os traços de concordância.

Resumindo: abstraindo de perífrases e adverbiais, nas línguas naturais tempo e aspecto são tipicamente expressos através da morfologia verbal. A hipótese que vamos defender com Giorgi & Pianesi (1997) é que as línguas (e as sentenças de uma mesma língua) carregam informação temporal e aspectual diferentes porque os morfemas expressando tempo e aspecto exibem propriedades diferenciadas. Nessa perspectiva, a hipótese pode ser formulada como segue: as diferenças na interpretação temporal e aspectual entre as línguas são devidas às diferenças no sistema morfológico que é usado para expressá-las. É também através das diferenças morfológicas que é possível encontrar uma explicação para as interpretações temporais e aspectuais diversas. Desse modo,

o sistema temporal e aspectual de uma dada língua pode se tornar previsível a partir de um ponto de vista teórico e tornar explicável o processo de aquisição no domínio tempo-aspectual.

Nesse trabalho será mostrado, então, que as diferenças na realização morfossintática das categorias verbal e temporal entre, por exemplo, português e italiano, desempenham um papel maior na explicação de diferenças sutis no domínio interpretativo. Ademais, em seus trabalhos recentes, Chomsky reconhece a importância da variação morfológica, propondo que a morfologia é o lugar de diferenças entre as línguas e de parametrização. Essa idéia de que parâmetros são parte da informação lexical não é nova, tendo sido proposta e discutida nos anos 80 por Borer (1984) e por Wexler e Manzini (1988)¹¹, entre outros, mesmo que nunca tenha sido aplicada ao domínio da interpretação temporal e aspectual antes. Para Giorgi & Pianesi (1997), tal perspectiva é correta e os autores tentam reformulá-la nos moldes do programa minimalista, que parece o quadro mais apropriado para capturar e expressar a idéia de parâmetros como variação morfológica.

1.2.2. O programa minimalista de Chomsky

Chomsky (1994) propõe que a estrutura Σ é construída sobre uma *matriz* (*array*), ou melhor, uma *Numeração* (N), de escolhas lexicais. Dado N , o sistema computacional (C_{HL}) computa até N convergir em PF e LF, produzindo o par (π, λ) , onde π é interpretado na interface perceptual-articulatória e λ na interface

¹¹ Autores citados por Giorgi & Pianesi (1997: 6).

intencional-conceitual. π é uma representação de PF, e λ é uma representação de LF. A derivação converge em um certo nível se ela produz uma representação que é interpretável naquele nível. Ela *converge* se produz representações que são interpretáveis em PF e LF. De acordo com essa hipótese, a estrutura-D e a estrutura-S não são necessárias, e os únicos níveis de representação são as interfaces PF e LF.

Chomsky (1994: 5) também afirma que nem todo par (π, λ) formado por uma derivação convergente é uma expressão lingüística de L – ou seja, da língua em questão. Para pertencer a L, a derivação relevante deve ser aquela *optimal*, i.e., ela deve obedecer a certas condições naturais de economia. Derivações menos econômicas são bloqueadas em favor daquelas mais econômicas. Finalmente, como mostra Chomsky (1994), as considerações de economia se aplicam somente às derivações alternativas partindo da *mesma* numeração.

Em qualquer fase da derivação, a estrutura Σ se constitui apenas dos elementos já presentes em N , e nada mais pode ser acrescentado pela própria computação. E, mais importante, os elementos constitutivos da numeração inicial que são selecionados do léxico são feixes de traços, lexicais, morfológicos ou fonológicos.

A operação *Spell-Out* tem um papel importante na estrutura geral da abordagem minimalista. Uma aplicação bem sucedida da operação *Spell-Out* está fortemente ligada às propriedades morfológicas de itens lexicais. *Spell-Out* pode se aplicar à estrutura Σ já formada em qualquer ponto da derivação. A operação “arranca” de Σ os elementos relevantes para PF (ou seja, os traços fonológicos), deixando aqueles relevantes para LF. Ela então entrega Σ_π (i.e., a Σ “arrancada”) para a morfologia, que constrói unidades do tipo palavras. Chomsky denomina o

subsistema mapeando o *output* de morfologia para PF de *componente fonológico*, enquanto o sistema que prossegue a computação até LF é denominado *componente coberto*. A derivação não converge se a numeração inicial não tiver sido totalmente utilizada. Dado que após *Spell-Out* nem o componente fonológico nem o componente coberto têm acesso à numeração, esta deve estar esgotada quando *Spell-Out* se aplica. A operação *Spell-Out* pode acontecer em qualquer lugar, pois a derivação não converge – ou seja, ela se arruina no caso de uma escolha errada. Note também que qualquer distinção entre pré- e pós- *Spell-Out* é vista como um reflexo da morfologia no componente morfológico.

1.2.2.1. Teoria da estrutura frasal

Um marcador frasal é formado por duas operações: *Merge* (*fusão*) e *Move- α* . *Merge* forma unidades maiores partindo daquelas anteriormente construídas. Estas unidades maiores são conjuntos do tipo $\{\alpha, \beta\}$ formados a partir da aplicação de *Merge* a α e β . Um processo independente de *projeção de traços* (*Project*) determina o *rótulo* deste novo objeto, de tal maneira que, por exemplo, os constituintes nominais possam ser distinguidos dos verbais nas interfaces. O rótulo, δ , é um conjunto de traços que deve ser construído a partir dos dois constituintes α e β . Chomsky (1994) mostra que δ é ou α ou β , um deles se tornando então o núcleo. Portanto, o resultado da operação complexa *Merge* + *Project* (ou *Move* + *Project*, ver discussão adiante) quando aplicada a α e β é $\gamma = \{\delta, \{\alpha, \beta\}\}$, onde δ é o núcleo que projeta. Nesse sentido, a operação complexa formada (que se pode continuar a chamar *Merge* [*Move*] por conveniência) é assimétrica uma vez que, dos dois objetos a que ela se aplica, somente um

projeta. Finalmente, *Merge* é, por definição, uma operação binária. Portanto projeções não ramificantes estão desautorizadas. Tal consequência bem-vinda segue sem qualquer outra estipulação.

A operação *Move* pode ser uma operação de substituição ou de adjunção. Substituição pode ser descrita como segue: dado o marcador frasal Σ , *Move* seleciona K e α , tal que K domina ou c-comanda α . Ela então forma o novo constituinte $\gamma = \{\delta, \{K, \alpha\}\}$ e a cadeia (α_1, α_2) . Além disso, segundo Chomsky, o constituinte alvejado, K , sempre projeta de modo que o rótulo de γ é o núcleo de K .

Mencionamos anteriormente *marcadores frasais*. Neste sistema, contudo, eles não têm qualquer estatuto teórico, pois a única noção relevante é a de *conjunto* não-ordenado. Ordenação esquerda-para-direita é um traço distintivo de marcadores frasais, mas tal noção é vazia de sentido por definição se aplicada a conjuntos não-ordenados. Seguindo Chomsky, os autores vão continuar a usar marcadores frasais para representar a estrutura das sentenças porque é um meio simples e familiar de visualizar estruturas lingüísticas, mesmo se a noção tem um significado diferente na teoria atual com respeito ao que tinha em teorias pré-minimalistas.

Adjunção é uma operação de movimento que forma uma categoria de dois segmentos, diferente portanto da operação de substituição, que forma uma nova categoria; Chomsky (1994: 23) também afirma que adjunção é uma opção muito limitada no arcabouço minimalista.

1.2.2.2. Teoria do movimento

Uma contribuição crucial da abordagem minimalista é o esclarecimento da noção de movimento. Já vimos que o repertório de operações básicas contém *Move*, que basicamente não difere de *Move- α* da teoria *Government and Binding*, GB, de Chomsky 1981 (ao menos na formulação feita até aqui; ver discussão adiante). Agora é possível, no entanto, motivar a existência de tal operação, e de movimento *tout court*, dando uma formulação precisa para idéias que circundaram a literatura GB por um longo tempo. Crucialmente, o movimento de um objeto lingüístico α é devido à necessidade de satisfazer as propriedades do próprio objeto α . Ou seja, movimento é admitido apenas se as propriedades de α (essencialmente morfológicas) não puderem ser satisfeitas de outro modo na derivação. Essas propriedades estão codificadas nos traços que formam o conteúdo do objeto lingüístico, e o processo de satisfação é realizado através de um mecanismo (de checagem) que (1) coloca em pares os traços relevantes de α com aqueles de uma categoria apropriada (o alvo); e (2) aceita (ou rejeita) a configuração do *input* dependendo da correspondência (ou não) dos traços.

Se não há correspondência dos traços, a derivação se arruina. Segue, como consequência natural dessa teoria, que movimento afeta somente objetos que têm traços não-checados (i.e., propriedades ainda não satisfeitas). Com essas modificações, a operação *Move* não tem pares ordenados de objetos lingüísticos em seu domínio (o movedor e o alvo), mas sim pares ordenados de traços $\langle f_1, f_2 \rangle$. Em tal par, f_1 é não-checado, e o resultado de *Move* é uma configuração em que f_1 está em uma relação de checagem com f_2 . Portanto, a

operação Mova- α (α uma categoria) é substituída por Mova-F (F de *feature* – traço).

Esse modo de encarar movimento tem vantagens teóricas e empíricas sobre as formulações anteriores. Por exemplo, não existem princípios adicionais restringindo movimento para casos de autofavorecimento (portanto, impedindo uma categoria de se mover em benefício de algum outro constituinte). O comportamento de *Move* completamente direcionado para o seu objetivo é simplesmente devido ao fato que a operação “olha” somente traços não-checados. Tal situação, por sua vez, requer que os traços de uma estrutura Σ sejam apropriadamente marcados de modo que a distinção entre traços checados e não-checados possa ser imediatamente identificada.

1.2.2.3. Os traços

Antes de explorar a última questão, contudo, vejamos de onde se originaram os traços. Como se disse, num certo sentido, objetos lingüísticos não são nada mais que traços e conjunto de traços. Por exemplo, Chomsky (1993) representa um item lexical *l* como $\{\alpha, \{F_1, F_2, \dots, F_n\}\}$, onde α é um complexo morfológico e $F_1 \dots F_n$ são traços flexionais (aqueles com os quais estamos lidando). É possível estender tais traços para que codifiquem todas as propriedades relevantes de *L*, sejam elas semânticas ou sintáticas (ou mesmo fonológicas). Alguns desses traços são intrínsecos ao próprio item – por exemplo, expressando o fato que *homem* é um nome (seus traços categoriais), que se refere a uma entidade animada etc. Outros traços, como de caso e traços ϕ , não são intrínsecos mas determinados pelo fato de *homem* ser um nome, e pode-se

assumir que eles não são listados no léxico mas adicionados antes que um dado item lexical seja usado em uma derivação real. Se isto acontece quando o item é inserido na numeração N ou no ponto em que ele é extraído de N para ser usado na derivação (através da operação *Select*) é algo que não é necessário investigar aqui.

Sobre o estatuto dos traços checados, existem duas propriedades que um traço pode exibir:

a) aquele de estar disponível (visível) para C_{HL} , o que determina sua capacidade de entrar em relações de checagem, e

b) a de ser visível (interpretável) na interface (LF ou PF, embora o primeiro caso é que será considerado aqui com prioridade).

Em qualquer estágio de uma derivação, o estado de um traço pode ser exaustivamente caracterizado conforme ele tenha ou não as propriedades relevantes. Existem quatro possibilidades lógicas:

1ª) um certo traço pode ou não ter ambas as propriedades a e b . Neste caso, ele estaria no estado (a, b) , i.e., está disponível para C_{HL} e é visível em LF;

2ª) ou ele pode satisfazer a propriedade a mas não b $(a, \neg b)$, i.e., ele está disponível para C_{HL} , mas não é visível em LF;

3ª) propriedade b mas não a , $(\neg a, b)$, ou seja, ele não está disponível para C_{HL} , mas é visível em LF;

4ª) finalmente nenhuma delas $(\neg a, \neg b)$, ou seja, não está disponível para C_{HL} , nem é visível em LF.

A terceira possibilidade lógica pode ser excluída através do requisito de que os traços interpretáveis (aqueles visíveis para LF) estejam sempre disponíveis para C_{HL} ; portanto b implica (acarreta) a (cf. Chomsky 1995 §5.2). A

última possibilidade corresponde ao caso em que o traço não é interpretável nem acessível para C_{HL} . Assim ele está ausente, seja porque foi apagado após a checagem, seja porque não estava presente na numeração inicial. Finalmente, a segunda possibilidade corresponde ao traço que não é interpretável mas que continua desempenhando um papel na computação. Agora a condição de convergência em LF é que cada traço seja (a, b) ou $(\neg a, \neg b)$.

Considere-se novamente Mova-F. A operação toma o par $\langle f_1, f_2 \rangle$ onde f_1 não está checado e entra numa relação de checagem com f_2 . Em outras palavras, f_1 está no domínio de Mova-F somente se seu estado é (a, b) ou $(a, \neg b)$. A checagem pode afetar o estado de f_1 , alterando a propriedade a (b , sendo uma propriedade intrínseca, não pode ser afetada por qualquer operação de C_{HL}). Dado que C_{HL} é uniforme em $N \rightarrow \lambda$, se um traço deve sofrer checagem, ele deve ser visível para C_{HL} desde o princípio. Então transições do tipo $\neg a \rightarrow a$ podem ser excluídas, isto é, transições em que um traço não disponível a C_{HL} se torna disponível no curso da derivação. Portanto, a checagem só pode afetar o estado de um traço se for para tornar invisível um traço previamente visível – ou seja, tornando a em $\neg a$. Agora, tendo em mente que b acarreta a , o único estado de transição possível para um traço é $(a, \neg b) \rightarrow (\neg a, \neg b)$.

Finalmente, observe que as considerações de economia ditam que transições de estados por checagem sejam executadas onde quer que sejam possíveis – i.e., onde quer que a configuração resultante não impeça a derivação de convergir. Por exemplo, a transição deve ser bloqueada se ela tornar não-visível um traço forte que de outro modo forneceria uma posição para um item

selecionado da numeração, ou se ela resulta no apagamento de todo um termo (Chomsky 1995; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 10).

Para exemplificar, consideremos um caso em que um traço permanece ativo após a checagem. Este é o caso dos traços ϕ do sujeito de construções adjetivais simples (Chomsky 1995, ex.55):

(40) John is [_{AGR-P} t' AGR [_{AP} t intelligent]]

Os traços ϕ de um DP são interpretáveis. Então, no início da computação os traços ϕ do sujeito *John* são (a, b) . A checagem ocorre primeiro no Spec do AGR-P encaixado (por alçamento do sujeito) para realizar a concordância com o adjetivo. Daí o sujeito se move para o Spec do AGR_S mais alto para checagem de caso. Esse processo independentemente desencadeia concordância com o verbo na posição AGR_S. Portanto, traços ϕ não desaparecem quando checados. Isto é esperado se os traços ϕ de um DP forem sempre interpretáveis, de modo que seu único estado admissível é (a, b) por toda a derivação.

Os traços de caso, por sua vez, fornecem um exemplo do único estado de transição possível $(a, \neg b) \rightarrow (\neg a, \neg b)$. Traços de caso são puramente formais, não-interpretáveis. Assim, uma vez em configuração de checagem, o traço desaparece. Ou seja, ele se torna invisível para outras operações de C_{HL}. É importante notar que traços formais devem sofrer a transição descrita para impedir a derivação de se arruinar na interface (LF) pela presença de traços não-interpretáveis. Um requerimento similar, imposto pela outra interface (PF), pode ser usado para distinguir uma importante classe de traços que podem (e, conforme o que dizem os autores, devem) alterar seu estado, os chamados traços

fortes. Eles não são interpretáveis em PF e então devem ser tornados invisíveis, logo checados, antes de *Spell-Out*.

Finalmente, observe-se que o estado de um traço, quando inserido na derivação, é determinado em uma base local, de acordo com o item lexical que o contém. Assim, os traços ϕ de um DP são (a, b) , mas os traços ϕ de um verbo são $(a, \neg b)$ – i.e., eles são não-interpretáveis. Além disso, o traço categorial D de um DP não é forte, enquanto o mesmo traço, em uma categoria que desencadeia movimento de sujeito (EEP), é forte. Portanto, propriedades como força e interpretabilidade não são intrínsecas aos traços mas aos traços pertencentes a um determinado conjunto de traços (item lexical).

1.2.2.4. Mais sobre economia

Um outro princípio importante no programa minimalista é *Procrastinate* (procrastinação), que estabelece que uma operação sintática deve ser realizada o mais tarde possível. Procrastinação implica que quando o movimento não é exigido por traços fortes antes de *Spell-Out*, ele deve acontecer no componente coberto. Um argumento em favor de tal perspectiva é a observação de que as línguas variam com respeito ao estatuto forte/fraco de alguns traços e, igualmente, variam com respeito ao lugar onde o movimento ocorre, se no componente visível ou no coberto. Este é o caso, por exemplo, de línguas como o inglês e japonês com relação a movimento-Wh. O inglês tem movimento-Wh visível, enquanto o japonês tem Wh-*in situ*. A diferença entre os dois pode ser expressa como uma diferença na especificação de traços. Em inglês o traço Wh é forte, por isso requisitando movimento visível da oração Wh. Em japonês, o traço

é fraco e, como tal, Procrastinação dita que o movimento seja coberto. É razoável afirmar que muitas das diferenças na ordem das palavras entre as línguas sejam devidas à especificação forte/ fraco de traços morfológicos.

1.2.2.5. Sobre a ordem das palavras

Kayne (1994; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 11) propõe que a ordem linear é um reflexo da condição estrutural de c-comando assimétrico através do Axioma de Correspondência Linear (LCA). Este princípio requer que se um constituinte A assimetricamente c-comanda um constituinte B, então todo terminal dominado por A linearmente precede todos os terminais dominados por B. Segundo Chomsky (1994), o LCA é parte do componente fonológico e aplica-se ao *output* de morfologia – ou seja, aos termos X^0 . Portanto, ele não afeta a construção de Σ nem o processo de checagem. Como se disse, C_{HL} cria conjuntos não-ordenados que são então entregues a π . As sentenças, contudo, são constituídas por seqüências ordenadas; logo, em um certo ponto na derivação, a ordem linear correta deve ser obtida. O LCA é então uma condição de interface devido ao formato particular que o sistema de performance impõe sobre seu *output* – i.e., seqüências de palavras.

Kayne (1994) sugere que a única ordem básica é VO e que todas as outras ordens são derivadas através de operações de movimento. O sistema de Chomsky (1995) incorpora essas considerações, mesmo se sob uma formulação ligeiramente diferente. Como uma consequência de qualquer das duas propostas, deve-se assumir que em línguas exibindo uma ordem OV, os constituintes devem sofrer vários movimentos para o objeto preceder o verbo.

1.2.3. Considerando a estrutura frasal

Segundo Chomsky (1995), os itens na formação inicial são conjuntos (de conjuntos) de traços, e as categorias funcionais e lexicais em si mesmas não são outra coisa que não conjuntos de traços. Em outras palavras, categorias são o resultado de um *grupo* particular de valores de traços. Uma tarefa da aquisição da linguagem, então, consiste em formar os grupos corretos e associar os conjuntos (de conjuntos) de traços com morfemas lexicais e gramaticais. No programa minimalista, portanto, os componentes inatos de gramática são os traços e o processo C_{HL} . A teoria X-barra em si não é uma noção primitiva da gramática. De acordo com a abordagem minimalista, de fato, os únicos objetos legítimos para iniciar derivações são matrizes constituídas por conjuntos de traços, e um processo C_{HL} que *constrói* Σ .

Considere-se o desenvolvimento da parte da gramática gerativa que se relaciona à estrutura frasal. Nos anos 60 e meados dos 70, a estrutura atribuída à sentença era, *grosso modo*, a seguinte:

(41) [S NP VP]

Em (41), S é um sintagma binário que consiste de um sujeito e um predicado. A realização real do sujeito e do predicado pode variar de modo limitado, dado que o sujeito pode ser também do tipo sentencial e a estrutura do predicado pode assumir várias formas. Desenvolvimentos sucessivos da teoria de estrutura frasal, principalmente devidos a Chomsky (1970) e Jackendoff (1976), permitiram que a teoria extraísse generalizações importantes sobre a estrutura frasal; Jackendoff

(1976) formulou a chamada teoria X-barra que estabelece que todos os constituintes têm a seguinte forma:

$$(42) \quad [x'' \ Z'' \ [x' \ X \ W'' \]]$$

Da teoria X-barra segue-se que cada categoria nucleia uma projeção maximal e que, inversamente, cada projeção máxima tem um núcleo. Consoante a essas considerações, o constituinte sentencial como o em (41) não se encaixa na teoria, pois ele carece de um núcleo. Argumentos empíricos levam à conclusão de que o núcleo da oração é o nó *Inflection* (I):

$$(43) \quad [I'' \ NP \ [I' \ I \ VP \]]$$

Essa hipótese resolve o problema levantado por (41). A estrutura em (43) de fato satisfaz os requisitos impostos pela teoria X-barra. Por um longo período de tempo, a estrutura em (43) tem sido tomada como sendo válida universalmente, uma vez que ela deriva sem quaisquer outras estipulações, das assunções concernentes à estrutura frasal já presentes na teoria.

O trabalho de Pollock (1989), como se disse anteriormente, traz a questão de uma análise mais articulada de I. A partir de sua proposta, muitas hipóteses foram feitas com relação a um inventário mais rico de categorias funcionais, junto com análises de variação lingüística neste domínio (ver, por exemplo, a proposta de Ouhalla 1988, 1991; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 12) de variação paramétrica entre as línguas semíticas). Ademais, recentemente, devido aos trabalhos de Kayne (1994) e Chomsky (1993, 1994) – autores citados por Giorgi &

Pianesi (1997: 13), a legitimidade da teoria X-barra tem sido questionada. A teoria minimalista, como se disse, é baseada na noção de *traço*, nas operações *Merge* e *Move*, que constróem Σ , mais os princípios de economia. A conclusão que Chomsky (1994) tira, também baseado na discussão de Kayne, é que o conteúdo empírico da teoria X-barra pode ser dispensado em uma teoria de gramática, uma vez que pode ser derivado independentemente. Se tal conclusão estiver correta, não há nada neste sistema que leve a concluir que a arquitetura frasal em si é universal.

Considerem-se agora as suposições necessárias para se manter que a arquitetura frasal é a mesma nas línguas em geral. A primeira consequência óbvia, já discutida pela literatura, relaciona-se ao fato que se em uma certa língua uma categoria funcional X tem que ser hipotetizada na estrutura frasal dadas as evidências empíricas, é também necessário generalizar sua existência mesmo em línguas em que não há qualquer evidência empírica. Note que, conforme tal perspectiva, não existe variação interlingüística com respeito à arquitetura frasal e nem variação entre as sentenças de uma mesma língua. Tem-se que assumir, de fato, que a matriz selecionada *sempre* contém *todas* as especificações de traços para cada item possível aparecendo em Σ . Em outras palavras, a hipótese de uma arquitetura frasal universal requer uma suposição semelhante de universalidade do conteúdo da matriz. Um sistema desse tipo, embora possível em princípio, parece ser no mínimo redundante e fora do espírito da proposta minimalista.

Dadas estas considerações, segue-se que a idéia de que a arquitetura frasal é dada *a priori* – ou seja, universal, pode e deve ser questionada. Como uma alternativa, pode-se defender que a arquitetura frasal é um construto derivado, variando de uma língua para outra língua e de uma sentença para outra.

Nos capítulos seguintes, mostrar-se-á que tal proposta teórica é digna de investigação e que pode fazer predições interessantes sobre questões envolvendo a aquisição da linguagem de um lado, e a variação lingüística de outro.

1.2.4. Categorias sincréticas e o Princípio de dispersão de traços

Nesta seção será considerado o problema ligado à natureza e à aquisição de itens lexicais e como eles afetam a construção de Σ . Como se disse na seção 1.2.2, Giorgi & Pianesi (1997) propõem um sistema que incorpora fortemente a observação de Chomsky (1993) de que a variação lingüística é uma função de propriedades morfológicas.

Reconsidere-se a questão que será analisada: quais são os componentes universais da gramática compatíveis com a hipótese minimalista e, obviamente, com observações empíricas? Mais especificamente, a riqueza da informação disponível no léxico é suficiente para dispensar a assunção de que a arquitetura frasal é invariante nas (ou entre as) línguas? Para Giorgi & Pianesi (1997), uma resposta afirmativa à última questão é discutida através do desenvolvimento de uma hipótese sobre o processo de aquisição, de acordo com considerações de economia. A proposta dos autores é que os componentes universais de gramática são:

(a) o inventário de traços entre os quais uma criança seleciona aqueles relevantes para a sua língua, e

(b) uma ordem de chegada, que pode ser expressa pelo princípio em

(44):

(44) Restrição de ordenação universal

Traços são ordenados de modo que dado $F_1 > F_2$, a checagem de F_1 precede a checagem de F_2 .

A estrutura em si não é, pois, universal; ela pode variar nas línguas e a mesma língua pode licenciar estruturas diferentes dependendo da matriz específica a ser expressa. Uma vez que checagem pode somente acontecer através de alçamento e não de rebaixamento, uma ordem universal de checagem acarreta a existência de uma ordenação dos nós da estrutura. Note que as propriedades universais dadas em (a) e (b) também devem ser assumidas pelos estudiosos que propõem uma arquitetura frasal universal. Para eles, de fato, (a) é uma assunção necessária, porque ela está trivialmente implicada pela hipótese universal em si mesma. A assunção (b) também parece necessária para dar conta de observações empíricas, como as discutidas em Cinque (1994; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 14) – ou seja, que a *seqüência* de categorias não varia nas línguas. Os autores propõem então que (a) e (b) são os *únicos* componentes universais que determinam a arquitetura frasal e que a estipulação adicional de que a arquitetura frasal é universal pode e deve ser dispensada.

Como se disse na discussão precedente, uma criança aprende uma língua associando morfemas a traços. A associação poderia ser um-a-um, dando línguas aglutinantes ou isolantes, ou poderia acontecer que o mesmo morfema seria associado a mais traços, obtendo-se assim as chamadas línguas flexionais como o italiano e o português. Nós chamaremos as categorias obtidas por múltipla associação de categorias *sincréticas* e *híbridas*. Como exemplo, considere o seguinte caso: em italiano, o mesmo morfema pode expressar gênero e número.

Na palavra *bambina*, e.g., o morfema *-a* simultaneamente expressa feminino e singular, constituindo um exemplo típico de uma categoria *sincrética*. As línguas que serão consideradas neste trabalho são em geral como o italiano – ou seja, elas têm categorias *sincréticas*. Na literatura tradicional, assume-se frequentemente que o inglês é uma língua *isolante*, não *flexional*. Giorgi & Pianesi (1997) vão mostrar que tal classificação não é totalmente correta, porque o inglês exibe várias propriedades que devem ser atribuídas à existência de categorias *sincréticas*. Os poucos morfemas flexionais da língua inglesa de fato exercem vários papéis e funções diferentes. Por exemplo, os autores defendem que o morfema de tempo passado *-ed* tem muitas funções; analogamente, o *-s* final de terceira pessoa implica a existência de valores temporais. No capítulo 3 de sua obra, Giorgi & Pianesi (1997) mostram que em inglês a categoria Tempo se superficializa junto com AGR. A categoria obtida desse modo tem algumas propriedades adicionais que a tornam uma categoria *híbrida* e não apenas uma categoria *sincrética*. O sistema computacional C_{HL}, que projeta a estrutura, sofre somente a restrição de utilizar todos os itens selecionados na formação. Algumas predições interessantes podem se seguir daí se for introduzido o seguinte princípio que considera o processo de projeção:

(45) Princípio de dispersão de traços:

Cada traço pode nuclear uma projeção

Uma categoria (*sincrética* ou *híbrida*), que não é outra coisa que um conjunto (de conjuntos) de traços, deve projetar no mínimo um nó. O Princípio de dispersão de traços estabelece que o limite mais alto do número de nós é dado pelo número de

traços selecionados na matriz. Ou seja, cada traço pode nuclear uma projeção. Os outros princípios de gramática não seriam violados – em particular, a Restrição de Ordenação Universal, que define a ordem em que os nós são projetados, e dispersos, se a opção pela dispersão é tomada. Para exemplificar estas idéias, considere um exemplo abstrato: dado uma matriz contendo um feixe de traços $[F_1, F_2, F_3]$, assume-se que a Restrição de Ordenação Universal requer que a checagem de F_1 preceda a de F_2 (o que pode ter a notação $F_1 > F_2$) e a checagem de F_2 preceda a de F_3 (notação: $F_2 > F_3$). Portanto, uma estrutura em que as projeções de F_1 dominem as de F_3 e as projeções de F_3 dominem as de F_2 não pode ser construída. Contudo, a estrutura em que F_3 é mais alto que F_2 , e F_2 mais alto que F_1 , é possível. O feixe em questão pode ser projetado como um único nó, ou *dispersado*, se necessário, dando duas ou três projeções. Por exemplo, F_1 pode ser projetado com F_2 , e F_3 pode ser dispersado – ou seja, projetado separadamente. Como outra opção, F_1 pode ser projetado sozinho, e F_2 e F_3 podem ser projetados juntos. Finalmente, cada um dos três traços podem ser projetados separados. O número real de projeções é definido conforme considerações de economia. Ou seja, a derivação mais curta compatível com a matriz inicial é selecionada (cf. Chomsky 1994, §3). Como uma consequência, a opção de dispersão de traços é tomada apenas para projetar os itens contidos na matriz. Um núcleo separado deve ser projetado se algo presente na matriz deve, supostamente, aparecer em seu *Spec*. A dispersão, contudo, não pode acontecer para fins de movimento – i.e., para criar posições que podem licenciar uma opção de movimento que de outro modo violaria os outros princípios de gramática (cf. em Giorgi & Pianesi 1997: §5.2).

Para dar um exemplo concreto de como o sistema trabalha, Giorgi & Pianesi (1997) esboçam uma explicação com dados de Cinque (1994, citado por Giorgi & Pianesi 1997: 15) usando a abordagem de *traços dispersados*. Cinque leva em conta alguma evidência distribucional, i.e., dados que mostram que nas línguas as posições *Spec* podem ser preenchidas pelo mesmo tipo de elementos, principalmente adverbiais, aparecendo na mesma ordem recíproca nas línguas. Ele também mostra que cada *Spec* é associado com uma posição de núcleo. Os argumentos favoráveis a essa conclusão vêm de uma análise comparativa de movimento de núcleo em várias línguas. Pode ser mostrado, de fato, que a posição núcleo associada com o *Spec* é usada como um lugar de pouso para o verbo. Cinque discute sentenças como a seguinte (de Cinque 1994, *handout*, exs. 20-22; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 15):

- (46) I bambini non hanno mica più tutti detto tutto bene alla maestra
 /os meninos não tem “nunca” mais todos dito tudo bem à professora\

Em (46) existe uma série de especificadores que podem ser observados: *mica più tutti tutto bene* (a tradução não é literal: *nunca mais todos tudo bem*). Cinque mostra que as posições de núcleo intermediárias podem ser ocupadas pelo particípio, obrigatória ou opcionalmente, e que se certas posições não são disponíveis em italiano, elas são disponíveis em outras línguas. Os dados de Cinque podem ser explicados pela análise de Giorgi & Pianesi (1997). Segundo considerações de economia, se um advérbio, ou melhor, se um feixe de traços que o identificam no léxico, está presente na matriz, então ele deve ser projetado. Para obter uma estrutura bem formada, os traços do núcleo relevante podem ser

dispersados e um núcleo adicional pode ser providenciado. Tal núcleo pode ser usado como um lugar de pouso para movimento, se requerido, mesmo que ele não possa ser criado com o propósito único de movimento.

Parece portanto que o sistema pode dar conta dos dados de Cinque através do Princípio de dispersão de traços. Giorgi & Pianesi (1997) enfatizam, contudo, que a proposta teórica não é uma simples variante notacional daquela alternativa, uma vez que ela faz diferentes previsões em vários domínios, que vão ser ilustradas nos capítulos desse trabalho.

Considerem-se agora os problemas empíricos e conceituais que são discutidos na obra de Giorgi & Pianesi (1997). De acordo com o ponto de vista dos autores, a opção de dispersão é tomada somente sob condições muito especiais, devido aos princípios de economia. Um feixe de traços associado com um único morfema, de fato, pode ser projetado em mais de um núcleo (i.e., dispersado) apenas se posições *Spec* extras são requisitadas para hospedar outros feixes de traços contidos na numeração inicial. Isto implica que se não existem Especificadores para serem projetados a partir da matriz inicial, nenhum núcleo extra pode ser criado por dispersão.

Como se sabe, núcleos também constituem o lugar de pouso para movimento. Como consequência, a hipótese de Giorgi & Pianesi (1997) interage com as opções de movimento de uma estrutura particular. Se a opção de dispersão não foi tomada, nenhum movimento de núcleo é possível, dado que falta um possível lugar de pouso. Além disso, como se disse, se existe somente um núcleo existe somente uma posição *Spec*. Ou seja, dado um núcleo sincrético, existe apenas um *Spec* associado com o feixe de traços do núcleo. Se este *Spec* é preenchido basicamente por um XP, ele não pode ser usado de novo como um

lugar de pouso para movimento. Locais de pouso adicionais para núcleos ou para XPs seriam fornecidos pela opção de dispersão, mas a dispersão é restrita por princípios de economia.

Finalmente, existe uma outra questão que não será investigada, porque está muito além das questões centrais do trabalho. Tem a ver com considerações tipológicas. De acordo com a proposta de Giorgi & Pianesi (1997), as chamadas línguas aglutinantes tipicamente exibem uma relação um-a-um entre traços e morfemas. Estas línguas não têm categorias sincréticas (não triviais); antes, algumas das categorias que podem ser expressas sincreticamente em uma língua flexional não são sincréticas naquelas línguas aglutinantes. Prediz-se portanto que, em tais línguas, aqueles fenômenos que são devidos à existência de categorias sincréticas não podem ser encontrados. De um ponto de vista tipológico isto pode ser uma perspectiva interessante que vale perseguir. Um problema importante é constituído pela caracterização da evidência relevante para o processo de aquisição. Pode acontecer, de fato, que em uma certa língua seja possível encontrar apenas evidência indireta em favor da existência de uma dada especificação de traços. Deve-se pensar que tal evidência é suficiente para hipotetizar a existência naquela língua da categoria funcional expressando aquele traço. Considere-se como exemplo o português, onde ambos, o passado simples tal como em *eu comi* e o chamado imperfeito como em *eu comia*, expressam o valor temporal PASSADO. As formas *comi/comia* contrastam uma com a outra com respeito ao valor aspectual: o primeiro é perfeito (perfectivo) e o segundo imperfeito (imperfectivo). Em português não existe um morfema separado para expressar essa alternância aspectual. Os valores aspectuais, embora não sejam expressos através de um morfema que possa se combinar livremente com outros,

são relevantes no sistema português, dado que existe pelo menos um par no sistema cujos membros diferem em virtude de tal distinção. Giorgi & Pianesi (1997) sugerem que neste caso os valores referentes à perfectividade podem ser adquiridos porque a evidência exemplificada acima é suficiente para criar um sistema de valores múltiplos (ao menos com relação à aspectualidade). Neste caso, portanto, prediz-se a existência de uma categoria sincrética englobando tempo e aspectualidade. Os autores propõem que mesmo quando este tipo de evidência indireta está faltando, o traço, embora presente no inventário inato fornecido pela UG, não é realizado naquela língua particular.

2. OS TEMPOS DO PB

2.1 Pensando no passado

Nesta seção, vamos explorar alguns fenômenos relacionados aos tempos pretérito perfeito e passado composto do PB. Como pretendemos adotar a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) de um único sistema temporal aplicado às línguas humanas, começamos por apresentar uma breve descrição dos tempos de passado, comparando-a, sempre que possível, com a análise e a descrição de sentenças de outras línguas, sobretudo do italiano¹.

2.1.1 O problema do pretérito perfeito

Para Corôa (1985), um tempo como o pretérito perfeito recebe a estrutura temporal E_R,S baseado na comparação (e ancoragem) entre as formas verbais das sentenças encaixadas dos períodos em (1) (ex. (31) da autora, p.51):

- (1) a. Maria diz: "José chegou"
 b. Maria disse que José tinha chegado (chegara)

Em (a) o tempo da fala (S) e o evento "dizer", tomado como ponto de referência (R) para a sentença encaixada, são simultâneos, enquanto a chegada de José, tempo E da sentença encaixada, é anterior a eles. A interpretação produz, então, a estrutura temporal E_R,S . Em (b), a interpretação produz a estrutura E_R_S ,

¹ Nesta seção, as sentenças em italiano são de Bertinetto (1986). Procuramos fazer uma tradução fidedigna; assumimos, entretanto, a responsabilidade por possíveis erros.

pois o tempo de referência do evento “dizer” é anterior ao ponto S e a chegada de José, por sua vez, anterior ao evento da matriz.

A estrutura semântica temporal atribuída por Corôa ao pretérito perfeito, no entanto, talvez não seja a única possível, pois não recobre todos os valores que este tempo pode exibir. Observemos, nesse sentido, o problema que nos apresenta Ilari (1997a) aplicando o sistema reichenbachiano ao PB.

Para este autor, em (2), a mediação feita pelo momento de referência na localização dos momentos do evento e da fala é evidente em tempos como o presente, o futuro do pretérito e o mais-que-perfeito²:

- | | | |
|-----|--|----------------|
| (2) | a. Presente: MF = MR = ME | (S, R, E) |
| | b. Futuro do pretérito: MF ← MR; ME ← MR | (R _ S; R _ E) |
| | c. Mais-que-perfeito: MF ← MR; ME → MR | (R _ S; E _ R) |

A mesma mediação, no entanto, não parece tão clara em tempos verbais como o imperfeito, o perfeito ou o futuro do presente:

- | | | |
|-----|---|-------------------------|
| (3) | a. Imperfeito: MF ← MR = ME; ou: MF = MR ← ME | E, R _ S (ou: E _ R, S) |
| | b. Perfeito: MF = MR ← ME; ou: MF ← MR = ME | E _ R, S (ou: E, R _ S) |
| | c. Futuro: MF = MR → ME; ou: MF → MR = ME | S, R _ E (ou: S _ R, E) |

² As estruturas em (2), (3) e (5) são de Ilari (1997a:16-19). Dados dois momentos x e y, a notação tem a seguinte leitura: ← x está depois de y; → tem a leitura x está antes de y; = significa simultaneidade entre os momentos. Por uma questão de simplicidade, adotamos, no lado direito da página, entre parênteses, a notação reichenbachiana.

De acordo com Ilari (1997a), a escolha por uma das fórmulas só é possível se levarmos em consideração outros fatores, tais como auxiliares e adjuntos temporais, que parecem ter incidência direta na interpretação temporal das sentenças. Para exemplificar, o autor toma inicialmente as sentenças em (4) para definir a que momento se referem os adjuntos *hoje*, *ontem* e *amanhã* e para questionar se podemos pensar em um único momento sobre o qual um advérbio temporal incidiria:

- (4) a. Hoje faço trinta anos
 b. Ontem fiz trinta anos
 c. Amanhã terei completado trinta anos

Em (4a), *hoje* parece incidir sobre S, embora E e R também possam ser especificados, dado que no presente os pontos S, R e E são simultâneos. Em (4b), o advérbio *ontem* pode marcar a interpretação de E ou R (cf. (3b)). Mas, se (4a) e (4b) são compatíveis com a opção em que o momento que caracteriza de modo uniforme a incidência adverbial é o do evento, em (4c) essa opção precisa ser alterada para o R: nessa oração, o advérbio *amanhã* se localiza como posterior a S, marcando um ponto, R, em relação ao qual se considera passado o evento expresso.

Para uniformizar a relação entre os adjuntos e os momentos temporais, Ilari considera a opção de os adjuntos adverbiais fixarem sempre o R da oração em que estão inseridos, o que nos leva a escolher, das fórmulas vistas em (3), as apresentadas em (5), a seguir:

- (5) a. Imperfeito: $MF \leftarrow MR = ME$ (E, R _ S)
 b. Perfeito: $MF \leftarrow MR = ME$ (E, R _ S)
 c. Futuro: $MF \rightarrow MR = ME$ (S _ R, E)

Conforme mostra o autor, entretanto, não há como generalizar a explicação, pois há sentenças em que encontramos interpretações distintas de acordo com a incidência do adjunto sobre E ou sobre R (cf. em (6), interpretações em (7), retiradas de Ilari, p.17):

- (6) X tinha chegado às 7 de ontem
 (7) a. Às sete de ontem, a chegada de X era um fato passado
 b. Em algum momento do passado, a chegada de X era um fato passado, acontecido às 7 de ontem

Esses dados, segundo o autor, mostram que um adjunto se aplica indiferentemente ao ponto do evento ou ao ponto de referência em orações cujos tempos verbais exprimam diferença entre R e E.

Assim, voltamos ao início dessa discussão, pois a fórmula escolhida por Ilari para o pretérito perfeito é diferente da estrutura temporal usada para interpretar temporalmente a sentença encaixada em (1a) por Corôa: no primeiro caso, temos E,R_S, no segundo, E_R,S. A situação pode se complicar um pouco mais se, seguindo o mapeamento adverbial sugerido em Ilari, pensarmos em sentenças com um advérbio como *já*:

- (8) a. A Maria já tinha saído quando o João se matou
 b. A Maria já saiu

Em (8a), o advérbio reforça, ou retoma, a idéia de que a saída da Maria (E) é anterior a um outro evento, o do suicídio de João presente no adjunto³. Mas isso não representa um problema, dado que o pretérito mais-que-perfeito tem momentos temporais não coincidentes. Em (8b), por outro lado, a interpretação é a de que a saída da Maria (E) é anterior a um outro evento (R) coincidente com o momento da fala. Conseqüentemente, a estrutura temporal produzida seria a defendida por Corôa⁴.

A questão que se coloca, então, é se devemos tomar o passado simples do PB como um tempo com estrutura semântica temporal ambígua⁵ que, conforme o contexto de avaliação e a presença de advérbios, oscilaria entre a estrutura temporal E, R_S e a estrutura E_R, S .

Esse tipo de “solução”, todavia, não nos parece muito interessante por dois motivos: em primeiro lugar, porque um sistema temporal (teórico) em que a pluralidade semântica de uma mesma forma gere duas estruturas temporais distintas não considera o processo de aquisição da língua. É necessário que, com este sistema, possamos dar conta do processo de aquisição, tendo em vista a inadequação (pobreza) dos dados lingüísticos primários que guiam a criança nesta tarefa. Ademais, usar uma teoria mais econômica, i.e., que possa dar conta de ambigüidades sem propor muitas estruturas, permite-nos trabalhar uniformemente a interface LF que, embora como componente coberto, deve ser

³ Em (8a), o *já* é, inclusive, dispensável, porque o evento que marca o ponto R se encontra dentro do período. Talvez fosse necessário procurar estabelecer se este fenômeno não é uma indicação de que o pretérito mais-que-perfeito no PB precisa ter o ponto R concretizado dentro dos limites sentenciais. Notar que, sem o adjunto R, em (8a), o *já* é indispensável e parece ser a forma de o falante fazer alusão a um fato conhecido pelos participantes da conversação (ver, por exemplo, a ambigüidade em (6)).

⁴ Nesse caso, aceitando a idéia de que o *já* (e outros advérbios) marca o ponto R num tempo como o passado simples, temos argumentação para excluir hipóteses como a de Bertinetto (1986), para quem o ponto R existe apenas quando o tempo verbal da sentença é composto.

⁵ Essa é, aliás, a sugestão de Bianchi (c.p.) avaliando o nosso pretérito perfeito e o passado composto em comparação ao *passato prossimo* italiano (ver discussão em curso).

integrada à derivação sintática obtida, dado que optamos pela teoria gerativa para a explicação dos fenômenos sintáticos e semânticos resultantes da presença da morfologia temporal na sentença.

Em segundo lugar, porque embora em (8b) a estrutura proposta (E_R,S) reflita a interpretação temporal da sentença no PB, em outras línguas românicas, como o italiano, a mesma estrutura é atribuída ao *passato prossimo* que, como veremos adiante, apresenta leituras temporais nem sempre observadas no pretérito perfeito do PB. É certo que, mediante um modificador adverbial temporal, por exemplo, pode ser o caso que o *passato prossimo* italiano⁶ (cf. (9a-b)) exiba interpretações temporais semelhantes às encontradas em sentenças no pretérito perfeito do PB (cf. (10a-b)):

- (9) a. Massimo *ha mangiato* il gelato *da dieci minuti*
 b. Massimo ha mangiato il gelato dieci minuti prima...
- (10) a. Ricardo tomou o sorvete há dez minutos
 b. Ricardo tomou o sorvete dez minutos antes... (de a Maria chegar)

Em (9a)/ (10a) o advérbio mede o intervalo transcorrido entre o fim do evento e o momento da enunciação (S). O adverbial em (9b)/(10b) mede o intervalo transcorrido entre o fim do evento e um outro instante que não se encontra nos limites da sentença e que, sem dúvida, não é o momento da enunciação⁷. Parece, portanto, que a interpretação temporal de sentenças modificadas com advérbios

⁶ Optamos por manter a nomenclatura que cada língua em particular dá à forma verbal composta que corresponde ao passado composto do PB porque nos parece que assim podemos preservar a propriedade temporal em evidência na denominação recebida tradicionalmente.

⁷ Notar que o *passato prossimo* italiano, pelas modificações adverbiais permitidas, seria igualmente ambíguo entre as estruturas temporais que estamos discutindo. E, no caso de (9b), com o *passato remoto*, também teríamos a estrutura do mais-que-perfeito pela análise de Bertinetto (1986).

nos deixa em mãos, desta vez, não duas, mas três estruturas para o mesmo tempo verbal: E__R,S para (10a); para (10b), pode ser E,R__S, ou mesmo a estrutura do pretérito mais-que-perfeito: E_R_S. A análise acima resultou em uma terceira estrutura que o pretérito perfeito parece exibir mediante a presença de um modificador adverbial. No capítulo 4, veremos por que essa possibilidade existe.

Existem também outros casos em que o pretérito perfeito do PB se comporta como o *passato prossimo* italiano. Um primeiro valor é o de ‘persistência do resultado’ (cf. Bertinetto 1986: 415):

- (11) a. *Ho comprato* questa macchina un paio di lustri fa
 b. Comprei/ *tenho comprado este carro faz 10 anos //o locutor ainda possui o carro
- (12) a. Dove *hai trovato* questa roba?
 b. Onde encontraste/ *tens encontrado isto? // mostrando o objeto em questão
- (13) a. Scusami, ma non posso venire alla tua festa: mi *sono preso* l’influenza
 b. Desculpa, mas não posso ir à tua festa: peguei / *tenho pegado uma gripe

O critério usado em (11)-(13) se fundamenta no emprego de dêiticos, como ‘este’/‘isto’ e ‘tua’, que assinala a persistência do objeto na esfera de experiência do locutor. Notar que, no PB, todos os exemplos são agramaticais com o passado composto, e gramaticais com o passado simples.

Conforme argumenta Bertinetto (1986), o conceito alargado de relevância designa na verdade um envolvimento psicológico, e não a manifestação

diretamente observável da realidade fatural. Assim, usando-se a noção de relevância *stricto senso*, no italiano, o passado composto é preferido quando se faz alusão a um evento recente ou recentíssimo, enquanto no PB as opções são o pretérito perfeito ou algumas perífrases como *acabar de*:

- (14) a. Chegaste tarde: Aldo saiu/ acabou de sair/ *tem saído faz dois minutos
 b. Enquanto vinha pra cá, encontrei/ acabei de encontrar/ *tenho encontrado Lucas

Mas se até o momento os exemplos parecem identificar o pretérito perfeito do PB com o *present perfect* usado em outras línguas românicas como o italiano, existe um uso bastante importante deste último que o nosso passado simples não consegue expressar: a acepção *inclusiva*. Tal acepção ocorre quando o evento é visto como não necessariamente concluso no tempo R. Veja que o *passato prossimo* é analisado por Bertinetto (1986:55) como tendo a estrutura *E__S,R*, a mesma que, *grosso modo*, Corôa (1985) e Giorgi & Pianesi (1997) defendem para o pretérito perfeito português. Em uma perspectiva reichenbachiana, dado que R coincide com S, poderíamos dizer que em tal caso E parece se prolongar até S. O fenômeno pode ser considerado como um caso extremo de relevância atual em que não só o resultado mas o próprio evento perdura até S. Considerando as sentenças em (15)-(18):

- (15) Nos últimos 2 meses, Bernardo viveu / tem vivido em condições muito desfavoráveis

- (16) Até agora, a demanda energética foi garantida / tem sido garantida pela existência das reservas petrolíferas
- (17) Desde a última vez que nos vimos, João continuou / tem continuado a trabalhar ininterruptamente no meu livro sobre tempos verbais
- (18) As mulheres deste lugar sempre usaram / têm usado saias longas

vemos que também o passado simples pode ser usado nesse contexto, com a diferença de que a sentença apresenta uma interpretação inclusiva que é garantida (forçada) pela presença dos adverbiais; a interpretação não-inclusiva (experencial) é, pois, predominante com o pretérito perfeito. Com o pretérito perfeito, em (15), por exemplo, tanto podemos dizer que em S Bernardo continua vivendo em condições desfavoráveis - aceção inclusiva dada pelo adjunto *nos últimos dois meses* – quanto que estas condições deixaram de existir. Com o passado composto, a única aceção disponível é a inclusiva, com ou sem o adjunto adverbial – essa é, aliás, a única aceção em que o passado composto do PB se comporta como no italiano.

Bertinetto (1986) nota que, no caso de (18), com o passado composto, cabe a paráfrase com um Presente onitemporal. Além disso, no italiano, existem circunstâncias em que mesmo com o adverbial a leitura resulta ambígua (cf. (19a). No PB, todas as sentenças da sequência (15)-(18) com o passado composto podem ser parafraseadas pelo presente simples; a aceitação do passado composto, como dissemos, parece devida aos adjuntos, pois se observarmos (19b) em que o modificador empregado com o passado composto é o *já*, marca de perfectividade, vemos que a sentença é marginal:

- (19) a. *Ho già abitato a lungo in questo luogo*
 b. *Já morei / ?tenho morado por muito tempo neste lugar*

No PB, a única acepção possível para o pretérito perfeito é a experiencial, em que se comunica a outros uma experiência que se verificou ao menos uma vez no passado. Sem o modificador *já*, o PB se comporta diversamente do italiano com relação à ambigüidade, pois a única leitura disponível para o passado composto é a de que o locutor ainda mora no lugar a que se refere. Cabe ressaltar que essa equivalência (do uso inclusivo) entre os passados compostos italiano e português só é possível porque o pretérito perfeito do PB não assume valência aspectual imperfeita^{8/9}, como atesta o exemplo em (19).

Um outro ponto que pesa na diferenciação entre o italiano e o PB é que, contrariamente ao italiano, no PB podemos encontrar exemplos semelhantes ao inglês, e.g.

- (20) a. The candidate will say next week that he *realized* the difficulty only the day before
 b. O candidato vai dizer na semana que vem que ele *percebeu* a dificuldade somente no dia anterior

⁸ Para Pires de Oliveira (c.p.), tanto a sentença é gramatical com o pretérito perfeito quanto com o passado composto. No caso do perfeito, também com a acepção inclusiva. Entendemos, contudo, que esta aceitabilidade pode ser devida à presença do advérbio *já*, cujos usos geram interpretações nem sempre temporais e ainda carentes de estudos. Sem o *já*, então, parece-nos que não é possível tal interpretação.

⁹ A informação de Bertinetto (1986: 418) é a de que nesse caso estamos diante de valência imperfectiva que pode ser adquirida pelos tempos compostos em circunstâncias particulares. Na seção 2.4.3, falaremos um pouco mais sobre o valor do imperfeito.

em que, de acordo com Bertinetto (1986: 431), é possível interpretar o evento expresso pelo passado simples como posterior ao ponto S. No PB, entretanto, não podemos interpretar o passado simples como posterior a S; na realidade, temos o evento de dizer (E_1) como posterior a S e o estado de perceber (E_2) como anterior ao evento de dizer, o que corresponderia, na linha do tempo, a uma estrutura do tipo: $S_E_2_E_1$.

Concluindo: nas sentenças analisadas até aqui vemos que o pretérito perfeito parece apresentar uma interpretação temporal que ora favorece a estrutura E_R, S , ora a estrutura E, R_S , ou ainda E_R_S , como mostram os exemplos relevantes retomados em (21):

(21) a. A Maria já saiu

b. Ricardo tomou o sorvete dez minutos antes... (de a Maria chegar)

Em (21a), a interpretação é a de que a saída da Maria (E) é anterior a um outro evento (R) coincidente com o momento da fala, leitura que favorece a representação E_R, S . Em (21b), por outro lado, o adjunto adverbial mede o intervalo transcorrido entre o fim do evento e um outro instante que não é o momento da enunciação. Neste caso, a estrutura privilegiada é E, R_S ou, como comentamos, a estrutura do pretérito mais-que-perfeito, E_R_S .

No que concerne à comparação entre o PB e o italiano, por sua vez, julgamos um tanto simplista adotar para o pretérito perfeito a estrutura equivalente a do *passato prossimo*. Em primeiro lugar, porque tal comparação mostrou que as estruturas semânticas temporais atribuídas aos tempos *passato prossimo* e *passato remoto* italianos carecem igualmente de discussão (cf. nota 5). A análise

das sentenças em (9) e (10), por exemplo, acrescentou uma terceira estrutura para o pretérito perfeito e, acreditamos, também para o *passato remoto*. Além disso, pode ser verdadeiro que no PB é o pretérito perfeito que pode expressar ‘persistência de resultado’, ou ‘relevância’ (cf. exs. em (11) a (14)), mas é igualmente verdadeiro que este tempo não apresenta, por si só, a valência inclusiva típica do passado composto (cf. exs. em (15) a (18)).

Levando-se em consideração os resultados obtidos, na próxima seção, vamos buscar uma explicação para o problema.

2.1.2 Uma estrutura temporal para o pretérito perfeito

A explicação que buscamos pode ser obtida se considerarmos a questão de uma outra perspectiva. Como veremos adiante (cap. 3, seção 3.1.3), baseados na morfossintaxe do latim e na falta de auxiliar, Giorgi & Pianesi (1997: 50) defendem que, no português europeu, o pretérito perfeito é um T2, i.e., ele apresenta apenas o morfema que lexicaliza, das correlações em (25), seção 1.1.4, a de um T2 para o perfeito, ou seja, E_R .

Para nós, baseados na análise feita na seção 2.1.2 e em evidências que oportunamente vamos discutir, o pretérito perfeito do PB deve receber como estrutura temporal $R_S + E_R$, a estrutura composta que descreve o *passado simples* em outras línguas (também postulada por ilari 1997a). Reconsideremos os exemplos que parecem aproximar o pretérito perfeito do passado composto de outras línguas românicas em (22) abaixo:

(22) a. Maria diz: “José chegou”

b. Chegaste tarde: Aldo saiu/ *tem saído faz 2 minutos

c. Já morei/ [?]tenho morado por muito tempo neste lugar

A sentença em (22a) é aquela analisada por Coroa (1985: 51) e se encontra na forma de discurso direto. Em primeiro lugar, uma sentença neste formato deve apresentar outras propriedades semânticas que não as encontradas em um discurso indireto. Além disso, não há nada em (22a) que nos aponte R como simultâneo a S. Parece que o que estamos chamando de referência precisa ser analisado, como propõe Enç (1987), em termos de ancoragem temporal (cf. seção 2.3) e suas conseqüências observadas em outros contextos envolvendo discurso direto e subordinação. Veja também que, se acrescentarmos um adjunto à sentença como em *a Maria diz: o José chegou antes do Carlos sair*, então conseguimos deslocar este R, localizando-o como anterior a S. Nesse sentido, a estrutura proposta por Coroa se transforma em E_R_S, do pretérito mais-que-perfeito. Não nos parece necessário, portanto, assumir que o pretérito perfeito tenha como padrão a estrutura semântica temporal do *present perfect* e, em particular, que R seja simultâneo a S.

A segunda evidência foi apresentada em comparação ao italiano, que usa o passado composto quando está em jogo a noção de relevância *strictu senso*, ou seja, o italiano tem um passado simples, mas usa preferencialmente o *passato prossimo* quando se faz alusão a um evento recente ou recentíssimo. Porém, conforme entendemos, o emprego do passado simples ou do composto independe da distância em que o evento se encontra do tempo S no eixo temporal. Não sabemos se a noção "relevância *strictu senso*", aliás, se amarra à questão de distância temporal, e Bertinetto (1986) não explica em que ela difere da noção de relevância *lato senso*. Então, como apontamos, é verdade que no PB

o tempo em questão pode ser o pretérito perfeito, mas também é verdade que a outra opção é utilizar (para ser relevante mesmo!) a perífrase *acabar de*, que Ilari (1997a: 30) denomina de “auxiliar temporal” e à qual atribui a função de indicar passado recente. Portanto, parece que o PB, para recuperar os valores do *present perfect* faz uso de outras estratégias, como usar os “auxiliares (aspectuais e modais, sobretudo)” referidos por Ilari, ou outros advérbios que reforcem estes valores.

Este parece ser o caso em (22c). Conforme o que se discutiu sobre (19b), a acepção preferencial do pretérito perfeito é a experiencial, em que se comunica a outros uma experiência verificada ao menos uma vez no passado. Para que o pretérito perfeito tenha a acepção inclusiva, a de que o locutor ainda mora no local como entende Pires de Oliveira (cf. nota 8), a presença do *já* é indispensável. Sem ele, o pretérito perfeito exibe a leitura experiencial (cf. também na sentença em (21a) – *A Maria já saiu*). Tanto é assim que, para nós, o modificador *já* com o passado composto na sentença em (22c) parece provocar, no mínimo, marginalidade na aceitação da construção. Com ou sem o *já*, a única leitura disponível com o passado composto é a de que o locutor ainda mora no lugar a que se refere. Pode-se dizer, então, que o uso inclusivo é característico do passado composto e é, dos contextos analisados, aquele em que o PB se aproxima das demais línguas românicas.

Essa caracterização implica que o nosso sistema temporal, de fato, é bastante peculiar quando inserido no quadro das línguas oriundas do latim e, provavelmente, serve de sustentação para a nossa intenção de mostrar que a morfologia tem algum, senão muito, peso quando falamos de tempo. Como veremos na seção 2.3, a semântica do tempo presente (simples), usado como

auxiliar no passado composto do PB, em comparação à semântica deste mesmo tempo no italiano, por exemplo, é o que torna o nosso passado composto peculiar e diferente de quaisquer outras línguas românicas (cf. próxima seção). Tal caracterização semântica, de certa forma, faz com que recuperemos as interpretações do *passato prossimo* ou do *present perfect* utilizando perífrases e modificadores como *já*. Para que o falante possa se incluir em um evento iniciado no passado e continuar incluso nele também em S, seria necessário que tal evento assumisse um valor de imperfectividade, em que o evento expresso, nos termos de Parsons (1990; cap.9), não culminasse, mas se mantivesse “em progresso” em S, o que não parece ser o caso.

Diante desse quadro, resta-nos ainda o problema apontado por Ilari (1997a) com respeito à modificação adverbial das sentenças em (4). Nesse sentido, por ora, bastaria assumir a tese de Hornstein (1993) de que os adjuntos adverbiais não incidem sempre sobre R, mas que essa modificação se dá também sobre E, “variando” conforme a interpretação temporal que o falante deseja obter. Oportunamente (cf. capítulo 4), trataremos de recolocar a questão e os desdobramentos de tal análise.

2.1.3 Um passado composto peculiar

Para expormos algumas propriedades do passado composto do PB, vamos utilizar fundamentalmente o trabalho de Ilari (1997b), que mostra que, em relação às demais línguas românicas, a singularidade desta forma verbal diz respeito ao sentido que a caracteriza.

Conforme o autor (1997b:1), houve uma célebre polêmica entre Gonçalves Viana (final do século XIX) e Paiva Boléo (texto da década de 1930) nascida da necessidade de explicitar o sentido principal do passado composto. Para o primeiro, o passado composto significava sobretudo *repetição*, enquanto para Boléo o valor em jogo era *duração*. De Ilari (1997b), retomamos a análise destes autores em três pontos principais, acrescida de outros três pontos colocados pelo autor e mais dois comentados por Ambar (1998).

1. O passado composto do português exprime iteração, independente da presença de um advérbio de frequência na sentença:

- (23) a. A Maria tem encontrado o João muitas vezes/ *uma vez
 b. Ela encontrou o Pedro (uma ou várias vezes)
 c. A Maria tem encontrado o Ernesto também (mais de uma vez)

2. Assume eventualmente um valor de continuidade:

- (24) Tenho estado cansada de estudar

3. O passado composto refere-se a um período que começa no passado mas que não se conclui:

- (25) O chapéu de palha tem sido usado por agricultores desde 1810 / *de 1810
 até 1980

4. A distinção entre um valor durativo e um valor iterativo está ligada às características aspectuais do predicado, sendo relevante a *Aktionsart* do verbo (exs. (7) e (8) de Ilari 1997b:1):

- (26) a. O Fernando tem publicado na série “Novos Escritores” da Editora Ática
b. A este governo tem faltado vontade política para a solução dos problemas

(26a), com predicado de *achievement*, exibe uma leitura iterativa, enquanto um estativo como *faltar* em (26b) expressa duração.

5. O passado composto não pode ser usado para descrever a repetição quando se quer explicitar o número de vezes que o evento se repetiu:

- (27) a. *A Maria tem encontrado o João três vezes
b. A Maria tem encontrado o João muitas vezes

6. A interpretação e a gramaticalidade de sentenças em que aparece o passado composto são afetadas pela quantificação de sintagmas nominais e pela ocorrência de adjuntos:

- (28) a. O surto de meningite tem matado muita gente
b. *O surto de meningite tem matado uma pessoa/...a zeladora
c. *O surto de meningite tem matado Pedro, Carlos e José

- d. O surto de meningite tem matado uma pessoa a cada três horas nesta cidade

Os exemplos acima, de Ilari (1997b:2), confirmam o que Ambar (1998:6) descreve com relação ao passado composto do português europeu: construções compostas por *ter* no presente do indicativo mais o particípio passado não permitem uma leitura de um único evento (estados excluídos) como acontece no francês, italiano ou espanhol. Para esta autora, exemplos como o em (28b), com artigo definido no complemento, constituem uma prova demonstrando que apenas a leitura iterativa está disponível. Novamente, supomos que estados devam estar excluídos das considerações da autora (cf. *O João tem estado doente*, que expressa duração).

Ambar (1998:7), além disso, mostra que embora o português exiba algumas semelhanças com o inglês no que se refere à modificação adverbial por adjuntos como *ontem/ yesterday*, as duas línguas diferem com respeito à leitura de um único evento (exs. (1a-b) e (2a-b) da autora):

- (29) a. O João tem comprado *o livro/ muitos livros
b. John has bought the book/ many books
- (30) a. O João tem comprado muitos livros *ontem/ ultimamente
b. John has bought many books *yesterday/ lately

Portanto, enquanto a presença de advérbios temporais definidos como *yesterday* produz uma sentença agramatical também no inglês, o fato de o complemento ser “específico” não torna a sentença agramatical nesta mesma língua. Em nota,

Ambar (1998:6, nota 1) lembra que em (29a) o artigo definido pode ocorrer, produzindo uma leitura iterativa com interpretação habitual se a entidade que ele determina for [- específica]¹⁰.

O passado composto exhibe ainda outras características dignas de nota e que serão comentadas oportunamente. As particularidades acima colocadas, contudo, parecem suficientes para levantarmos a hipótese de que elas estão relacionadas à presença de um morfema de presente no auxiliar. A seguir, veremos então que características marcam o *presente simples* do PB e suas correlações com a descrição dos tempos apontados acima.

2.2 Pensando no presente

Nesta seção, vamos examinar algumas leituras de sentenças do PB cujas formas verbais empregadas são o presente simples e o presente progressivo. O nosso objetivo é mostrar que o progressivo é a forma preferencialmente empregada, em especial no PB falado, em lugar do presente simples. Isto também, como se verá, pode estar ligado à caracterização aspectual de perfectividade do tempo presente. Assim, muitas vezes, contrapomos sentenças do PB com sentenças do italiano, dado que nesta língua, a forma simples de presente se mantém em todos os contextos que vamos discutir.

¹⁰ Cabe ressaltar que Ambar (1998) não comenta a noção ou a teoria utilizada para definir uma entidade como [\pm específica].

2.2.1 O presente simples do PB e o progressivo presente

Segundo Camara (1970), o uso do presente é aquele que tradicionalmente se entende como “presente histórico”, ou seja, de formas não-marcadas para o pretérito, funcionando como tal. Em oposição a esse pretérito, o presente pode expressar presente, futuro ou um tempo indefinido.

A observação de Camara nos dá um ponto de partida para aquilo que queremos demonstrar, ou seja, que embora no PB o presente simples se mantenha como forma verbal para expressar acepções não-dêiticas, os usos dêiticos, temporais, vêm sendo substituídos pelo progressivo. Nas acepções habitual e histórica, a forma simples e a progressiva são intercambiáveis. Como veremos adiante, é esse caráter de “tempo indefinido” do morfema do presente que desempenha um importante papel também na caracterização do nosso passado composto.

Para defendermos nossa hipótese, realizamos algumas comparações entre o português e o italiano. Destas comparações, listamos a seguir três usos dêiticos de relevância em que a interpretação temporal envolvida é a de simultaneidade entre o evento e o tempo da fala (lembrar que, em princípio, a mediação feita pelo ponto de referência é imaterial):

a) presente de *atualidade*¹¹ – usado quando um evento durativo se prorroga até S, embora nada venha explicitamente asserido sobre o perdurar da situação:

(31) a. Clara è *malata*

¹¹ As definições utilizadas e exemplos em italiano são de Bertinetto (1986).

b. Clara *está doente*

c. Clara *está sendo inconveniente*

(32) a. Marinella *prepara un esame*

b. Marinella *?prepara/está preparando uma prova*

Com relação às sentenças em (31a) e (31b), vemos que no caso de estativos o PB se comporta de modo semelhante ao italiano. Nada impede, porém, considerando o conteúdo semântico do adjetivo empregado, que tenhamos sentenças como a em (31c) no progressivo se o recorte de tempo atual for mais restrito. No caso das sentenças em (32), o PB se comporta diferentemente do italiano, dado que no PB falado prevalece o uso da perífrase progressiva, enquanto no italiano esse uso é ainda opcional. E este é um ponto em que o PB e o italiano apresentam a primeira (e distintiva) diferença: enquanto nesta última língua o progressivo é opcional, no PB o presente simples é que se apresenta como opção marcada, sendo a construção progressiva preferencial.

b) presente 'imediato', ou 'de relato' – a ação é descrita simultaneamente enquanto se desenvolve. Também nesse tipo pode-se usar o progressivo, como em (33), abaixo:

(33) Neste exato instante, *estou vendo* um fulano com o rosto mascarado que *está (tá) batendo* com um bastão contra a vitrine da joalheria aqui em frente; agora *está (tá) enchendo* a bolsa com várias coisas; ...agora *está (tá) fugindo* com uma moto que estava esperando adiante

Vale lembrar que (33) poderia, é claro, ser proferido com a forma verbal simples, mas acreditamos que o progressivo seria a forma preferencial. A forma simples seria, por outro lado, reservada a um outro tipo de presente, aquele que serve para afirmações de “eficácia imediata”:

- (34) a. *Aceito de coração e te agradeço*
 b. *Estou aceitando de coração e agradecendo a ajuda*

Para Bertinetto (1986: 333), nesse caso, o de performativos, o uso da 1ª pessoa é requisito básico, fenômeno raro no caso do presente “imediato” onde se usa a 3ª pessoa. Como se vê em (34b), também o progressivo é aceitável para alguns falantes.

Nesse sentido, também em comparação ao inglês o PB mostra pouca diferença, pois, segundo Dahl (1995:417), “em particular, os seguintes tipos de contextos normalmente não tomam marcadores de progressivo e portanto tendem a ter as mesmas formas que genéricos: (i) estativos (e.g. *know, love* etc.); (ii) performativos (e.g. *I promise to go*), (iii) narrativos e especialmente discursos algumas vezes chamados de ‘presente reportivo’, i.e., relatos de uma sequência de eventos, tais como lances de esportes” (a tradução é nossa). Observando os exemplos em (35):

- (35) a. *Ih, mas o João tá sabendo a resposta da prova*
 b. *Eu prometo / ?tô prometendo ir à festa*
 c. *Baggio chuta/ ?está chutando para Zé Carlos, que passa...*

temos evidências para mostrar que o progressivo assume o lugar anteriormente desempenhado pelo presente simples no caso dos estativos¹², como em (35a), mas não em contextos “reportivos”, como a narração simultânea de uma partida de futebol etc. (cf. (35c)), ou com performativos, como em (35b). Este último caso, aliás, será retomado na seção 2.4.2, quando a proposta teórica para explicar a leitura contínua do progressivo estiver devidamente exposta.

c) presente com acepção habitual, i.e., seja em uso próprio (cf.(36a)), seja como um tipo particular representado pelo “presente de atitude” – aqui, conforme Bertinetto (1986: 334), estão envolvidos os verbos estativos permanentes, ou verbos usados como tal, como em (36b):

- (36) a. O João sempre sai/ tá saindo de casa às 5 horas
b. Na montanha me sinto outro

Note, entretanto, que mesmo numa acepção habitual como em (36a) é possível usar o progressivo sem prejudicar tal leitura. Pode haver uma ligeira diferença semântica, pois o progressivo parece permitir que visualizemos, por exemplo, em (36a), o João dentro do evento em progresso. Oportunamente, tornamos a explorar essa diferença (cf. seção 2.4.5). Sobre (36b), Bertinetto (1986: 334) comenta que, em italiano, a sentença é ambígua, pois o presente habitual não implica que o evento esteja se desenvolvendo simultâneo a S, mas se refere

¹² Adiante (seção 2.4.1) veremos que esta afirmação é sustentada também por Godói (1992:24), para quem “verbos ‘consagradamente’ estativos, como *ser*, *pensar*, *saber*, são perfeitamente possíveis no progressivo, por exemplo, *estar sendo*, *estar pensando*, *estar sabendo*”.

sempre a uma condição atual, o evento pode ou não ser verdadeiro no momento da enunciação. Comparando, entretanto, (37a) e (37b) no progressivo,

- (37) a. Na montanha me sinto outro
b. Na montanha estou me sentindo outro

podemos afirmar que no PB essa ambigüidade não se verifica, pois o presente simples em (37a) produz, preferencialmente, a leitura habitual, enquanto (37b) é que seria proferida no caso de o estado *sentir-se outro* se manter no ato de enunciação. Bianchi (c.p.) sugere como teste comparar as sentenças em (37) com as em (38):

- (38) a. (?Aqui) Na montanha me sinto outro
b. Aqui na montanha estou me sentindo outro // = *?todas as vezes que estou na montanha
c. In montagna *mi sento* un altro // = todas as vezes que estou na montanha (ex. de Bertinetto, 1986: 333)
d. Qui in montagna mi sento un altro

Nas sentenças em (38a-b), o progressivo é preferencial se quisermos interpretar a sentença tendo E simultâneo a S. No italiano, *sentire* se mantém com a morfologia de presente simples, seja para a expressão do presente habitual (cf. (38c) quanto para a do presente de atualidade (cf. (38d)).

No PB, a leitura habitual, dentre os usos da forma simples, é uma das mais produtivas (senão a mais produtiva) na fala. Outros estudos parecem indicar essa

mesma direção, embora estes estudos indiquem também que outros fatores semânticos / lexicais devam ser considerados¹³.

Além dos três usos indicadores de simultaneidade analisados, restam agora os casos em que o presente expressa anterioridade e futuridade. Começamos pelo emprego do presente que tem o evento temporalmente localizado como anterior a S. O PB conta, como o italiano, com dois tipos de presente, também conhecidos como “históricos”. O primeiro pode ser denominado ‘dramático’, quando é inserido em um contexto que enuncia uma cadeia de eventos verificados no passado, como em (39):

- (39) Napoleão *chega* a Waterloo, *dispõe* as tropas, *trava* combate e é vencido
(ex. de Almeida 1989: 228)

O segundo tipo é o presente ‘narrativo’, em que se faz uma referência a um evento já acontecido transferindo-o para o tempo atual:

- (40) a. (Ontem) vou no cinema e quem é que eu encontro?
b. (Ontem) tô indo no cinema e quem é que eu encontro?
c. (Ontem) tô indo/ vou no cinema e quem é que eu *tô encontrando?

¹³ A título de ilustração, citamos o trabalho de Schmitz (1982: 149; baseado em Leech 1971). O autor mostra que com certos predicados de percepção o sentido de ‘percepção inerte’ é expresso pelo presente simples ou pelo progressivo, enquanto o sentido de ‘percepção ativa’ é produzido apenas quando a forma empregada é o progressivo. Exemplificando com as sentenças a seguir,

- (i) a. Sinto cheiro de perfume
b. Estou sentindo cheiro de perfume
c. Sinto gosto de vinagre
d. Estou sentindo gosto de vinagre
(ii) a. Estou cheirando os perfumes para averiguar qual é o melhor
b. Juca cheira cola quando os pais dele estão fora de casa

Schmitz defende que o presente simples e o progressivo são intercambiáveis em situações com predicados como *sentir*, em (i), que o autor chama de “percepção inerte”. Com predicados como *cheirar*, entretanto, o sentido de “percepção ativa” se mantém apenas quando a forma verbal em questão é o progressivo (cf. (iia)), enquanto o presente simples produz a leitura habitual (cf. (iib)).

Para Bertinetto (1986), este uso do presente se justifica no plano estilístico, porque confere idéia de 'imediato' à descrição ou à narração. Note, comparando (40a) e (40b), que também aqui o progressivo pode substituir o presente simples. No entanto, o progressivo não confere a idéia de 'imediato', pois tal idéia pode estar ligada ao caráter perfectivo do presente que vamos defender adiante. Uma evidência disto é que nos dois casos o presente da segunda oração não pode ser substituído pelo progressivo (cf. (40c)). Com o progressivo, temos a leitura de que o encontro ocorreu durante a ida ao cinema. Formalmente, os dois tipos (dramático e narrativo) não diferem, mas aspectualmente somente o presente narrativo pode receber uma interpretação 'habitual' e aceitar a perífrase progressiva (cf. (40)).

Passemos, agora, para a análise do presente indicando posterioridade em relação a S. O primeiro tipo elencado por Bertinetto (1986) é o presente 'pro futuro', que é bastante produtivo no PB não só coloquialmente - lembrar que o futuro simples foi substituído pelo verbo *ir* no presente mais o verbo lexical.

Conforme Bertinetto (1986), no presente 'pro futuro', a referência temporal deve ser especificada de maneira oportuna, como em (41). Além disso, ele não pode ser acompanhado por datas ou expressões indicando momentos distantes no tempo, como em (42a), mas pode ocorrer em enunciados em que se entende a localização temporal de maneira precisa (Leech 1971: 60), como em (42b) e (42c):

(41) a. Volto/'tô voltando esta noite

b. Amanhã durmo/'tô dormindo na casa da minha tia

(42) a. *Em 2150 os homens dormem/ 'tão dormindo na lua o final de semana

- b. Em 2050 o Brasil comemora / tá comemorando os 550 anos de sua descoberta
- c. Em 2050 o Brasil vai comemorar os 550 anos de sua descoberta

Cabe lembrar, entretanto, que, além do progressivo, as sentenças em (41)/(42) podem ser usadas com a perífrase de futuro e que a mudança de morfologia, como dissemos anteriormente sobre (36a), provoca uma ligeira diferença de sentido.

Analogamente, em circunstâncias que implicam iminência obrigatória de um evento (de natureza contrafactual), no PB o presente ou o progressivo parecem ser as possibilidades para o falante:

- (43) a. Attento! *Vai / Stai andando / ?Andrai* a sbattere se non freni
- b. Atenção! *Vais / 'Tás indo / *Irás* contra o muro se não freiares
- (44) Mais um passo e tu *'tás / ?vais estar / *estarás* morto!

As sentenças em (43b) e (44) sustentam a tese de que o futuro simples, contrastando com o emprego no italiano em (43a), é excluído de tais contextos.

O presente com acepção de futuro apresenta ainda alguns casos em que a referência temporal é sugerida por circunstâncias pragmáticas ou situacionais, como é o caso do presente dito 'iminente' (Bertinetto 1986), que é atestado sobretudo com verbos transformativos:

- (45) a. Adesso esco
- b. 'Tô saindo / *saio agora

(46) Tô indo, tenha paciência!

Notar que (45) no PB é enunciada com o progressivo, não com o presente simples. Bianchi (c.p.) comenta que em (46) o uso do progressivo no italiano indica que o locutor se encontra na fase preparatória do evento, mas no PB essa diferenciação não se coloca, pois em (45), a forma simples é agramatical.

Como conclusão, as sentenças analisadas apontam que o progressivo assume, no PB, muitos dos valores temporais expressos com o presente simples. Enfim, segundo os estudos de Ambar (1998: 29-30), também no português europeu (cf. (49)) e no inglês (cf. (48)), a interpretação do presente simples difere daquela encontrada nas demais línguas românicas, como do francês em (47) (exs. (54) a (56) da autora):

(47) Jean parle maintenant

(48) a. *John speaks now

b. John is speaking now

(49) a. *O João fala agora

b. O João está a falar agora

Para esta autora, os contrastes acima mostram que em português europeu o presente do indicativo não tem a interpretação de presente real, pois somente interpretações futuras e genéricas são permitidas com verbos eventivos. Para nós, as considerações de Ambar indicam que estamos no caminho certo em relação à adoção do progressivo como forma verbal que vai expressar no PB os valores expressos pelo presente simples em outras línguas românicas.

Observando este mesmo comportamento apontado por Ambar, mas identificando como uma diferença somente do inglês em relação a outras línguas, Giorgi & Pianesi (1997) buscam encontrar uma explicação semântica para o comportamento temporal do presente simples. Em um primeiro momento (seção 2.2.2), trataremos de rever as interpretações que o presente assume em outras línguas românicas e germânicas. A seguir, então, partindo da proposta feita por estes autores (seção 2.3 e subseções), tentaremos estender a explicação à interpretação que o presente simples tem no português (seção 2.4 e subseções)¹⁴.

2.2.2 Os problemas do presente em línguas germânicas e românicas

Inicialmente, Giorgi & Pianesi (1997:152) adotam a classificação para predicados, usada por Dowty (1979) e Vendler (1967), que divide os predicados em *estativos* (*amar, ser alto*), *accomplishments* (*comer uma maçã*), *achievements* (*alcançar o topo, encontrar o livro*) e *atividades* (*correr, dormir*). Considerando, então, os usos e leituras do presente nestas classes de predicados, os autores notam que existem diferenças interpretativas entre o presente no inglês e todas as demais línguas românicas¹⁵ e germânicas. Tais diferenças surgem em contextos em que se empregam outros predicados que não os estativos, como

¹⁴ Enfatizamos que na subseção 2.2.2 e nas seções 2.3, 2.4 e suas subseções, as teorias apresentadas e a argumentação se inspiram diretamente em Giorgi & Pianesi (1997). Claro é que fizemos uma leitura crítica da obra, e por isso as vozes não se confundem. Os exemplos dados em PB são de nossa responsabilidade, bem como parte da seção 2.4.4, sobre o progressivo do PB e a seção 2.4.5 dedicada ao passado composto.

¹⁵ Notar que Giorgi & Pianesi (1997) estabelecem que a diferença é entre o inglês e todas as demais línguas germânicas e românicas, o que não é o caso, pois o português, incluso o europeu, como vimos pelos exemplos de Ambar em (47) e ss., parece apresentar um comportamento semelhante ao do inglês.

mostra a comparação entre as sentenças em (50) com as em (51), (52) e (53) (aos exemplos dos autores, pp. 152-3, adicionamos os exemplos do PB em (50d) e (54)):

- (50) a. John loves Mary
- b. Hans liebt Marie
- c. Giovanni ama Maria
- d. O João ama a Maria
- (51) a. John eats an apple
- b. John runs
- (52) a. Hans ißt einen Apfel
- b. Hans läuft
- (53) a. Gianni mangia una mela
- b. Gianni corre
- (54) a. O João come uma maçã
- b. O João corre

Todas as sentenças em (50) mostram que um estado “de amor” do sujeito se mantém no tempo da fala, ou seja, não há diferenças interpretativas entre o inglês (cf. (50a)), o alemão (cf. (50b)), o italiano (cf. (50c)) e o português (cf. (50d))¹⁶. O mesmo comportamento não ocorre, entretanto, com os predicados (do inglês e do português brasileiro e europeu) pertencentes à classe dos *accomplishments* ou à classe dos predicados de atividades, isto é, as sentenças em (51a) e (54a) somente podem significar que *John* é no presente o agente de um evento *comer a*

¹⁶ Vale lembrar que, como vimos, no PB, à parte uma ligeira diferença no sentido, também no caso de *estativos* tal interpretação é possível com o progressivo.

maçã, ou de *correr* em (51b) e (54b), acontecendo no momento da enunciação, em contextos marcados, como em narrativas esportivas, reprodução do que se está vendo em um quadro ou filme etc.

Com relação às outras interpretações que o presente assume nas demais línguas, o inglês e o português apresentam comportamento semelhante a elas, i.e., são admitidas as leituras “reportiva”, que comentamos acima, e “habitual”. Para a leitura habitual, que pode ser expressa em todas as línguas com o presente, tome-se uma sentença como *John eats apples* como significando que *John* é habitualmente um comedor de maçãs.

Como semelhanças, Giorgi & Pianesi (1997:154) apontam a impossibilidade de uma leitura imperfectiva do presente com predicados *achievements*, como se vê nos exemplos dados pelos autores em (55):

- (55) a. John finds a book
 b. Hans findet ein Buch
 c. Gianni trova un libro
 /João encontra um livro/

Os exemplos acima, em inglês, alemão e italiano, respectivamente, significam que o evento *encontrar um livro* é completo, chegou a um término, dado que predicados *achievements* são lexicalmente perfectivos, propriedade que parece ser universal. Na conclusão do capítulo, tornamos a analisar estes dados, mostrando que a proposta teórica que assumimos dá conta de explicar o fenômeno em (55).

Por outro lado, em todas as línguas românicas e germânicas analisadas, o presente não permite leituras perfectivas, ou seja, as sentenças em (a), nos exemplos de (51) a (54), não podem significar que no tempo da enunciação uma ação completa de comer uma maçã tenha se realizado.

Para resumir, vimos que existem três problemas ligados a sentenças com forma verbal no tempo presente. O primeiro se relaciona à impossibilidade de uma leitura contínua em inglês e português, de um lado, e sua possibilidade em várias línguas germânicas e românicas, de outro. O segundo problema diz respeito à impossibilidade de uma leitura imperfectiva com predicados *achievements* nas línguas em geral. Finalmente, o terceiro problema se refere à impossibilidade de uma interpretação perfectiva do tempo presente *tout court*.

Segundo Giorgi & Pianesi (1997: 154), os três problemas se relacionam à incompatibilidade do tempo presente com o valor de perfectividade, o que pode ser explicado através da caracterização de S no tempo presente. Os exemplos que analisamos até aqui mostram que este parece ser o caso, pelo menos nas diferentes interpretações que temos para as sentenças em (40a)/(40b), ou ainda em (42b). Nas seções que seguem, então, acompanharemos a explicação dos autores avaliando a aplicabilidade de sua análise aos tempos do PB.

Por outro lado, em todas as línguas românicas e germânicas analisadas, o presente não permite leituras perfectivas, ou seja, as sentenças em (a), nos exemplos de (51) a (54), não podem significar que no tempo da enunciação uma ação completa de comer uma maçã tenha se realizado.

Para resumir, vimos que existem três problemas ligados a sentenças com forma verbal no tempo presente. O primeiro se relaciona à impossibilidade de uma leitura contínua em inglês e português, de um lado, e sua possibilidade em várias

línguas germânicas e românicas, de outro. O segundo problema diz respeito à impossibilidade de uma leitura imperfectiva com predicados *achievements* nas línguas em geral. Finalmente, o terceiro problema se refere à impossibilidade de uma interpretação perfectiva do tempo presente *tout court*.

Segundo Giorgi & Pianesi (1997: 154), os três problemas se relacionam à incompatibilidade do tempo presente com o valor de perfectividade, o que pode ser explicado através da caracterização de S no tempo presente. Os exemplos que analisamos até aqui mostram que este parece ser o caso, pelo menos nas diferentes interpretações que temos para as sentenças em (40a)/(40b), ou ainda em (42b). Nas seções que seguem, então, acompanharemos a explanação dos autores avaliando a aplicabilidade de sua análise aos tempos do PB.

2.3 Um pouco de teoria

Para melhor entendermos a proposta de Giorgi & Pianesi (1997), algumas colocações adicionais são necessárias. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que, para os autores, o tempo S é considerado como um evento (cf. seção 1.1.3). De qualquer modo, ser S um evento ou uma entidade reichenbachiana não fará diferença para os nossos objetivos imediatos.

Em segundo lugar, devemos considerar que a teoria destes autores que vamos expor a seguir tem dois objetivos principais: a) explicar o contraste interpretativo entre o inglês de um lado e outras línguas românicas e germânicas de outro; b) explicar, utilizando essa mesma teoria, o padrão de subordinação

especialmente em contextos que envolvem a regra SOT¹⁷ (*seqüência de tempo*) do inglês e estender a explicação ao italiano.

Em relação ao primeiro ponto, não temos muito a acrescentar que não tenha sido discutido na primeira parte deste trabalho. Quanto ao segundo fator, embora não seja nosso propósito discutir os padrões temporais que regem contextos de subordinação, é sempre interessante que se possa oferecer um tratamento uniforme em relação aos fenômenos que envolvem o sistema temporal. Para tal discussão, os autores vão mencionar os estudos de Enç (1987), cujo trabalho explora o fenômeno SOT.

Queremos ainda chamar a atenção que, para o estudo dos padrões de subordinação, Giorgi & Pianesi (1997) investigam a interface sintaxe/semântica no que se refere às suas propriedades aspectuais. Para os autores, os eventos que fornecem uma âncora¹⁸ temporal devem ser conceptualizados como pontuais. Tal hipótese, entretanto, não nos surpreende pois, observando o contexto que geraria o fenômeno no PB (o italiano tem o mesmo comportamento), vemos que o “tipo” de passado usado numa sentença que exhibe o fenômeno SOT (cf. *O João disse que a Maria estava grávida*) é o imperfeito; por isso, a investigação foi colocada pelos autores no campo aspectual. Como esse raciocínio se estenderia à interpretação do presente em sentenças raízes é o desafio que ora passamos a acompanhar.

¹⁷ O fenômeno SOT (ou *Seqüência de Tempo*) se refere a uma situação em que um morfema de tempo passado ocorre imediatamente encaixado sob um outro tempo passado, mas este passado na encaixada pode ser interpretado como simultâneo ao tempo passado da oração matriz, como acontece em *John heard that Mary was pregnant* (o João ouviu que a Maria estava grávida) – de Enç (1987: 635).

¹⁸ O termo *âncora temporal* (ou *ancoragem*) deve ser entendido no senso de Enç (1987). De modo simplificado, Enç propõe que todo tempo (*tense*) deve ser temporalmente ordenado com relação a âncoras temporais. Em outras palavras, o evento da oração principal é ancorado ao tempo da fala, enquanto o evento de uma oração encaixada é ancorado ao evento da oração subordinante.

2.3.1 A teoria da relação *parte de*

Para mostrar que existem interações entre as propriedades aspectuais e as condições de ancoragem é necessário que se adote uma perspectiva ontológica. Assim, inicialmente, Giorgi & Pianesi (1997) exploram as propriedades merológicas (a tradução é nossa¹⁹) de domínios eventivos, i.e., as propriedades que podem ser descritas através da relação *parte de*²⁰. Basicamente, a teoria pode ser ilustrada considerando-se exemplos como em (56):

- (56) O João comeu uma maçã. Enquanto comia o primeiro pedaço dela, ele lembrou que tinha que telefonar pra Maria

A primeira sentença em (56) é verdadeira sse existe um evento (passado) que é um comer cujo agente é o João. Suponha que x é um evento que satisfaz esta condição. Já o evento expresso no segundo período é, intuitivamente, um subevento, uma parte de x . Então, de modo geral, podemos dizer que o evento de comer uma maçã é composto por partes menores, por exemplo, uma parte que é comer o primeiro pedaço da maçã; outra, comer um segundo pedaço da maçã e assim sucessivamente. A relação *parte de* entre dois eventos x e y pode ser simbolizada através da relação binária $P(x,y)$ que é verdadeira sse x é uma parte de y .

¹⁹ No Brasil, a literatura especializada adotou a tradução direta do inglês (*mereology*, i.e., *mereologia*); optamos por usar a tradução do radical no português: “-mero- elem. comp., do gramática *méros* ‘parte, porção’, que se documenta em alguns vocábulos da linguagem científica internacional, particularmente no domínio da biologia: *andromerogonia*, *artrômetro* etc. Cp.-MERI-” (de Cunha 1992: 515).

²⁰ Segundo Giorgi & Pianesi (1997:155), a idéia de que a merologia (teoria da relação *parte de*) desempenha um papel importante na semântica e na ontologia das línguas naturais é creditada a Davidson (1967). Atualmente, a merologia tem sido explorada por Link (1983, 1987), Bach (1986), Krifka (1989) e Landman (1989, 1990), dentre outros.

Outra importante relação que pode ser derivada da relação *parte de* é a de *sobreposição*. Nesta relação, devemos imaginar três eventos – x , y e z – tal que x consiste, por exemplo, de uma refeição completa feita pela Maria, y consiste em comer o primeiro e o prato principal dessa refeição, e z consiste em comer o prato principal e a fruta. Então y e z se sobrepõem, uma vez que eles compartilham uma parte comum, i.e., o comer o prato principal. Formalmente, a relação de sobreposição pode ser definida como em (57) – de Giorgi & Pianesi (1997: 155):

$$(57) \quad O(x,y) \equiv_{df} \exists z (P(z,x) \ \& \ P(z,y))$$

A definição em (57) pode ser lida assim: para uma relação de sobreposição (O), existe um evento z tal que z é parte de x e z é parte de y . Sob uma outra perspectiva, podemos ilustrar a relação de sobreposição considerando, por exemplo, uma sequência como a em (58):

(58) Enquanto a Maria estava comendo, o João contou que a Ana estava grávida

Em (58), imagine ser x o evento de contar pelo João, y é o comer de Maria e z o estado de gravidez de Ana. Neste caso, os “eventos” se sobrepõem, dado que o tempo em que a Maria está comendo (y) se sobrepõe ao contar do João (x), e o estado de gravidez (z) se sobrepõe aos dois.

Entretanto, as duas relações dessa teoria não são suficientes para captar a distinção entre o aspecto *perfectivo* (limitado, fechado) e o *imperfectivo* (não

limitado, aberto). Na sequência em (58), por exemplo, temos um contraste entre x , de um lado, e os “eventos” y e z , de outro. Observando as sentenças em (59),

- (59) a. O João comeu a maçã
b. O João comia a maçã

sabemos que a sentença em (59a) significa que o evento de comer a maçã terminou, enquanto na sentença em (59b), por sua vez, o evento em questão não é necessariamente acabado. As duas formas verbais, então, contrastam com respeito à perfectividade e este contraste não pode ser capturado pela teoria da relação *parte de*, pois tanto o evento correspondente ao predicado perfeito (cf. (59a)) quanto ao imperfeito (cf. (59b)) podem ser pensados como sendo constituídos de partes. Intuitivamente, um evento perfectivo pode ser uma parte de um imperfectivo e vice-versa, e ambos podem ser partes de outro evento perfectivo ou imperfectivo.

Para melhor caracterizar tal distinção, então, a proposta é a de que a contraparte formal da noção de perfectividade é a noção de evento/estado *topologicamente fechado*²¹. A idéia básica é que, dado um conjunto X de objetos e uma função cl (iniciais de *closure*, ou *fechamento*) mapeando de X para X , cl é um operador de fechamento topológico sse os seguintes axiomas se sustentam (de Giorgi & Pianesi 1997:156):

- (60) a. $P(x, cl(x))$
b. $cl(cl(x)) = cl(x)$

²¹ Para conhecer melhor as abordagens topológicas sobre aspecto, os autores remetem a Desclés (1989) e Jackendoff (1991).

$$c. \text{cl}(x) + \text{cl}(y) = \text{cl}(x + y)$$

Aplicando-se estas fórmulas ao domínio de eventos, vemos que, tomando *cl* como uma função perfectivizante, (60a) se sustenta: sendo *x* um evento imperfeito contido em sentenças como *o João comia uma maçã* e sendo *cl(x)* um evento perfeito, como em *o João comeu uma maçã*, então o evento *x* é parte do evento *cl(x)*. Consideremos agora (60b): se *x* é um evento perfeito, i.e., $\text{cl}(x) = x$, logo não existe um evento perfectivo menor contendo *x* que não o próprio *x*. Assim, sendo *x* um evento como *o João comeu a maçã*, então não existe um evento perfectivo menor que não seja igualmente um comer da maçã por João; a fórmula em (60b), portanto, se sustenta. Finalmente, como apontam Giorgi & Pianesi (1997: 156), é intuitivamente claro que se *x* e *y* são eventos imperfeitos e *z* é a soma destes eventos, então o evento perfectivo correspondente a *z* é a soma dos eventos perfectivos *x* e *y*. Se, por exemplo, *x* é um evento do tipo *o João comia uma maçã* e *y* é um evento como *o João assistia o jogo na tv* (suas contrapartes perfeitas: *o João assistiu o jogo na tv*; *o João comeu uma maçã*), então *z* deve ser algo do tipo *o João assistia o jogo na tv e comia uma maçã* e o evento perfectivo correspondente a *z* é a soma dos eventos perfectivos de *x* e *y*, ou seja, *o João assistiu o jogo na tv e comeu a maçã*. A fórmula em (60c) também se sustenta. Como conclusão, os axiomas em (60a) a (60c) se sustentam como a função de *cl* desde que *cl* seja considerado como um operador de fechamento topológico. Portanto, os valores deste operador – i.e., de eventos/ estados perfectivos – podem ser considerados como entidades topologicamente fechadas.

Segundo Giorgi & Pianesi (1997), tomando o predicado *Cl* como símbolo da noção de fechamento, a sentença em (59a) tem a forma lógica como em (61):

(61) $\exists e \exists x (\text{comer}(e) \ \& \ \text{Cl}(e) \ \& \ \text{maçã}(x) \ \& \ \text{Tema}(e, x))$ ²²

Assim, a noção formal que corresponde à noção intuitiva de perfectividade é a de *fechamento topológico*. Predicados perfectivos denotam eventos/ estados topologicamente fechados, e predicados imperfectivos denotam eventos não topologicamente fechados²³.

Tendo, pois, esta distinção em mente, passemos à caracterização de S e de como essa caracterização se relaciona à semântica que o presente exhibe.

2.3.2 Pontualidade: uma propriedade de S

Discutindo a teoria de Taylor (1977) sobre o progressivo, Dowty (1979: 167; citado por Giorgi & Pianesi 1997:157) observa que é impossível ter um tempo presente com predicados eventivos se o tempo da enunciação é um momento:

²² Conferindo em Parsons (1990: 232), vemos que a fórmula em (61) não corresponde exatamente à sentença em (59a). De modo simplificado, conforme o autor, sem a noção de fechamento, temos algo como em (i):

(i) $(\exists e) [\text{comer}(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Tema}(e, \text{maçã})] \ \& \ (\exists t) [t < \text{agora} \ \& \ \text{Cul}(e, t)]$

Leia-se: para algum evento *e*, *e* é um comer, o agente de comer é João, o tema de *e* é maçã e *e* culmina antes de agora.

²³ Giorgi & Pianesi (1997: 156) mencionam que, na literatura, as características interpretativas do aspecto perfectivo têm sido analisadas através de um aparato quantificacional. Lenci & Bertinetto (1995), por exemplo, propõem que em sentenças perfectivas o tempo do evento é existencialmente quantificado. Além disso, estes autores argumentam que o aspecto imperfectivo envolve uma quantificador forte ligando a variável temporal. Contudo, também nesse caso o contraste perfeito/ imperfeito não pode ser capturado observando o comportamento quantificacional da variável temporal eventiva. Para Giorgi & Pianesi (1997), esta teoria precisa ser suplementada pela distinção ontológica acima explorada. Oportunamente, então, veremos como isso será acomodado.

- (62) Se α é um verbo de atividade ou um verbo *accomplishment/ achievement* então $\alpha(x)$ é verdadeiro apenas em um intervalo mais largo que um momento

Conforme (62), a impossibilidade de uma sentença como *O João corre* é causada pelas propriedades intrínsecas de predicados eventivos e pelo fato de o tempo da fala ser um ponto.

Para Giorgi & Pianesi (1997), a idéia de que o tempo da fala é pontual é essencialmente correta. Entretanto, a noção de pontualidade deve ser melhor investigada para que se possa explicar por que, em línguas como o italiano, predicados eventivos no presente são aceitáveis com uma leitura contínua.

De uma perspectiva teórica, pensando em uma estrutura de intervalos como a adotada por Dowty (1979), não parece correta a hipótese de que o tempo da fala é um momento ou um ponto temporal, dado que pontos temporais são intervalos sem extensão. Contudo, pontos temporais em geral, e o tempo da fala em particular, tem duração. Além disso, intuitivamente, a enunciação toma tempo. Levando em conta tais considerações, na seção que segue, veremos como os autores conseguem derivar uma noção de pontualidade que não acarrete ausência de duração.

2.3.3 Revisando a noção de pontualidade

Inicialmente, é preciso lembrar que se pretende relacionar a noção de pontualidade com a possibilidade de “ancorar” temporalmente eventos/estados. Quando um evento e_1 deve ser temporalmente ancorado (cf. notas 17 e 18 da

seção 2.3) a outro evento e_2 , deve-se determinar se e_1 precede, segue, ou é simultâneo a e_2 ²⁴.

Considere um domínio merotopológico de eventos \mathcal{E} e um evento x que separa \mathcal{E} em duas partes desconexas \mathcal{E}' e \mathcal{E}'' ; tal evento é chamado divisor para \mathcal{E} . Então, no que diz respeito a x (e suas partes), é possível escolher arbitrariamente um evento de \mathcal{E}' e outro de \mathcal{E}'' e chamá-los, respectivamente, *passado* de x (e de suas partes) e *futuro* de x . Em outras palavras, pares como $\langle y, x \rangle$, $\langle x, z \rangle$ e $\langle y, z \rangle$ podem ser formados (sendo y e z , respectivamente, partes de \mathcal{E}' e \mathcal{E}''). O significado destes pares é que y precede x , x precede z , e y precede z , respectivamente. Para \mathcal{E} ter uma ordenação temporal uniforme e consistente – i.e., estender a relação de precedência temporal a pares arbitrários de eventos – uma coleção δ de divisores cobrindo \mathcal{E} deve ser considerada em vez de um único divisor. Deste modo, cada evento x em \mathcal{E} é associado com um divisor que determina o passado e o futuro de x . Tal divisor é chamado *divisor de x* e é simbolizado através da função $d(x)$.

O par $\langle \mathcal{E}, \delta \rangle$, que consiste de um domínio de eventos merotopológico \mathcal{E} e de uma coleção de divisores δ cobrindo \mathcal{E} , é chamado *estrutura de eventos orientada*. Este procedimento define em uma estrutura de eventos orientada uma relação de precedência temporal \leq_δ . Outras relações temporais como

²⁴ Segundo Giorgi & Pianesi (1997: 185; nota 14), a idéia de que os tempos podem ser derivados de eventos remonta a Russell (1936), onde instantes de tempo são concebidos como conjuntos maximais de pares de eventos simultâneos (ou sobrepondo-se temporalmente), e a Whitehead (1929). Mais recentemente, Kamp (1979) e van Benthem (1983) têm desenvolvido sistemas formais que tomam eventos como entidades primárias e instantes e intervalos temporais como entidades derivadas. Contudo, eles sustentam que a relação temporal de *precedência* é primitiva, embora ela se aplique a eventos. Os autores adotam um procedimento inspirado em Pianesi & Varzi (1996a, 1996b) para quem as relações temporais podem ser derivadas das propriedades merotopológicas de domínios eventivos.

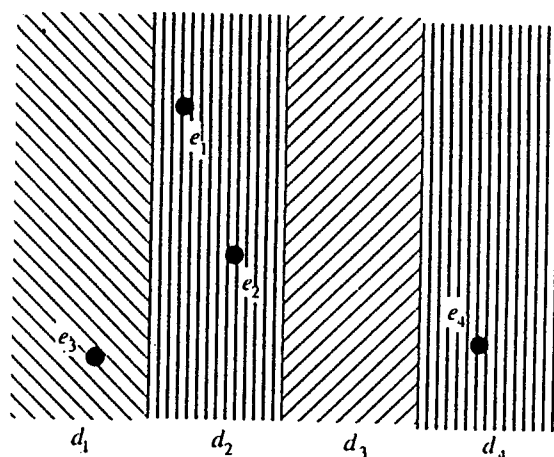
simultaneidade podem ser derivadas. Dois eventos e_1 e e_2 são simultâneos sse eles têm o mesmo divisor – ou seja, sse $d(e_1) = d(e_2)$. Neste caso, escreve-se $e_1 \approx_\delta e_2$. A relação de *parte temporal*, por sua vez, é definida como em (63):

(63) e_1 é uma parte temporal de e_2 , escrito $TP_\delta(e, e')$, sse $P(d(e_1), d(e_2))$

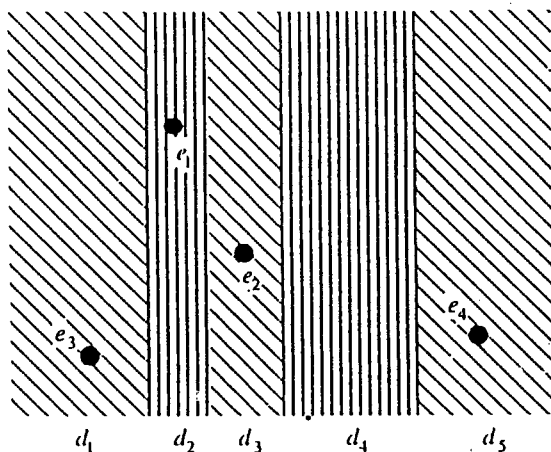
O subscrito enfatiza a dependência das relações temporais na escolha da coleção de divisores δ . Esta é uma característica importante de estrutura de eventos orientada: as distinções temporais que podem ser expressas são todas e somente aquelas permitidas pela escolha de δ .

Considere as duas figuras em (64), que representam duas estruturas orientadas obtidas de um mesmo domínio de eventos \mathcal{E} pela escolha de dois δ s diferentes. O domínio de eventos e os divisores são ilustrados como uma porção do plano e de barras verticais, respectivamente (de Giorgi & Pianesi 1997: 159):

(64) a.



b.



Na estrutura orientada em (64a), conforme a coleção de divisores escolhida $\delta = \{d_1, d_2, d_3, d_4\}$, e_3 precede e_1 , e_2 e e_4 ; ambos, e_1 e e_2 , precedem e_4 . Entretanto, e_1 e e_2 são parte do mesmo divisor mínimo, i.e., $d(e_1) = d(e_2)$, então no que diz respeito a δ , e_1 e e_2 são simultâneos. Em outras palavras, δ não distingue as propriedades temporais de e_1 das de e_2 . Para exemplificar, considere um período com em (65):

- (65) a. Enquanto o sino tocava, a Maria disse que o João tinha se matado
 b. Depois que o sino tocou, a Maria contou que o João tinha se matado

Em (65a), o tocar do sino corresponde a e_1 , o dizer da Maria corresponde a e_2 e o suicídio de João corresponde a e_3 . De acordo com a coleção de divisores escolhida, então, e_3 precede e_1 e e_2 que compartilham o mesmo divisor, ou seja, d_2 . Além disso, pelo divisor d_4 , vemos que e_4 é o tempo S, precedido por e_1 , e_2 e por e_3 .

A situação é diferente em (64b). Um divisor de coleção refinado $\delta' = \{d_1, d_2, d_3, d_4, d_5\}$ foi escolhido para dividir o divisor d_2 de (64a). No que tange a δ' , e_1

precede e_2 , i.e., δ' distingue as propriedades temporais de e_1 das de e_2 . A sequência em (65b), por exemplo, pode ser relacionada à estrutura orientada em (64b) se tomarmos o suicídio de João como e_3 , que precede e_1 , o tocar do sino, que, por sua vez, precede e_2 , o contar da Maria. As propriedades temporais dos três eventos são, portanto, distinguidas pela coleção de divisores escolhida. Note, ainda, que os três eventos precedem e_4 , o evento da fala.

Resumindo: Giorgi & Pianesi (1997) discutiram a construção de relações temporais de eventos que se relacionam às noções auxiliares de *divisor* e *coleção de divisores*. Uma importante característica é que as estruturas temporais resultantes não são absolutas, mas dependem da opção da condição do divisor. Tal característica permitirá aos autores unificar a análise de ancoragem temporal em contextos matriz e encaixado.

Para formalizar a noção de pontualidade, os autores (re)elaboram a proposta de Russell (1936) e também considerada por Kamp (1979)²⁵, segundo a qual um evento é pontual sse ele não é partilhado por outros eventos. Ou seja, um evento é pontual sse não existem eventos que se sobrepõem temporalmente a ele e que não se sobrepõem uns aos outros. A sobreposição temporal pode ser definida como em (66) – de Giorgi & Pianesi (1997:159):

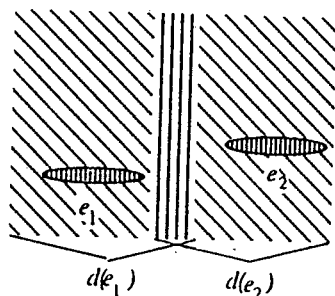
$$(66) \quad TO_{\delta}(e_1, e_2) \equiv_{df} O(d(e_1), d(e_2))$$

Dada uma estrutura de eventos orientada $\mathcal{N} = \langle \mathcal{E}, \delta \rangle$, dois eventos se sobrepõem temporalmente em \mathcal{N} sse seus divisores $d(e_1)$ e $d(e_2)$ se sobrepõem no sentido

²⁵ Os autores Russell (1963) e Kamp (1979) são citações de Giorgi & Pianesi (1997: 159).

merológico ordinário – i.e., sse $d(e_1)$ e $d(e_2)$ têm uma parte comum (de Giorgi & Pianesi 1997: 160):

(67) a.



b. Enquanto a Maria come banana, o João cata pulgas

A estrutura em (67a), então, captura a noção de sobreposição e (67b), supondo que e_1 seja o comer banana por Maria e e_2 seja o catar pulga por João, serve de exemplificação para (67a). Aqui, o evento s se caracteriza como pontual, pois ele é sobreposto pelos dois eventos que se sobrepõem mutuamente, i.e., existe pelo menos uma parte de cada um dos eventos de comer banana e de catar pulgas que se sobrepõem e que também se sobrepõem ao tempo da fala.

A noção original de pontualidade de Kamp (1979; citada por Giorgi & Pianesi 1997: 160) pode ser traduzida como em (68):

(68) e é pontual em $\mathcal{H} = \langle \mathcal{E}, \delta \rangle \equiv_{df} \forall xy (TO_\delta(e, x) \& TO_\delta(e, y) \rightarrow TO_\delta(x, y))$

Como requerido, e é pontual sse cada dois eventos que a ele se sobrepõem também se sobrepõem temporalmente um ao outro. A definição em (68) preenche

os requisitos discutidos acima. Além disso, (68) não define pontualidade na base da duração mas caracteriza eventos pontuais como desprovidos de estrutura temporal interna. Assim definida, pontualidade não é absoluta. De fato, as propriedades e as relações temporais de uma estrutura de eventos orientada depende da escolha de uma coleção de divisores δ . Conseqüentemente, depende de δ se dois eventos se sobrepõem em uma estrutura orientada ou não. Dado que (68) define pontualidade através de TO_δ , pontualidade em si depende da escolha de δ . Em outras palavras, um evento pode ser pontual em uma dada estrutura de eventos orientada e não-pontual em outra. Uma definição de pontualidade equivalente a (68) é (69) (Giorgi & Pianesi (1997:160):

- (69) a. Um evento é pontual em $\mathcal{H} = \langle \mathcal{E}, \delta \rangle$ sse seu divisor é mínimo.
 b. Um divisor é mínimo em $\mathcal{H} = \langle \mathcal{E}, \delta \rangle$ sse ele não contém outros divisores.

Utilizando (69), podemos estabelecer, com Giorgi & Pianesi (1997), o seguinte princípio interpretativo universal:

- (70) O evento que serve de âncora é pontual

Em (70), os autores se referem ao evento ancorante e não ao evento da fala, porque mostrarão adiante que a ancoragem de eventos em orações encaixadas obedece às mesmas restrições que em orações matrizes. Estabelecidas as definições de pontualidade e sobreposição, vejamos, então, como elas podem ajudar a explicar os problemas levantados.

2.4 Buscando soluções

Na seção 2.2.2, apontamos três problemas relacionados ao presente nas línguas românicas e germânicas que aguardavam por uma solução: o primeiro se relaciona à impossibilidade de uma leitura contínua em inglês e português, de um lado, e várias línguas germânicas e românicas, de outro. O segundo problema diz respeito à impossibilidade de uma leitura imperfectiva com predicados *achievements* nas línguas em geral. Finalmente, o terceiro problema se refere à impossibilidade de uma interpretação perfectiva do tempo presente *tout court*.

2.4.1 Presente e interpretação perfectiva

O último dos problemas apontados na seção 2.2.2 é a impossibilidade que predicados no presente têm em expressar uma leitura perfectiva. Para explicar esse problema, vamos defender, com Giorgi & Pianesi (1997), que o evento denotado por predicados eventivos tem propriedades temporais internas típicas de processos e que por isso são incompatíveis com a pontualidade que caracteriza o tempo da fala.

Começemos, pois, pela noção de processo. Como se sabe, a noção de processo é freqüentemente usada para caracterizar as propriedades de ação (*aktionsart*) de predicados. Segundo Parsons (1990: 21), por exemplo, processos são como eventos no que se refere à expressão de um acontecimento²⁶, mas são como estados por não apresentarem aparentemente pontos de fechamento naturais (a tradução é nossa).

²⁶ Cabe lembrar que Parsons (1990) não chega a definir diretamente o que é um *evento*, embora a afirmação que traduzimos (livremente) pareça fornecer dados indiretos para uma definição.

Um teste geralmente usado para detectar se um evento é processo é o chamado *critério progressivo*, segundo o qual um predicado é um processo se ele pode ser progressivizado (cf. Parsons 1990:34):

- | | | |
|------|------------------------------|--------------------------------|
| (71) | a. *John is loving | /João está amando/ |
| | b. John is running | /João está correndo/ |
| | c. John is eating an apple | /João está comendo uma maçã/ |
| | d. *John is winning the race | /João está vencendo a corrida/ |

Como mostra (71), exemplos de Giorgi & Pianesi (1997:161), tanto atividades (cf. (71b)) quanto *accomplishments* (cf. (71c)) são processos. Aos predicados *achievements*, segundo Giorgi & Pianesi, podemos atribuir um traço [- processo], dado que eles não tomam o progressivo. Contudo, como se têm observado, alguns predicados *achievements* são compatíveis com a morfologia do progressivo (cf. Comrie 1976; Vlach 1981; Mourelatos 1978; citados por Giorgi & Pianesi 1997:161):

- | | | |
|------|------------------------------|--------------------------------|
| (72) | a. John is winning this game | /João está vencendo este jogo/ |
| | b. Mary is reaching the top | /Maria está alcançando o topo/ |

Kearns (1991; citado por Giorgi & Pianesi (1997: 161) analisa exemplos como (72) e conclui que a aceitação do progressivo nestes casos depende da disponibilidade de processos que tipicamente conduzem ao *telos* denotado pelo predicado *achievement*. Considerando também exemplos como os em (73):

- | | | |
|------|------------------------|------------------------------|
| (73) | a. John is noting Mary | /João está observando Maria/ |
| | b. John is dying | /João está morrendo/ |

os autores ponderam que (73a) é aceitável se proferido em uma situação em que João está fazendo algo que o levará a notar Maria. O mesmo se aplica a (73b), se pensarmos em uma situação em que o evento que está ocorrendo leva tipicamente à morte.

Para nós, entretanto, parece difícil explicar por que (71d) é agramatical, enquanto (72a) é considerada gramatical – ou mesmo as sentenças em (72b) ou (73). No PB, segundo os comentários de Godoi (1992:24), o critério usado por Vendler (1967) para classificação de predicados não se sustenta, pois “verbos ‘consagradamente’ estativos, como *ser*, *pensar*, *saber*, são perfeitamente possíveis no progressivo, por exemplo, *estar sendo*, *estar pensando*, *estar sabendo*. O mesmo ocorre com praticamente todos os verbos *achievements*, que também tomam o progressivo sem problemas” (exemplo (1.6) da autora):

- (74) Este povo está morrendo aos poucos

De qualquer modo, e aqui voltamos a concordar com os autores, parece que a noção de processo é relevante para a caracterização de predicados *achievements*, *accomplishments* ou atividades. A proposta, então, é que cada evento denotado por um predicado eventivo ou é um processo ou contém uma parte processual. A primeira possibilidade, a de ser um processo, pode ser obtida quando o predicado é neutro no que diz respeito à oposição perfectivo/imperfectivo:

(75) A Maria está correndo/ corria

Notar que em (75) o significado da sentença envolve um evento aberto (*non-closed*), que está acontecendo. O segundo caso ocorre com predicados perfectivos:

(76) A Maria correu muito

O evento fechado de correr em (76) contém uma parte processual. Do ponto de vista conceitual, um evento topologicamente fechado é uma entidade que contém seus limites (*boundary*); um evento topologicamente aberto é uma entidade que não contém seus limites, i.e., um evento fechado corresponde a um evento aberto ao qual se adicionou limites. Assim, se eventos não-fechados são processos, então um evento fechado pode ser decomposto em uma parte processual e um limite.

Processos como *correr*, seguem os autores, são eventos se desenvolvendo no tempo. Eles podem ser analisados como consistindo de partes sucessivas que são, em si, *correr* (Landman 1992; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 162). Igualmente, uma sentença como *João comeu uma maçã* tem uma seqüência temporal de eventos *comer* elementares. Esta é também a perspectiva adotada por Parsons (1990: 184), para quem “a so-called ‘process verb’ is a verb having the property that when it is true of an event *e* it is typically true of many culminated ‘subevents’ of *e* that have the same subjects and objects”. Pensando no evento que consta em (76), podemos defender, com Parsons, que “um correr é

um evento que tipicamente consiste de eventos “menores” que também são correr pela mesma pessoa” (a tradução é nossa).

Portanto, para um evento ter o estatuto de processo, existem dois requisitos:

a) e deve ter uma estrutura merológica, que consiste de partes eventivas do mesmo tipo de e ; e

b) e deve ter uma estrutura temporal que espelhe, ainda que parcialmente, a estrutura merológica.

Estes requisitos podem ser formalizados como em (77) – ex. (29) de Giorgi & Pianesi (1997: 162):

- (77) Sendo $\mathcal{T} = \langle \mathcal{E}, \delta \rangle$ uma estrutura de eventos orientada e e um evento tal que o predicado ϕ se aplica a ele – ou seja, $\phi(e)$. e é um processo- ϕ em $\mathcal{T} \equiv_{\text{def}} \exists e_1 e_2 (\phi(e_1) \ \& \ \phi(e_2) \ \& \ \text{TPP}(e_1, e) \ \& \ \text{TPP}(e_2, e) \ \& \ e_1 \neq e_2)^{27}$

De acordo com (77), um evento e é um processo de correr em uma estrutura de eventos orientada sse existem partes próprias temporais distintas de e que são eventos de *correr*. Na definição em (77), a noção de processo é dependente da noção de estrutura temporal e, assim, um evento só pode ser visto como processo se uma estrutura temporal apropriada está disponível. Se a estrutura temporal atribuída a e tem um divisor mínimo (cf. (69)), i.e., se e é pontual, ele não pode

²⁷ Em nota, Giorgi & Pianesi (1997:187, nota 20) definem a noção de TPP (*temporal proper part*):

(i) $\text{TPP}_\delta(e_1, e_2) \equiv_{\text{df}} \text{PP}(d(e_1), d(e_2))$
onde PP é a relação *parte própria de* assim definida (ver também outras definições em Giorgi & Pianesi 1997: 185, nota 6):

(ii) $\text{PP}(x, y) \equiv_{\text{df}} P(x, y) \ \& \ \neg P(y, x) / x \text{ é uma parte própria de } y.$

ser considerado um processo, mesmo que tenha uma estrutura merológica. Conforme a definição discutida em (68), seção 2.3.3, pontualidade significa negligenciar a estrutura temporal. Por essa razão, segue-se que um processo não pode ser simultâneo a um evento pontual.

Tais propriedades se estendem a eventos fechados. Fechamento topológico, como se viu, implica adicionar um limite aos processos sem afetar as propriedades temporais destes. Um evento fechado, então, mantém as propriedades temporais de suas partes processuais e, conseqüentemente, ele não pode ser simultâneo a um evento pontual.

A este ponto, segundo os autores, devemos lembrar que a hipótese é de que perfectividade implica um fechamento topológico em eventos e, além disso, implica uma quantificação existencial sobre os tempos dos eventos (cf. nota 23). Então, a forma lógica de uma sentença no tempo presente perfectivo é como em (78):

$$(78) \quad \exists e \exists t (\phi(e) \ \& \ Cl(e) \ \& \ em(t, e) \ \& \ s \approx t)$$

Notar que s é pontual e e é fechado; logo, s e e não podem ser simultâneos e a forma lógica em (78) é excluída. Assim, o fato de que o presente não tem leitura perfectiva em nenhuma língua está ligado ao conflito existente entre as propriedades interpretativas de S , expresso em (77), e a presença de uma parte processual em eventos fechados. Giorgi & Pianesi (1997: 163) formulam a restrição em (79):

(79) Restrição de pontualidade:

Um evento fechado não pode ser simultâneo com um evento pontual.

que conclui as discussões feitas até aqui e que vai ser usada também para demonstrar por que, com predicados de eventos, é impossível, no PB, uma leitura contínua com o tempo presente. Deixaremos, portanto, as exemplificações para mais adiante.

2.4.2 Sobre a impossibilidade de leitura contínua

Passemos, agora, ao primeiro problema surgido com a análise de sentenças com predicados de eventos no presente do inglês e do português: a impossibilidade de uma leitura contínua nestas línguas contrastando com línguas como o italiano e o alemão. Referindo-se particularmente ao inglês, Giorgi & Pianesi (1997: 163) procuram mostrar que isso se deve ao fato de que em inglês o traço com o valor [+ *perf*] está associado a todos os predicados eventivos. Esta associação é necessária em inglês, mas não é em italiano e em outras línguas devido às propriedades morfológicas, ou à morfologia pobre, dos verbos ingleses. A presença desse traço, segundo os autores, implica fechamento e, então, como se discutiu anteriormente, um evento fechado não pode ser mapeado para S, a âncora temporal pontual. Nas outras línguas, em contraposição, o evento não é fechado e portanto pode ser mapeado para S.

Note, contudo, que se tal impossibilidade de leitura estiver ligada exclusivamente à pobreza de morfologia, então, não temos como explicar o comportamento semelhante das formas do presente simples no português. Discute-se muito o empobrecimento flexional do PB, especialmente no que se refere à concordância de pessoa; tal empobrecimento, no entanto, não é atribuído

à morfologia do português europeu que, segundo o exemplo de Ambar (cf. ex. (49), seção 2.2.1), também não mostra disponibilidade de leitura contínua.

Consideremos, inicialmente, o que levou os autores a proporem tal idéia examinando a morfossintaxe do verbo inglês. Roberts (1993; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 163), observa que os verbos ingleses são palavras bem formadas, mesmo sem adição de morfologia flexional, e que a mudança de uma estrutura morfológica mais rica, existente no inglês antigo, para a do inglês atual tem um papel importante no desenvolvimento do inglês atual.

Retomando a observação de Roberts, Giorgi & Pianesi (1997: 163-164) acrescentam que uma palavra como *eat* é uma forma “pelada” e que pode expressar vários valores, como o infinitivo (sem *to*), a primeira e a segunda pessoas do singular, e a primeira, a segunda e a terceira pessoas do plural. Além disso, muitas outras palavras do inglês são ambíguas categorialmente, pois elas podem identificar um “objeto” ou uma “ação”, como *dream*, *dress*, *want*, *fall* etc. Isto, segundo os autores, não acontece em italiano, onde verbos são sempre palavras complexas, com morfema lexical mais flexão, e onde a flexão verbal é geralmente distinta da nominal. Ademais, do ponto de vista tipológico, o inglês é uma língua peculiar no domínio românico/germânico.

Chomsky (1995; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 164) aponta que os traços categoriais são *interpretáveis*, dado que é necessário distinguir, por exemplo, entre um verbo e um nome, para atribuir as propriedades referenciais corretas a eles. Consideremos a função da especificação verbal, presumivelmente [+V; -N]. Estes traços interpretáveis devem ser associados com o feixe de traços correspondente à entrada lexical – ou seja, à forma *eat* em inglês. Notar que AGR também carrega traços categoriais, que entretanto só aparecem sob este nó para

atrair o verbo, de forma visível ou coberta. Os traços categoriais em AGR são, conseqüentemente, não interpretáveis. Se esse raciocínio está correto, segue-se que é necessário associar os traços categoriais com a forma verbal para a derivação convergir. Em línguas com morfologia rica, como o italiano, uma forma verbal é reconhecida como verbo justamente pela presença de traços verbais típicos – i.e., um forma como *mangiamo* (comemos) apresenta os traços verbais típicos de pessoa e número, o que a torna reconhecidamente verbal. No caso do inglês, entretanto, não há traços visíveis (morfologia flexional) associados com a forma verbal.

Mas verbos existem em inglês e a criança é capaz de discernir nomes de verbos com relativa facilidade. A hipótese, então, é a de que o feixe de traços pode ser “desambigüizado”, i.e., ele é identificado como pertencente a uma categoria lexical por estar sistematicamente associado com traços aspectuais, que são típicos apenas de verbos. A categoria aspectual carrega os traços [+perf, +V; - N] – ou seja, ela é associada com traços categoriais verbais. ASP é uma categoria funcional; portanto, uma vez que os traços são checados, eles são apagados. De modo mais específico, os autores propõem que em inglês existem dois feixes de traços correspondentes a uma palavra como *dress*. O primeiro é associado com a forma nominal, e o segundo, com a forma verbal. Este último se distingue do primeiro porque é associado com o valor *perfectivo*. Se a análise está correta, a predição é a de que um verbo em inglês é sempre perfeito, dado que este é o único modo de fornecer os traços categoriais corretos ao verbo e de permitir que a derivação convirja.

As questões que se colocam, então, são: por que em inglês o verbo é associado com o traço [+perf] e nunca com [-perf]? E como essa caracterização

se estende ao PB, que tem verbos que apresentam morfologia flexional, mas cujo sistema temporal apresenta algumas semelhanças com o do inglês, pelo menos com relação ao presente?

Em inglês, a hipótese os autores é que a associação dos traços categoriais [+V; -N] com a marca aspectual de perfectividade que torna possível distinguir o verbo de um nome, por exemplo. O traço [+*perf*] é providenciado pela categoria ASP. Assim, predicados eventivos no inglês que denotam eventos fechados não podem ser simultâneos com S (ver discussão precedente). Para Giorgi & Pianesi (1997:165), em italiano, por outro lado, não existe necessidade de associar o verbo com o traço aspectual, pois ele é sempre definido como [+V; -N] graças à presença da morfologia flexional do verbo. Em outras palavras, em italiano uma palavra é (inambiguamente) associada com os traços categoriais. Em inglês, seguem os autores, a derivação converge somente quando o verbo é marcado como perfectivo.

A nossa hipótese, entretanto, não é exatamente esta. Conforme defendemos na seção 2.1.1, a respeito das sentenças em (19) (cf. também nota 8), o traço [+*perf*] deve ser tomado como o valor por falta, sendo o imperfeito licenciado apenas em circunstâncias particulares²⁸.

Voltemos à questão anteriormente colocada: e o PB, ou o português europeu, que mostram, como o inglês, a mesma restrição de leitura contínua com o presente simples embora apresentem alguma morfologia flexional? Nesse sentido, deve ser o caso de pensarmos que a existência de morfologia de fato

²⁸ Como veremos adiante (seção 2.4.3), a morfologia de imperfeito no PB existe, por exemplo, em contextos em que o passado da encaixada precisa ser interpretado como simultâneo ao evento passado da matriz, que corresponderia ao fenômeno SOT no inglês. Além disso, sentenças no imperfeito mostram que tal forma verbal é basicamente anafórica, que o imperfeito não pode ser usado sem estar ancorado a um outro tempo verbal ou adjunto adverbial.

define as palavras de uma língua categorialmente, ou seja, no caso de verbos, estes devem ser definidos sempre como [+V; -N] quando a língua exibe morfologia verbal. Também parece coerente o raciocínio dos autores quanto à forma estipulada para que em inglês as palavras possam se distinguir categorialmente umas das outras. Por outro lado, não parece ser verdadeiro que uma forma verbal de uma língua que apresenta flexão não mostre necessidade de associar o verbo com o traço aspectual, dado que a interpretação do presente no português contrasta com a interpretação do presente no italiano. Temos, então, dois caminhos que podem ser seguidos: a) a necessidade de associação existe sempre, mesmo no italiano que apresenta morfologia flexional rica; b) a necessidade de associação existe quando o tempo verbal em questão é temporalmente não-marcado, como o presente ou o infinitivo.

Como o nosso objetivo imediato é encontrar uma proposta que se aplique de modo explicativo ao PB, vamos defender a segunda opção. Feitas essas considerações, podemos pensar, com Giorgi & Pianesi (1997: 165), que uma sentença como a em (80a), no inglês, e (80b), no português, tem a forma lógica como a em (81):

(80) a. John eats an apple

b. O João come uma maçã

(81) $\exists e \exists t \exists x (\text{comer}(e) \ \& \ \text{Tema}(e, x) \ \& \ \text{maçã}(x) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Cl}(e) \ \& \ t \approx S \ \& \ \text{em}(t, e))$

De acordo com (81), as condições de verdade para (80a-b) requerem que exista um evento fechado de comer, dada à presença de [+perf], que é simultâneo com

o tempo S. Contudo, as sentenças não têm interpretação pretendida, pois S é pontual e, como se discutiu anteriormente, um evento fechado não pode ser simultâneo com um pontual.

Existem ainda, como mostram Giorgi & Pianesi (1997: 165), outras evidências para o valor perfectivo dos verbos em inglês, que tratamos de acomodar para o português. Consideremos, pois, contextos de percepção:

- (82) a. O João viu a Maria comer uma maçã
b. O João viu a Maria comendo uma maçã

No PB, e o mesmo é válido para o inglês, verbos de percepção podem tomar complementos no infinitivo. Conforme os autores, é bem conhecido que formas “peladas” do inglês permitem apenas a leitura perfectiva. (82a), com um predicado *accomplishment*, significa que “O João viu um evento e’, onde e’ é um evento de *comer*, o agente é Maria, o tema é *uma maçã*, e e’ alcançou o *telos*”; ou seja, o evento complemento é fechado, limitado. (82b), por sua vez, apresenta o complemento com a forma verbal no progressivo, i.e., refere-se a um evento não-fechado e é impossível inferir se toda a maçã foi comida. Portanto, o infinitivo do PB parece ter a mesma caracterização que o do inglês, ou seja, ele denota eventos fechados.

Repare que mesmo no português europeu, que utiliza o infinitivo para expressar o presente contínuo, o infinitivo deve ter tal interpretação, cf.

- (83) O João está a comer uma maçã

pois a perífrase sempre apresenta a preposição *a* dando idéia de movimento, de evento em curso. Em italiano e alemão, segundo os autores, as formas infinitivas correspondentes são sempre ambíguas (ex. (34) de Giorgi & Pianesi 1997: 165):

- (84) a. Ho visto Gianni *mangiare* una mela
 b. Ich sah Hans einen Apfel *essen*

Em italiano (cf. (84a)) e alemão (cf. (84b)), nas sentenças acima, não se pode afirmar se o *te/os* foi ou não alcançado.

Por fim, outra evidência vem dos performativos. Em inglês, de acordo com Dowty (1979: 189-90; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 165), em tais construções, o predicado não precisa aparecer na forma progressiva, mesmo que estes predicados não sejam estativos. No PB, este mesmo comportamento pode ser visto nos exemplos em (85) e em (86), este último repetição de (35b), seção 2.2.1:

- (85) a. Eu os declaro marido e mulher
 b. Eu estou declarando vocês marido e mulher
 (86) Eu tô prometendo/ prometo ir à festa

(85a) contrasta com (85b), pois este último perde seu valor performativo. Então, segundo a explicação dos autores, em (85a) o *declarar* e o evento da fala são o mesmo e, conseqüentemente, a restrição de pontualidade não é violada. Já (85b), em que os dois eventos são diferentes, precisa aparecer na forma progressiva para que a restrição não seja violada. Para (86), vale a mesma observação e, adicionamos, vale como evidência para Dahl (1995: 417), pois embora no PB

verbos performativos possam tomar a morfologia de progressivo, esta morfologia faz com que o predicado perca seu valor performativo.

2.4.3 Sobre a leitura habitual do presente

Nas subseções de 2.2, vimos que o presente simples do PB não recebe uma leitura contínua, mas pode receber uma leitura habitual. Neste caso, a entidade denotada por verbos estativos e de evento pode ser interpretada como simultânea a S.

Para resolver este problema, Giorgi & Pianesi (1997: 166) propõem a teoria de Chierchia (1995), para quem habituais e genéricos apresentam propriedades semelhantes, i.e., nesses contextos existe um traço quantificacional que é associado a um operador genérico.

Sob a perspectiva minimalista, o núcleo ASP recebe os traços categoriais, mas em vez de os traços categoriais [+V; -N] serem associados ao traço [+perf], eles são associados com o traço quantificacional e o operador genérico de Chierchia (1995). Assim, seja no PB ou no inglês, não há conflito entre a pontualidade de S e o fechamento do evento expresso pelo predicado na interpretação habitual.

Para implementar essa idéia, vamos adotar, com Giorgi & Pianesi (1997), a chamada *teoria relacional* de sentenças habituais e genéricas (cf. Carlson 1988; Krifka et al. 1995; citados por Giorgi & Pianesi 1997: 166). Tal teoria propõe que a forma lógica de uma sentença habitual contém um operador diádico, *Gen*, que se assemelha ao operador de orações com *quando* e condicionais.

Um operador diádico é um elemento que liga dois conjuntos de condições: o *restritor* e o *escopo nuclear*. Um típico exemplo de operadores diádicos é dado por advérbios quantificadores do tipo de *sempre*, *frequentemente* etc., como em (87) – (87b), adaptada de Giorgi & Pianesi (1997: 167):

- (87) a. Quando a Maria chega, o João sempre sai de casa
 b. $\forall e[\text{chegar}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(e, \text{Maria})] \ \exists e'(\text{sair}(e') \ \& \ \text{Sujeito}(e', \text{João}))$

Em (87b), forma lógica de (87a), *sempre* é traduzido como um quantificador universal que atua sobre os eventos contidos pela fórmula sob sua restrição. Esta fórmula corresponde ao significado da oração com *quando* em (87a). O *escopo nuclear*, por sua vez, corresponde à oração principal de (87a). A forma lógica em (87b) é verdadeira sse cada vez que o restritor é satisfeito, o escopo nuclear é verdadeiro; em outras palavras, (87b) é verdadeira sse toda vez que existe um evento de chegar da Maria existe um evento de sair do João. A forma geral de uma representação contendo um operador diádico é a seguinte (ver Krifka et al. 1995, citado por Giorgi & Pianesi (1997: 167)):

- (88) $Q[x_1, \dots, x_n; y_1, \dots, y_m] (\text{Restritor}[x_1, \dots, x_n]; \exists y_1, \dots, y_m \text{Matriz}[\{x_1\}, \dots, \{x_n\}, y_1, \dots, y_m])$

Em (88), o operador diádico é um quantificador ligando as variáveis x_1, \dots, x_n . As variáveis y_1, \dots, y_m são ligadas por um quantificador existencial com escopo apenas sobre a matriz. A notação $\{x_1\}$ significa que x_1 pode ser livre na fórmula que o contém.

No caso de sentenças habituais, o operador é, em geral, simbolizado por *Gen*:

- (89) a. O João fuma
 b. $\text{Gen } t(\exists e (\text{fumar}(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{João}) \ \& \ \text{em}(t, e)))$

Em (89), o operador *Gen* escolhe seu valor no conjunto das localizações temporais. As condições de verdade em (89b) são satisfeitas se para cada tempo genérico *t* existe um evento de fumar tal que seu agente é o João.

A este ponto, entretanto, se quisermos oferecer um tratamento uniforme para habituais, precisamos considerar, com Giorgi & Pianesi (1997:167), o caso de sentenças habituais no passado. Nesse sentido, o PB apresenta o comportamento semelhante ao do italiano, ou seja, parece que sentenças habituais de passado precisam de uma referência, ou âncora, para que este passado habitual possa se localizar. Observe, por exemplo, o par em (90):

- (90) a. ?O João ia à praia com a Maria
 b. No ano passado, o João ia à praia com a Maria

(90a) precisa de um intervalo de tempo onde o hábito pode ser localizado, seja através do contexto ou do que Bonomi (1995) chama uma *sintagma de fundo* (*background phrase*) (ver também nota 28). Além disso, esse localizador não pode ser um advérbio temporal do tipo que modifica o evento:

- (91) a. ?O João ia à praia com a Maria às 8 horas

b. No ano passado, o João ia à praia com a Maria às 8 horas

(91a) apresenta um contraste em relação a (91b). Sem uma locação temporal que a situe, (91a) tem uma interpretação “incompleta”. Pela comparação com (91b), vemos que sentenças habituais no passado necessitam de um intervalo de tempo especificado contextualmente que os autores chamam, adotando o termo de Chierchia (1995), de um *tempo externo* do habitual. A hipótese de Giorgi & Pianesi (1997), então, é a de que em sentenças habituais o tempo contribui com o restritor, ou seja, ele estabelece uma relação entre o intervalo de tempo externo e o tempo da fala. Assim, a forma lógica de (91b), com o sintagma de fundo, é como em (92):

(92) Gen $t[TP(t, I) \ \& \ \text{ano passado}(I) \ \& \ \text{às 8 horas}(t) \ \& \ I < S] \ \exists e(\text{ir à praia}(e) \ \& \ \text{em}(e, t))$

(onde TP está para Parte Temporal). O significado de (97) é que para cada tempo t genérico, em que (a) é parte de um intervalo temporal referido por *ano passado*, e (b) é um tempo às 8 horas, existe um evento de ir à praia acontecendo em t . Generalizando, o esquema de forma lógica para um habitual é o seguinte (de Giorgi & Pianesi 1997:168):

(93) Gen $t[TP(t, I) \ \& \ \text{contextualmente relevante}(I) \ \& \ R(I, s) \ \exists e(\phi(e) \ \& \ \text{em}(e, t))$

Em (93), $R(I, s)$ designa qualquer relação entre o tempo E e o tempo S que seja fornecida pelo tempo. Em uma sentença no presente habitual, como em (94a),

temos a forma lógica em (94b) (ex. (44) de Giorgi & Pianesi 1997:168 – adaptado para o PB):

- (94) a. O João fuma
 b. $\text{Gen } t[\text{TP}(t, I) \ \& \ \text{contextualmente relevante}(I) \ \& \ \text{TP}(s, I)] \ \exists e(\text{fumar}(e) \ \& \ \text{CI}(e) \ \& \ \text{em}(e, t))$

O tempo presente exige que o tempo da fala seja parte do tempo externo contextualmente relevante. Conseqüentemente, (94b) é verdadeira sse para muitos tempos genéricos t que são parte do intervalo contextualmente relevante I , onde I contém s , existe um evento de fumar acontecendo em t . Observe que, mesmo sendo o evento fechado, como discutimos anteriormente com relação ao presente do PB, a forma lógica em (94b) não estabelece qualquer relação direta entre o evento s e a variável eventiva. A forma lógica em (94b) requer apenas que s seja uma parte temporal do intervalo onde o hábito se mantém. (94a), então, mostra uma sentença aceitável porque não viola a restrição segundo a qual eventos fechados não podem ser simultâneos com (ou sobrepor-se a) o tempo da fala (cf. (79), seção 2.4.1).

Portanto, concluímos com os autores, a possibilidade de leituras habituais no PB (e no inglês) se deve ao fato que o presente não é interpretado como requerendo que o tempo E seja diretamente ligado a S . Conseqüentemente, ainda que a variável de evento na matriz de (94b) denote eventos fechados, a restrição de pontualidade não se aplica.

2.4.4 O progressivo

A este ponto, para Giorgi & Pianesi (1997: 169), o progressivo inglês representa um problema, pois se (a) todas as formas verbais possuem um traço [+perf]; e se (b) S é pontual em que todos os verbos têm o traço [+perf]; por que, no caso do progressivo, podemos ter uma leitura contínua, violando a restrição em (79)?

Para Giorgi & Pianesi (1997: 169), isso é possível porque o traço [+perf] é compatível com a leitura contínua do progressivo. Os autores defendem tal idéia partindo das seguintes hipóteses:

(a) a morfologia do progressivo fornece um operador intensional;

(b) o progressivo se refere a um evento intensionalmente progressivo, i.e., fechado.

Os autores nos lembram, então, que perfectividade é intensional e que a interpretação contínua é possível na parte processual (extensional). Para implementar essas idéias, Giorgi & Pianesi (1997) partem da proposta de Bennett & Partee (1972; citados por Giorgi & Pianesi 1997: 169), cujas considerações levam Dowty (1979; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 169) a elaborar uma teoria *intensional* do progressivo. Em adição a Dowty, os autores utilizam o trabalho de Higginbotham (1994; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 169) para compatibilizar as idéias levantadas com aquelas que os autores desejam sustentar.

Bennett & Partee (1972; citados por Giorgi & Pianesi 1997: 169) dizem que um evento está acontecendo em um dado intervalo I sse ele continua por todo o intervalo. Para esses autores, no exemplo em (95) – ex. (45) de Giorgi & Pianesi (1997: 169),

(95) John is eating an apple /João está comendo uma maçã/

o evento de comer uma maçã está ocorrendo em um intervalo I contendo o tempo da fala sse existe um intervalo I' mais largo onde a sentença perfectiva é verdadeira:

(96) John has eaten an apple /João comeu uma maçã/

Em (96), nada parece requerer a existência de um intervalo largo. Ademais, existem casos em que o intervalo mais largo não existe, ao menos no mundo real:

(97) John was crossing the street when a car hit him

/O João estava atravessando a rua quando um carro atropelou ele/

Supondo que (97) é verdadeira em um intervalo I , não há um intervalo I' mais largo onde a sentença perfectiva *o João atravessou a rua* é verdadeira, pois João foi atropelado e a travessia não se completou.

Essas considerações levaram Dowty (1979; citado por Giorgi & Pianesi 1997:169) a propor uma teoria *intensional* de progressivos. Para Dowty, o intervalo mais largo onde o evento é completado não é no mundo real w , mas num *mundo inerte* para w . Um *mundo inerte* para w é um mundo possível que:

- (a) é idêntico a w até o intervalo I , e
- (b) pode diferir de w a partir daquele ponto.

A análise de Dowty para o progressivo é a seguinte (a tradução é nossa):

- (98) *o João está comendo uma maçã é verdadeira em w em um intervalo I sse em cada mundo inerte v para w existe um intervalo I' contendo I onde o João comeu uma maçã é verdadeira*

Seguindo Dowty (1979; citado por Giorgi & Pianesi 1997:170), outros estudiosos desenvolveram a idéia de que o progressivo é um operador intensional²⁹.

Há ainda outras formulações para o progressivo. Kearns (1991; citado por Giorgi & Pianesi 1997:170), por exemplo, conceptualiza o significado do progressivo usando a noção de *prelúdio imediato típico* – i.e., são processos que geralmente (mas não necessariamente) levam a um evento (fechado) do tipo referido pelo verbo. Entretanto, para Giorgi & Pianesi (1997), a denotação de *V+ndo* é um processo não-limitado. Então, mais especificamente, os autores adotam a perspectiva de Higginbotham (1994; citado por Giorgi & Pianesi 1997:171), cuja proposta é tomar o sufixo *-ndo* do progressivo como um modificador do evento (traduzido de Giorgi & Pianesi 1997: 171):

- (99) *-ndo é (e, [$\pi(e')$ | $\phi(e')$])*

O sufixo *-ndo* tem uma posição eventiva que é identificada com a variável eventiva do tema verbal, e outra posição contendo um atributo na forma de um abstrato intensional. Assim, *V+ndo* é verdadeiro de um evento *e sse e é suficientemente semelhante* à parte processual (π) de um evento na extensão do

²⁹ Ver em Giorgi & Pianesi (1997: 170 e ss.), outros estudiosos que desenvolveram a idéia de que o progressivo é um operador intensional.

predicado verbal. *Comer uma maçã*, por exemplo, é verdadeiro de um evento e esse é suficientemente semelhante à parte processual de um típico evento de comer uma maçã.

A proposta que defendem os autores é a de que o operador progressivo relaciona um evento *e* pertencente ao mundo real e um evento fechado *e'* pertencente a um mundo possível apropriado, i.e., um mundo inerte, no sentido de Dowty. Seguindo Higginbotham (1994), *e* é um processo, um evento não-fechado. Assim, a hipótese é a de que *e* pode se ancorar ao tempo da fala tendo como resultado a leitura contínua.

Finalmente, para demonstrar que o progressivo envolve um evento fechado intensionalmente, os autores consideram o exemplo em (100) (de Landman 1992, ex. 9):

(100) Deus estava criando um unicórnio quando ele mudou de idéia

Verbos como *criar* são extensionais dado que eles normalmente pressupõem a existência de seus objetos. Landman considera uma leitura de *criar* que exclui a existência de unicórnios parciais³⁰. O unicórnio começa, pois, a existir somente

³⁰ Em nota, Giorgi & Pianesi (1997; nota 35, p. 189) comentam a argumentação de Parsons (1989, 1990) em prol de uma semântica extensional para o progressivo se admitimos a existência de objetos parciais em nossos mundos. Tal admissão parece independentemente necessária para dar conta de sentenças como a em (i), dita de uma casa em construção:

(i) Esta é a minha nova casa

Em (i), o sintagma *a minha nova casa* não se refere a um objeto que satisfaça completamente o predicado *casa*, uma vez que ela se encontra em construção. É, nesse sentido, um objeto parcial.

Normalmente, seguem os autores, processos de criação passam por uma série de estágios. Em cada estágio completado, alguma nova parte do objeto começa a existir. Ou seja, o objeto direto deste tipo de verbo é um tema "de incremento" (Dowty 1991). Se este é o caso para (100), então a semântica extensional, de objeto parciais, de Parsons, pode dar conta das condições de verdade de (100): quando Deus foi interrompido, Ele já tinha criado algumas partes do unicórnio. Em outras palavras, Deus tinha criado um unicórnio parcial. Portanto, embora (100) não nos comprometa com a existência de unicórnios completos, ela requereria que acreditássemos na existência de unicórnios parciais.

quando o evento alcança o *telos*. Landman mostra que dado que (100) não nos compromete com a existência de unicórnios reais, então a sentença é intensional e a intensionalidade se deve ao operador progressivo. Portanto, o unicórnio a que (100) se refere existe em algum mundo possível.

Por outro lado, como se disse, o objeto criado passa a existir apenas quando a criação chega ao *telos*. Portanto, o exemplo de Landman mostra que no mesmo mundo em que o unicórnio existe, existe também um evento fechado de criar o unicórnio. Em outras palavras, a verdade de (100) acarreta a existência em um mundo possível de ambos, um unicórnio e um evento fechado de criar unicórnio.

Vejamos, agora, como fica o progressivo no PB. Em PB, não temos o mesmo problema do inglês, pois os predicados que caracterizamos como [+perf] são eventos no presente ou no infinitivo. Dado que o “auxiliar” herda a especificação eventiva do verbo no gerúndio, nesse caso não se aplica a restrição de pontualidade vista em (79), seção 2.4.1, e a leitura contínua é possível.

Para o progressivo do PB, adotamos, então, a proposta de Parsons (1990), com a vantagem que assim evitamos o “paradoxo do imperfectivo”. Segundo a exposição de Parsons (1990: 167), a discussão em torno do paradoxo porque o significado de uma sentença na forma progressiva se relaciona com o significado da sentença correspondente na forma não-progressiva, i.e., a verdade de (101a) acarreta a verdade de (101b):

- (101) a. O João está comendo uma maçã
 b. O João comeu uma maçã

Entretanto, (101a) pode ser verdadeira e (101b) não, supondo que o João não terminou de comer a maçã.

Como mostra Parsons (1990), Bennett & Partee (1978; citados por Parsons 1990:169) conseguem evitar o paradoxo apenas aparentemente. Suponha, com o autor, que (exs. 4-6, de Parsons 1990:169):

(102) Maria está construindo uma casa

é verdadeira ao meio-dia de hoje. Então, conforme a análise proposta para o exemplo em (95), existe um intervalo em torno de [mais largo que] 'meio-dia de hoje' em que a sentença em (103) é verdadeira:

(103) Maria constrói uma casa

Mas, se é assim, vai existir algum momento posterior àquele instante no intervalo, e naquele momento a sentença

(104) Maria construiu uma casa

será verdadeira. Em outras palavras, segue Parsons, se Maria está construindo uma casa agora, então será verdadeiro em algum tempo no futuro que Maria construiu uma casa. Mas ela pode não ter terminado a construção e, assim, estamos novamente diante do paradoxo.

A proposta de Parsons (1990), por outro lado, evita o paradoxo, pois uma sentença com um evento não-progressivo requer como condição de verdade

apenas que a eventualidade³¹ denotada pelo verbo “culmine”, enquanto a sentença progressiva, para ser verdadeira, requer que a eventualidade “continue” por um momento (Parsons 1990: 170). Portanto, para uma sentença não-progressiva em PB, como em (105a), podemos atribuir a forma lógica em (105b):

(105) a. O João comeu uma maçã

b. $(\exists t)[t < \text{agora} \ \& \ (\exists e) [\text{comer}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Objeto}(e, \text{maçã}) \ \& \ \text{Cul}(e, t)]]$

onde se lê: existe um tempo t , t é anterior a agora, e existe um evento de comer cujo sujeito é o João e cujo objeto é maçã, e o evento culmina (termina; alcança o *telos*) em t . Podemos usar *Cul* na forma lógica porque, segundo Parsons (1990: 171), ‘comer’ é um verbo de evento ordinário. A sentença em (106a), por sua vez, é tratada do mesmo modo, exceto pelo *Hold* (mantém) usado em lugar de *Cul*:

(106) a. O João está comendo uma maçã

b. $(\exists t)[t \approx \text{agora} \ \& \ (\exists e) [\text{comer}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Objeto}(e, \text{maçã}) \ \& \ \text{Hold}(e, t)]]$

Ou seja: existe um tempo t simultâneo a agora, e existe um evento e , cujo sujeito é o João e cujo objeto é uma maçã, e o evento se mantém em t . Segundo o autor, (106b) pode ser verdadeiro mesmo que a versão correspondente com ‘*Cul*’ não o seja, o que torna a proposta imune ao paradoxo.

³¹ O termo *eventualidades* é usado pelo autor para englobar eventos e estados.

Concluindo: vimos que o fato de que sentenças no progressivo têm uma leitura contínua é compatível com a hipótese de que os verbos do inglês apresentam um traço [+ *perf*] e denotam eventos fechados. Tanto perfectividade quanto o progressivo são operadores intensionais. Dada sua semântica, então, o progressivo acessa a parte processual do evento, cuja variável temporal é ligada por um quantificador universal por falta, dando origem à interpretação contínua.

No caso do PB, dado que o problema do inglês não se coloca, sugerimos o tratamento simples de Parsons (1990), em que as propriedades temporais da eventualidade em questão podem ser diferenciadas através da notação *Cul*, se a eventualidade se completa, e *Hold*, se a eventualidade se mantém em progresso. Em relação à proposta de Giorgi & Pianesi (1997), a proposta de Parsons apresenta a vantagem de evitar o 'paradoxo do imperfectivo', uma vez que uma sentença em que uma eventualidade se mantém não se relaciona a uma sentença em que a eventualidade culmine.

2.4.5 O passado composto do PB

Para analisar o passado composto do PB, devemos inicialmente refletir sobre cada um dos verbos que compõem esta forma composta e seu comportamento no sistema temporal. Como se verá adiante, Giorgi & Pianesi (1997:39) defendem que os auxiliares não contribuem para a interpretação temporal da sentença, sendo a presença destes requerida apenas pela sintaxe e sua especificação eventiva herdada do verbo principal. Todavia, ainda que o auxiliar não apresente conteúdo lexical, ele deve contribuir na interpretação tempo-aspectual da sentença.

E este parece ser o caso quando se adota a proposta de Hornstein (1993) que entende as estruturas temporais reichenbachianas como compostas por duas relações: S/R e R/E. Os vários tempos, especialmente os compostos, são o resultado da composição destas duas relações. Além disso, cada uma destas relações recebe o que Giorgi & Pianesi (1997) chamaram de *T-função* (cf. seção 1.1.4), definida pelos autores como um instrumento formal que permite a identificação do argumento eventivo do verbo, com um lugar vazio na T-grade do predicado temporal, atribuindo-lhe assim sua interpretação temporal específica. Sintaticamente, a primeira relação (S/R) é associada ao auxiliar, núcleo do TP mais alto. A segunda relação (R/E) é associada ao verbo principal no particípio, núcleo do TP mais baixo (ASP-P, de Belletti 1990). O auxiliar codifica, portanto, a relação R/S, e T2, o predicado participial, a relação E/R.

Comecemos pelo caráter do verbo auxiliar que forma, junto do particípio, o passado composto: *ter* no presente. Conforme discutimos, as interpretações particulares expressas pelo presente em línguas como o PB parecem resultar do caráter pontual do evento S e de sua impossibilidade de compartilhar uma parte (de ser simultâneo ou de ser sobreposto), no sentido merológico, com um predicado que apresente um morfema de tempo presente com o traço [+perf].

Essa caracterização parece importante para a investigação, pois o predicado no particípio, ou verbo principal, que acompanha o auxiliar também apresenta o traço [+perf]. A questão que se coloca, então, é o que essa combinação pode nos revelar.

De modo simplificado, queremos demonstrar que temos as mesmas condições interpretativas que as do presente simples e assim não é possível no

PB (cf. (107a)) termos a leitura de evento único e acabado com o passado composto, como acontece em línguas como o italiano (cf. (107b)):

- (107) a. O João tem comido (*a) banana
 b. Gianni ha mangiato la banana

A sentença em (107a) recebe a interpretação iterativa no PB. São vários eventos de comer banana realizados pelo João; conforme o que vimos de Ilari (1997b), uma série de eventos começa no passado mas não se conclui nele. Já (107b), no italiano, pode receber esta interpretação, mas é usado preferencialmente descrevendo um evento único e acabado de comer banana acontecido recentemente.

Para nós, tal fenômeno do PB tem a mesma motivação que aquela do presente simples: S, o evento que serve como âncora, é pontual (cf. seção 2.3.3). O auxiliar herda do verbo principal a especificação eventiva, mas formalmente mantém a função, no sistema temporal, de ordenar ou especificar a relação de S com R, para que este último possa mediar a relação com E. Vimos que um evento pontual não pode ser simultâneo com um evento fechado (cf. (79), seção 2.4.1), e então a forma lógica apresentada em (78) da seção 2.4.1, retomada abaixo em (108), também serve para demonstrar por que no PB o passado composto não recebe, no caso de predicado eventivos, a leitura de um evento único e perfeito:

- (108) a. $\exists e \exists t (\phi(e) \ \& \ Cl(e) \ \& \ em(t, e) \ \& \ s \approx t)$

Lembramos que perfectividade implica um fechamento topológico (na fórmula $Cl(e)$) sobre eventos e , além disso, implica uma quantificação existencial sobre os tempos dos eventos. Sendo s pontual e e um evento fechado, logo, s e e não podem ser simultâneos, ou apresentar qualquer tipo de sobreposição. A forma lógica em (108) é excluída. Desse modo, no lugar de obtermos a interpretação perfectiva de relevância atual vista no italiano, no PB, o fechamento de um evento e imediatamente instaura um novo evento e' que, quando se fecha, acaba instaurando um outro e'' e assim sucessivamente (estados excluídos).

Quanto ao verbo principal do passado composto, diferente do particípio italiano que Giorgi & Pianesi (1997:40) caracterizam como adjetival, o particípio do PB pode ser caracterizado como fortemente verbal, apresentando uma leitura perfectiva por excelência. Uma evidência deste caráter perfectivo do particípio pode ser obtida, por exemplo, observando o particípio em contextos adjetivais, onde apresenta flexão de gênero e número:

- (109) a. O João tem comprado figurinhas para sua coleção
 b. O João tem as figurinhas compradas

Note que os exemplos em (109) apresentam diferenças relevantes. A sentença em (109a) tem a forma verbal composta, enquanto em (109b) temos verbo *ter*, lexical, mais o adjetivo flexionado. Mesmo nesse último caso, a idéia temporal que prevalece na forma adjetival no particípio é, *grosso modo*, também de fechamento, de conclusão. Tradicionalmente, Almeida (1989: 294, § 495, nota) comenta que no português arcaico o particípio junto aos auxiliares era variável em gênero e número. Atualmente, (109b) equivale a dizer que o João tem já a

compra das figurinhas efetuada, enquanto (109a) equivale a algo como “há tempo o João vem comprando figurinhas”.

Outra evidência que serve para atestar o caráter perfectivo do participio do PB vem do comportamento dos participios regulares e irregulares em função adjetiva. Conforme a análise de Kratzer (inédito)³² para o alemão, além das passivas verbais em que se emprega o auxiliar *werden* (*ser*), há dois tipos de passivas adjetivais (doravante PA) que podem ser distingüidas pelo teste do ‘*immer noch*’ (*ainda*):

a) As PAs *estado alvo* (PAEA):

(110) Die Geisslein sind immer noch versteckt

/os bodinhos ainda estão escondidos/

b) As PAs *estado resultante*, que não aceitam a modificação por ‘*immer noch*’ (PAER):

(111) *Das Theorem ist immer noch bewiesen

/o teorema ainda está provado/

O PAEA³³ serve para descrever um estado que é, em princípio, reversível, portanto transitório, uma restrição imposta pelo ‘*immer noch*’ (cf. (110)). O PAER, por sua vez, indica que o evento em discussão está concluso agora, o tempo de

³² As considerações em torno de Kratzer (inédito) são anotações do curso/ seminário “Semântica de eventos”, da Profª Roberta Pires de Oliveira, UFSC/2000.

³³ Os termos *estado alvo* e *estado resultante* são de Parsons (1990: 235).

referência. É um estado irreversível e tem que se manter infinitamente, daí não aceitar a modificação de ‘immer noch’ (cf. (111)).

A proposta de Parson (1990) para o estado resultante busca explicar a construção perfeita do inglês – ou seja, por esse raciocínio, as PAER devem compartilhar com as passivas verbais as propriedades aspectuais. E isto é, de fato, o que acontece (cf. *The theorem has been proven* – o teorema foi provado).

Este parece ser o caso também em português, mas há uma observação relevante na caracterização do morfema existente no particípio verbal: a idéia que o fechamento se estende às passivas adjetivais pode ser visualizada principalmente quando contrapomos, através do teste do ‘ainda’, os verbos regulares com os verbos tradicionalmente chamados de *abundantes*, que apresentam um particípio irregular em adição ao regular. Considerando as sentenças em (112), com verbos abundantes,

- (112) a. a chama da vela ainda está acesa (vs. *acendida)
 b. os alunos ainda estão suspensos (vs. *suspendidos)

vemos que construções onde se emprega adjetivamente o particípio irregular temos a descrição de um estado transitório, reversível. Mediante verbos que apresentam esta possibilidade de um “duplo” particípio, apenas o particípio irregular pode ser um PAEA. Já nos verbos regulares, o particípio é usado adjetivamente quando a descrição pretendida requer como estado resultante um evento conclusivo:

- (113) a. *as crianças ainda estão lavadas

b. as crianças estão sendo lavadas

c. as crianças já estão lavadas

(113a) mostra que o particípio adjetival, na sua forma regular, não é um PAEA; para essa descrição de estado transitório precisamos acrescentar, como (113b) mostra, o verbo *ser* com morfologia gerundiva. Em (113c), temos o particípio regular como um PAER, devidamente atestado por aceitar a modificação de *já*, advérbio que expressa o aspecto de conclusão de um evento anterior a S.

Voltemos agora para a proposta de Parsons (1990) e para a semântica do passado composto. O autor introduz em sua teoria a noção de *estados resultantes*, definidos apenas para eventos *culminados* (acabados, fechados) e assim o estado resultante de um evento pode ser enunciado como “o estado de e tendo culminado” (Parsons 1990: 234). Além disso, os estados resultantes sempre se mantêm após a culminação. Esta propriedade distingue o estado resultante de um evento (que culminou) a partir do *estado alvo* do mesmo evento. Por exemplo, o estado alvo de *John atirou a bola para cima do telhado* é o estado de a bola estar sobre o telhado, enquanto o estado resultante é o estado de a bola ter sido atirada sobre o telhado. Este estado, obviamente, é temporário, ou o estado resultante de *João ter atirado a bola para cima do telhado* se manteria eternamente³⁴. Nesta perspectiva, uma sentença como a em (114a) tem a forma lógica como a em (114b):

(114) a. John has eaten an apple

/João tem comido uma maçã/

³⁴ Parsons (1990: 234) diz que a noção de estado resultante obedece ao seguinte princípio definidor: “e’s R-state holds at $t \equiv e$ culminates at some time at or before t ”.

b. $\exists e [(eat(e) \& Agent(e, John) \& Theme(e, apple) \& Hold(estado-R \text{ de } e, now)]^{35}$

O significado de (114) é que existe um evento de *comer* cujo agente é John, cujo tema é *uma maçã* e o estado resultante do evento se mantém no tempo da fala S.

Infelizmente, a proposta de Parsons (1990) não pode ser pensada para o PB, pois, como vimos, o nosso passado composto não apresenta a leitura de único evento como o inglês (cf. seção 2.1.3, ex. (29b)). Ela oferece, entretanto, algum avanço, como uma direção para explicar o *present perfect puzzle*³⁶. Embora Parsons (1990) não pretenda explicar esse fenômeno, em uma nota de rodapé (1990, nota 10, p. 313), o autor atribui à sentença em (115a) uma forma lógica como a em (115b):

(61) a. *Mary has eaten an apple yesterday

/Maria tem comido uma maçã ontem/

b. $\exists I \exists e (I = now \& I \subseteq yesterday \& eat(e) \& Agent(e, Mary) \& Theme(e, apple) \& hold(Estado-R \text{ de } e, I))^{37}$

³⁵ Giorgi & Pianesi (1997: 91) atribuem a Parsons (1990) a forma lógica em (i) para uma sentença como em (114a), uma versão modificada que altera a denominação 'estado resultante' para 'estado conseqüente' (CS) – nós não encontramos em Parsons (1990) tal formulação:

(i) $\exists e \exists x (eat(e) \& Agent(e, John) \& Theme(e, x) \& apple(x) \& hold(CS(e), S))$

Segundo os autores, CS é uma função parcial de eventualidades para eventualidades que atribui a cada evento *e* seu estado conseqüente. Além disso, o *hold* (*manter-se*) de Parsons é uma relação entre estados (ou eventualidades) e tempos tal que *hold(s, t)* é verdadeiro sse o *s* do sujeito está no estado *s* em *t*. Para Giorgi & Pianesi (1997: 141, nota 39), a forma lógica em (i) deveria ser simplificada, substituindo *hold* por uma relação temporal apropriada que se estabelece entre o estado conseqüente e o evento S, como em (i) (cf. Higginbotham 1994):

(i) $\exists e \exists x (eat(e) \& Agent(e, John) \& Theme(e, x) \& apple(x) \& CS(e) \approx S)$

Em (i), indica-se com \approx a relação de sobreposição temporal, ou inclusão.

³⁶ A denominação é de Klein (1992) e se refere à impossibilidade, no inglês, de um evento no passado composto não poder ser modificado por advérbios de VP como *yesterday* (*ontem*).

³⁷ A forma lógica em (115b) foi construída em cima da seguinte indicação de Parsons (1990: 313, nota 10): "For some period I: I = now, and: I is during yesterday, and: For some event e: e is an eating/ the agent of e is Mary/ the theme of e is the apple/ e's R-state holds in I".

Em (115b), o advérbio *yesterday* fixa o tempo (intervalo) / em que o estado resultante do evento se mantém. Além disso, em virtude do tempo presente do auxiliar, este intervalo temporal coincide com o tempo da fala *now*. Então, / está sujeito a restrições em conflito: ele deve coincidir com *now* e estar contido em *yesterday*. O autor conclui, a partir disso, que a inaceitabilidade de (115a) é o resultado das restrições conflitantes que produzem a forma lógica falsa em (115b).

Nesse sentido, a teoria de Parsons representa um avanço em relação às teorias que tratam do *present perfect puzzle*, pois intuitivamente a noção de estado resultante é semelhante à idéia que mencionamos de que, no PB, em um dado intervalo temporal aberto, o fechamento de um evento e imediatamente instaura um novo evento e' que, quando se fecha, acaba instaurando um outro e" e assim sucessivamente. A proposta de Parsons também mostra que, dado o auxiliar no presente, o evento não pode ser simultâneo a S. É possível, como no caso do presente habitual (seção 2.4.2), que S possa ser incluso nesse intervalo, caso da interpretação apontada na seção 2.1.1, ex. (19b), que aproxima o nosso passado composto da forma italiana (cf. *tenho vivido há tempo nesse país*).

Finalmente, na explicação da semântica deste tempo, é digna de investigação a idéia que nos dá Ilari (1997b), de que a regra semântica a ser proposta precisaria se aplicar tanto a grandezas discretas (caso da leitura iterativa vista em (26a): *O Fernando tem publicado na série "Novos Escritores" da Ática*) quanto a grandezas contínuas (caso da leitura durativa comentada sobre (26b): *A este governo tem faltado vontade política*), em vez de tentar reduzir a duração à iteratividade de eventos momentâneos ou vice-versa. O autor nos remete, ainda, ao trabalho de Novais (1992; citada por Ilari 1997b: 13) para uma solução que

considerasse o tema das relações entre nomes contáveis e massivos utilizando para fins de interpretação um cálculo baseado na teoria dos conjuntos. A autora expõe também um princípio, de “referência acumulativa”, de Link (1993), mostrando que a assimilação dos contáveis (em alusão à iteratividade de predicados eventivos) aos massivos (alusão à duratividade de estativos no passado composto) é intuitivamente correta. Para nós, o caminho apontado por Ilari (1997b), sem dúvida adequado para encontrar uma explicação ao comportamento do nosso passado composto, vai muito além de nossos objetivos imediatos, mas permanece como alternativa para uma investigação futura.

2.5 Outras conseqüências da teoria

A caracterização semântica que propomos para explicar as leituras do presente e do progressivo toca em algumas questões importantes quando pensadas em qualquer teoria puramente reichenbachiana. A primeira delas diz respeito à relevância da noção de intervalo dentro de um sistema temporal, necessária se quisermos, por exemplo, entender as propriedades do progressivo ou do imperfeito do PB. Não é possível, portanto, pensar nas entidades E/R/S simplesmente como pontos e tampouco excluir a noção de intervalo como fazem Giorgi & Pianesi (1997) no referencial teórico (cf. seção 1.1).

Assumindo que a noção de intervalo deve estar presente no sistema tempo-aspectual, então assumimos também que, para além da relação de simultaneidade entre E/R/S, precisamos de uma relação de inclusão entre os tempos reichenbachianos (ver também em Godoi (1992: 176)). Conforme

discutimos, a leitura habitual do presente só é possível porque podemos pensar em S como incluso em um intervalo, não como simultâneo a R ou E.

A explicação proposta por Giorgi & Pianesi (1997), na restrição estabelecida em (79), seção 2.4.1, tem também outras consequências. Observemos as sentenças em (116):

(116) a. Estou viajando amanhã

b. Vou viajar amanhã

Em (116a), temos o progressivo presente em sua leitura de futuro, enquanto em (116b) a chamada perífrase de futuro, composta pelo verbo *ir* mais o verbo lexical no gerúndio, aqui entendida como a expressão do futuro do presente no PB falado. As duas sentenças exibem, em primeiro lugar, uma diferença interpretativa. Intuitivamente, em (116a), o falante se transporta para o próprio processo da viagem, enquanto em (116b), o falante se pronuncia no presente sobre um evento que vai acontecer no futuro, mais precisamente, no amanhã, colocando-se fora do processo. A construção em (116a) é bastante produtiva no PB, enquanto no italiano ela precisa de um contexto marcado para ter um julgamento de gramaticalidade favorável. Repare ainda que no futuro de (116b) temos um “auxiliar” de presente e um verbo no infinitivo que caracterizamos como perfectivo em 2.4.2. A combinação nesse caso é bem sucedida, pois a relação mediada por R entre o evento e S não é de simultaneidade, mas de posterioridade; logo, não há violação do princípio em (79), seção 2.4.1, aplicável ao presente simples.

Desta constatação, retornemos à expressão presente no português europeu que se mostrou semelhante ao PB ao não apresentar a leitura contínua, mas diferente na forma com que expressa esta leitura. Os exemplos de Ambar (1998: 29-30) expostos em (49), da seção 2.2.1, e repetidos abaixo em (117),

- (117) a. *O João fala agora
 b. O João está a falar agora
 c. O João está a viajar amanhã

parecem constituir um contra-exemplo à caracterização que fizemos do infinitivo como marcado com o traço [+perf] e, indiretamente, à restrição de pontualidade estabelecida em (79). Entretanto, note que, em (117b), o evento de falar é tomado processualmente porque o conteúdo da preposição *a*, indicando deslocamento ou movimento, serve de suporte nessa construção³⁸. A observação é de caráter bastante especulativo, mas, diante de (117c) que recebe modificação de um advérbio de futuro, temos boas indicações de que a preposição acaba desempenhando o mesmo papel que o progressivo, ou seja, ela possibilita que o evento denotado pelo verbo no infinitivo se mantenha (*Hold*, no sentido de Parsons 1990).

Outro ponto a que as sentenças de Ambar nos remetem é a impossibilidade de modificação pelo advérbio *agora* quando o tempo da sentença é o presente. No PB, a sentença é boa, desde que tomemos o adverbial como significando *a seguir*, ou algo que expresse futuridade. Este dado acrescenta

³⁸ Intuitivamente, parece-nos que o “vou viajar” de (116b) também é tomado processualmente, talvez pela presença do “auxiliar” *ir*, que, como a preposição *a*, indica movimento, deslocamento.

evidência em favor da proposta feita, mostrando que E e S não podem ser mediados (supondo que o advérbio é R, o tempo mediador) se a relação que R estabelece entre E/S for de simultaneidade.

Por fim, uma última evidência para a proposta vem dos contextos de subordinação. No PB, por exemplo, para termos a leitura simultânea de dois eventos com predicados no passado, um destes predicados precisa ter aspecto imperfeito. Nas sentenças em (118),

(118) a. O João disse que a Maria estava/ esteve grávida

b. A Maria contou que o João brincava/ brincou de boneca

vemos que com os predicados subordinados estar/ brincar (E_2) no imperfeito, temos a leitura simultânea, equivalente ao fenômeno SOT do inglês. Se, por outro lado, o tempo da encaixada for o pretérito perfeito, então a relação de E_2 com E_1 da principal será sempre a de anterioridade. Isso mostra que a restrição de pontualidade estabelecida em (79), seção 2.4.1, também se assegura nos contextos de subordinação: se o predicado E_2 é um evento fechado, como o perfeito, então ele não pode ser simultâneo a E_1 fechado e pontual. Para que E_2 no PB possa ser interpretado como simultâneo a E_1 , a morfologia verbal precisa ser a de imperfeito, tanto com predicados eventivos quanto com estativos.

2.6 Concluindo o capítulo

Neste capítulo, apresentamos algumas propriedades dos tempos verbais do PB e tentamos explicá-las tendo como fundamentação alguns estudos de semântica formal.

Sobre o pretérito perfeito, o primeiro dos tempos estudados, mostramos duas análises de cunho reichenbachiano – uma de Ilari (1997a), outra de Corôa (1985) – que defendem duas estruturas semânticas temporais diferentes para o perfeito. Ilari (1997a) propõe a estrutura E,R_S para o pretérito perfeito do PB. Sua proposta visa assumir uma estrutura considerando um único ponto (R/E) sobre o qual a modificação adverbial incidiria uniformemente, i.e., a incidência adverbial é “testada” em tempos verbais diferentes. Corôa, por sua vez, defende que a estrutura do pretérito perfeito é E_R,S . Para obter tal estrutura, a autora parte da análise do evento (no passado) em uma sentença encaixada que toma o evento da principal (no presente) como tempo de referência (cf. (119) a seguir).

Dado que, de fato, o pretérito perfeito do PB também é peculiar quando comparado às demais línguas românicas e ao inglês, propusemos, utilizando a teoria de Hornstein (1993), que o nosso pretérito perfeito fosse tomado como um tempo composto pelas relações $R_S + E,R$ (E,R_S). A proposta que, no fim das contas, mantém a estrutura proposta por Ilari (1997a) teve como motivação a análise dos contextos sentenciais em que o pretérito perfeito ocorre, e não a comparação entre sentenças no italiano e no PB. Observemos, mais uma vez, o contexto sentencial do exemplo dado por Corôa, em (119a), e façamos uma comparação com (119b):

(119) a. Maria diz: “José chegou”

b. A Maria está dizendo que o José chegou antes do Carlos sair

c. Maria disse: “José chegou”

vemos que, em primeiro lugar, (119a) difere de (119b) pelo formato de contexto utilizado: esta se encontra em discurso indireto; aquela, em discurso direto. Excluindo-se o fato de que cada um destes contextos deve apresentar propriedades semânticas e sintáticas diferentes, não há nada em (119a) que nos aponte R como simultâneo a S. Parece que o que estamos chamando de referência é, no senso de Enç (1987), uma ancoragem temporal. É oportuno lembrar que, conforme comentamos (cf. notas 17 e 18), o trabalho de Enç (1987) mostra que, em contextos de subordinação, o evento da oração principal se ancora ao tempo da fala, enquanto o evento da encaixada se ancora ao tempo do evento da oração principal. Se na sentença proposta por Corôa, em (119a), alterarmos o tempo do evento principal de presente para passado, então produzimos (119c), ou ainda (119b), se o evento encaixado tomar como âncora o evento denotado pelo adjunto. Veja, então, que, por (119b), este tempo R pode ser deslocado como anterior a S e, aí, a estrutura proposta por Corôa se transforma em E_R_S , do mais-que-perfeito. Isto também acontece alterando o tempo do verbo principal para o passado (cf. (119c)): o evento de chegar toma o evento de dizer (E_1) como âncora, ou referência como faz Corôa, colocando-se como anterior a ele. Na linha de tempo, em (119c), temos uma estrutura equivalente a $E_2_E_1(R)_S$. Portanto, não nos parece lícito atribuir uma estrutura ao pretérito perfeito utilizando contextos de subordinação.

Adicionalmente, vimos que, nas sentenças em que podemos atribuir a mesma interpretação do *passato prossimo* italiano ao pretérito perfeito, há sempre um modificador adverbial que coloca R como simultâneo a S. Nas sentenças em (120), por exemplo,

- (120) a. Nos últimos dois meses, Bernardo viveu em condições precárias
 b. Nos últimos dois meses, Bernardo tem vivido em condições precárias

observamos que o pretérito perfeito, em (120a), apresenta valor inclusivo devido à presença do adverbial *nos últimos dois meses*; sem ele, a interpretação é a experiencial, não é possível afirmar que Bernardo continua vivendo, em S, em condições precárias. Já na sentença com o passado composto, em (120b), o valor inclusivo independe do adjunto: Bernardo ainda vive nessas condições.

Baseados nessas evidências, optamos por manter a estrutura que tradicionalmente se tem defendido para o perfeito, ou seja, como resultado da combinação S__R mais E,R. Oportunamente, trataremos de analisar em que medida um adjunto de tempo pode alterar a estrutura temporal das formas verbais.

Após a caracterização do pretérito perfeito, apresentamos brevemente uma descrição do passado composto que retiramos de Ilari (1997b). Entretanto, dadas as particularidades que este “tempo” tem no português em comparação às demais línguas românicas, não chegamos a uma explicação conclusiva. Conseguimos mostrar, no entanto, que a morfologia presente nas duas formas verbais que compõem o passado composto tem papel relevante numa pretensa explicação, retomando a caracterização de presente (para o auxiliar) e somando à

caracterização de evento concluso expresso pelo participípio. Vimos também que os trabalhos de Parsons (1990) e as sugestões de Ilari (1997b) são boas indicações de um caminho a ser futuramente investigado.

Outro tempo verbal do PB que tentamos caracterizar semanticamente foi o presente simples, tomado em contraposição à interpretação temporal expressa pelo progressivo. Como discutimos, a expressão simultânea de um evento ao tempo da fala não se dá, no português brasileiro e europeu, através do presente simples, mas preferencialmente por meio do progressivo, no PB, e da perífrase *estar a*, no português europeu. As evidências para tal afirmação foram retiradas da comparação dos usos dêiticos apresentados pelo presente simples em línguas como o italiano e o alemão com os mesmos usos realizados no PB (e talvez no inglês) com a forma progressiva. Assim, observando as sentenças do português europeu de Ambar (1998: 29-30), em (49), repetidas em (121a-b) por conveniência, e os exemplos no PB, em (122),

(121) a. *O João fala agora

b. O João está a falar agora

(122) a. *O João fala agora

b. O João está falando agora

estabelecemos que, segundo a análise proposta por Giorgi & Pianesi (1997), o tempo S é pontual, uma vez que ele não é partilhado por outros eventos, ou seja, o evento *falar* em (122) não pode se sobrepor temporalmente a S. Defendemos também com os autores que predicados eventivos são processuais ou, no mínimo, que contêm uma parte processual. A noção de processo, além disso, é

dependente da noção de estrutura temporal. Ora, como discutimos na seção 2.3.3, um evento pontual é desprovido de estrutura temporal interna, como é o caso de S. Assim, segue-se que um processo fechado (ou um evento ao qual se adicionaram limites) não pode ser simultâneo a um evento pontual (S). Em outras palavras, no caso do presente simples do PB, que é marcado com o traço [+perf] indicador de fechamento topológico, não é possível estabelecer uma relação de simultaneidade entre os pontos E com o tempo S da fala que é pontual. Esta mesma análise pode se estender ao português europeu. Comparando (121a) e (121b), vemos que (121a) apresenta a mesma restrição que (122a) em PB; já em (121b), temos dois eventos caracterizados como perfectivos, mas a preposição *a*, indicando movimento, acaba por fornecer à perífrase a mesma idéia de “evento em curso” que expressa o nosso progressivo.

Uma evidência para a restrição de pontualidade (cf. (79) – *um evento fechado não pode ser simultâneo a um evento pontual (S)*), pode ser observada com o presente simples do italiano – onde quase sempre é possível a leitura contínua – em predicados *achievements*. Como sabemos, os *achievements* têm a propriedade lexical de que os eventos que eles denotam sempre contêm um *telos* (cf. Verkuyl 1993, citado por Giorgi & Pianesi 1997: 172), i.e., eles denotam eventos fechados. Tal propriedade, sendo de natureza lexical, é um universal lingüístico. Como esperado, em italiano, esses predicados apresentam comportamento semelhante ao do PB. Considerem-se as sentenças em (123) – de Giorgi & Pianesi 1997: 172:

(123) a. #Gianni raggiunge la vetta

/G. alcança o topo/

b. G. sta raggiungendo la vetta

/G. está alcançando o topo/

A sentença em (123a) não pode ter uma leitura contínua, conformando-se às expectativas. Para ter a interpretação contínua é necessário, como no PB, usar a forma progressiva (cf. (123b)).

Outra evidência para atestar o caráter perfectivo de eventos no presente vem da análise de sentenças como as em (124) e em (125), retomadas da seção 2.2.1 por comodidade:

(124) a. (Ontem) vou no cinema e quem é que eu encontro?

b. (Ontem) tô indo no cinema e quem é que eu encontro?

(125) a. Em 2050 o Brasil comemora os 550 anos de sua “descoberta”

b. Em 2050 o Brasil vai comemorar os 550 anos de sua “descoberta”

Note que as sentenças em (124a)/(124b) exibem uma diferença interpretativa: em (124a), com o presente simples, o evento é tomado como perfeito, i.e., quem enuncia (124a) “vê” o evento *ir* em sua totalidade, como concluso, fechado; em (124b), com o progressivo, temos o evento caracterizado como ‘em curso’. Em outras palavras, o evento é aberto e equivale a algo como ‘eu estava indo no cinema...’. Nas sentenças em (125), por outro lado, essa diferença não se coloca: em (125a), com o presente simples, o evento é perfeito, completo, daí sua equivalência interpretativa à perífrase de futuro de (125b).

Em relação à leitura habitual, seguindo Giorgi & Pianesi (1997), propomos que em vez de os traços categoriais serem associados com o traço [+perf], eles

se associam ao traço quantificacional e a um operador genérico. Defendemos, pois, que uma sentença como a em (126a) teria a forma lógica como a apresentada em (126b):

(126) a. O João come macarrão

b. Gen $t(\exists e (\text{comer}(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Tema}(e, \text{macarrão}) \ \& \ \text{em}(t, e)))$

As condições de verdade em (126b) são satisfeitas se genericamente para cada tempo t existe um evento de comer cujo agente é o João e cujo tema é macarrão. Entretanto, como se vê com orações habituais de passado, é necessário um tempo externo, um intervalo, onde o hábito pode ser localizado. Tal intervalo, pode ser o contexto ou o que Bonomi (1995) chama *sintagma de fundo*. A hipótese que adotamos com Giorgi & Pianesi (1997), cf. seção 2.4.2, é a de que em sentenças habituais o tempo estabelece uma relação entre o intervalo de tempo externo e o tempo da fala. A forma lógica em (126b) deve ser reformulada para a representação lógica em (127):

(127) Gen $t[\text{TP}(t, I) \ \& \ \text{contextualmente relevante}(I) \ \& \ \text{TP}(s, I)] \ \exists e(\text{comer}(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Tema}(e, \text{macarrão}) \ \& \ \text{Cl}(e) \ \& \ \text{em}(e, t))$

Em (127), o presente relaciona o tempo externo relevante a S . Assim, (127) é verdadeira sse genericamente para muitos tempos t que são parte do intervalo contextualmente relevante I , onde I contém S , existe um evento de comer, cujo agente é João e cujo tema é macarrão, acontecendo em t . Além disso, note que não há ligação direta entre S e a variável eventiva e e não há, pois, violação ao

princípio em (79), seção 2.4.1. Em (127), S deve ser apenas uma parte temporal do intervalo onde o hábito se mantém.

Finalmente, dos problemas que apresentamos ligados ao presente, mostramos como a morfologia do progressivo possibilita a leitura contínua, pois o evento denotado pela “perífrase de presente” não se caracteriza em PB como perfectivo. Assim, é possível adotar uma proposta como a de Parsons (1990), atribuindo a forma lógica em (128b) à sentença em (128a):

(128) a. O João está comendo feijão

b. $(\exists t)[t \approx \text{agora} \ \& \ (\exists e) [\text{comer}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(e, \text{João}) \ \& \ \text{Objeto}(e, \text{feijão}) \ \& \ \text{Hold}(e, t)]]$

Ou seja: existe um tempo t simultâneo a agora, e existe um evento e , cujo sujeito é o João e cujo objeto é feijão, e o evento se mantém em t . A forma lógica em (128b) diferencia uma sentença com o progressivo, em que o evento se mantém em progresso (*Hold*, nos termos de Parsons) de uma sentença com o presente simples, em que o evento, sendo perfectivo, “culminaria” e seria impedido de ser simultâneo a S. Segundo o autor, (128b) pode ser verdadeira mesmo que a versão correspondente com ‘*Cul*’ (de *culminar*) não o seja, o que torna a proposta imune ao ‘paradoxo do imperfectivo’ (cf. seção 2.4.3).

Tentamos, portanto, apresentar algumas explicações para a semântica de alguns tempos do PB, baseados nas interpretações tempo-aspectuais de sentenças com predicados que exibem a morfologia verbal do presente simples, do progressivo, do pretérito perfeito e do passado composto. Outros tempos, como o pretérito mais-que-perfeito, não foram analisados, pois não representam

problemas para serem acomodados ao sistema temporal. Além disso, estendemos alguns resultados a outros domínios, como os contextos de subordinação. O próximo passo, objetivo do capítulo 3, é integrar essa caracterização à derivação sintática nos moldes da proposta minimalista da teoria gerativa.

3. UM SISTEMA TEMPORAL MORFOSSINTÁTICO

3.1 A sintaxe que os tempos têm

Nesta seção, inicialmente, expomos a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) para um sistema (sintático) temporal das línguas humanas exemplificado, em particular, em línguas como o italiano e o inglês (seção 3.1.1), o latim (seção 3.1.2) e o português europeu (seção 3.1.3). Serão consideradas pelos autores as assunções teóricas semânticas e sintáticas apresentadas no primeiro capítulo, tais como o critério-T, a teoria reichenbachiana revista e as caracterizações propostas no segundo capítulo para o presente e o passado¹.

A seção seguinte, em 3.2 e subseções, é dedicada à sintaxe derivacional gerada por sentenças com os tempos verbais do PB. Tentamos, portanto, integrar as caracterizações semânticas do presente e do passado que defendemos paralelamente à proposta dos autores.

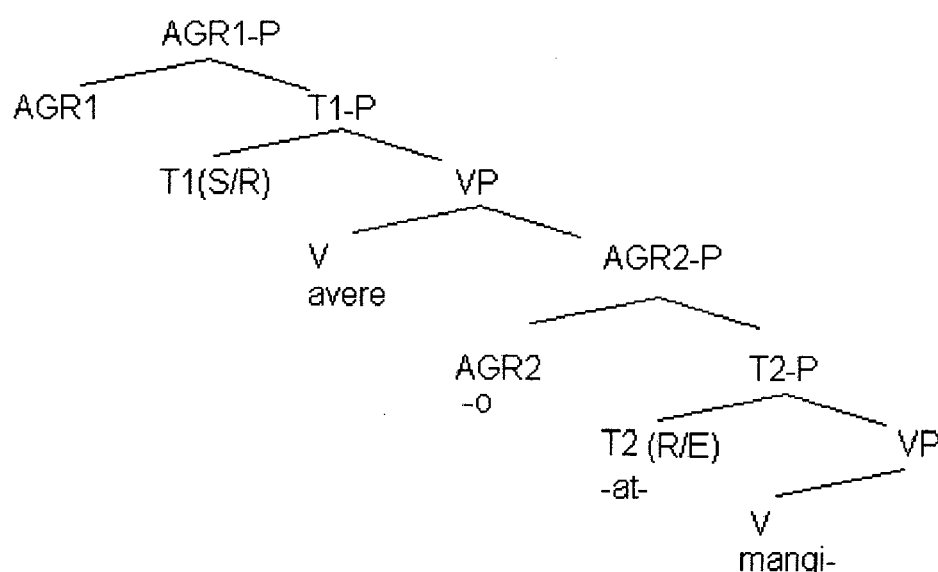
3.1.1 O sistema temporal italiano e inglês (Giorgi & Pianesi 1997)

Considerando o modelo reichenbachiano revisto e o Critério-T proposto (cf. cap.1, seção 1.1.4), Giorgi & Pianesi (1997: 38) introduzem a estrutura² em (1) que, em italiano, é exemplificada por sentenças com verbos no *past perfect* (*ebbi mangiato* = *tive comido*) – cf. (1) – ou no *future perfect* (*avrò mangiato* = *terei comido*):

¹ Os exemplos em análise na seção 3.1 e subseções vem de Giorgi & Pianesi (1997).

² As projeções funcionais apresentadas, lembram os autores, são apenas as relevantes para a discussão.

(1) Ebbi mangiato



A estrutura em (1) é semelhante àquela proposta por Belletti (1990)³, mas com as modificações de Giorgi & Pianesi (1997:39): AGR1 representa um conjunto de traços- ϕ , de *persona* e *número*, que são compartilhadas com o sujeito, i.e., Spec, AGR1; AGR2, assumida como uma projeção de particípio, é especificada por traços de *gênero* e *número*. Para os autores, os traços ϕ definem os limites das palavras⁴.

O VP mais baixo é projetado pelo verbo principal, enquanto o mais alto é projetado pelo verbo auxiliar. Os verbos se movem para T1 (verbo auxiliar) e T2 (projeção de particípio – verbo principal) para checagem de traços. As duas

³ Giorgi & Pianesi (1997) assumem que a categoria Agr se encontra acima de TP seguindo a proposta feita por Belletti (1990) a partir da divisão de INFL nessas duas projeções (Pollock 1989).

⁴ Giorgi & Pianesi (1997:60; nota 7) defendem que a presença de traços- ϕ fracos e fortes definem os limites das palavras; a ausência deles pode não ter esse efeito. Esta observação é importante quando se considera a função de AGR_O que, embora sempre presente por motivo de atribuição de Caso (ver Chomsky 1993, 1994, 1995), não bloqueia movimento quando não há traços de *gênero* e *número*. A generalização, no entanto, vale em uma única direção já que as fronteiras das palavras podem ser definidas de outras maneiras, o que é, segundo os autores, ilustrado por infinitos, onde AGR1 (i.e., AGR_S) não tem traços em italiano mas mesmo assim define uma palavra bem formada.

projeções temporais, T1 e T2, lexicalizam as relações S/R e E/R, respectivamente, e devem atribuir suas funções-T.

Verbos auxiliares, segundo os autores, não contribuem para a interpretação temporal da sentença. A especificação “eventiva” do auxiliar é herdada do verbo principal. Chomsky (1993; citado por Giorgi & Pianesi 1997:39) propõe que os auxiliares desaparecem em LF, onde são substituídos pelo verbo principal que se move para a posição disponível mais alta. Entretanto, essa idéia não está completamente correta pois, segundo a proposta de Kayne (1993) que será adotada pelos autores, *have* e *be* possuem propriedades diferentes: o primeiro incorpora uma preposição abstrata, enquanto o segundo, não, e essa informação deve, presumivelmente, ser recuperada em LF. Assim, Giorgi & Pianesi (1997: 39) vão seguir Chomsky (1995) assumindo que movimento coberto pode ser pensado como *bare feature movement (Move-F)*, i.e., os traços relevantes do verbo podem sofrer movimento no componente coberto para se adjungir ao feixe de traços do auxiliar e sofrer o processo de checagem.

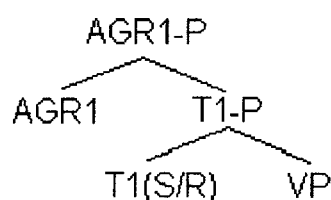
Com relação às categorias funcionais, os autores defendem que T2, em italiano, precisa checar seus traços com AGR2, não sendo compatível com AGR1. Isso porque T2 se caracteriza como uma categoria adjetival e é incompatível com o traço de *pessoa*, típica de categorias verbais, realizada por AGR1. Como categoria adjetival, T2 é [+V; +N], compatível com AGR2 que, com traços de gênero e número, também é [+V; +N]. AGR1, especificada *pessoa*, por sua vez, é caracterizada [+V; -N], incompatível, portanto, com uma forma adjetival⁵.

⁵ Todavia, segundo os autores, isso não significa que toda língua deve ser especificada desse modo. Em latim, como veremos na seção 3.1.2, o morfema T2 expressando E_R deve ser tomado como uma projeção verbal compatível com AGR1.

Resumindo: em tempos compostos do italiano, cada sentença contendo um T2 tem também um AGR2. Descritivamente, AGR2 carrega traços- ϕ e define o limite de uma palavra, identificando um item X^0 com o qual o componente morfológico pode lidar. Dado, contudo, que mais informações estão presentes na árvore, i.e., T1 e AGR1, um outro núcleo precisa ser inserido para checar os traços de tais itens. Portanto, numa estrutura como a em (1), dois fatores determinam a presença de um auxiliar em italiano. O primeiro é a presença de AGR definindo limites de palavras. O segundo fator é o Critério-T. Em (1), T2 e T1 são lexicalmente realizados e devem atribuir uma função-T. T2 descarrega sua função-T sobre o verbo “real”, e T1 necessita de um verbo auxiliar para satisfazer essa exigência.

No caso dos tempos simples, como o futuro ou o passado simples, dado que somente T1 está presente, a derivação resulta em uma estrutura com a parte superior daquela em (1), como a em (2):

(2)



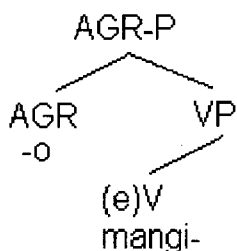
que se encontra em conformidade com as relações semânticas anteriormente estabelecidas (cf. cap. 1, seção 1.1.2, em (23)). Nos casos do passado e do futuro simples, então, somente T1 é projetado, pois a relação de simultaneidade entre R e E, em T2, nesses tempos, é neutra para a sintaxe. Esta última asserção é compartilhada por outros estudiosos, como Thompson (1996: 13, baseada em

Hornstein 1990) que identifica *have* como morfema aspectual do inglês cuja presença ordena E como precedente a R e a ausência determina E como simultâneo a R.

Outro tempo verbal em que a relação de simultaneidade é neutra é o *presente* que, para os autores, é uma forma não-marcada, haja vista que o italiano não faz uso de qualquer morfema para sua expressão. Considerando a representação semântica de Reichenbach (1947), S,R,E , e a composicional de Comrie e Hornstein, $(S,R) \cdot (R,E)$, Giorgi & Pianesi (1997: 40) assumem que em todos os casos em que a relação é representada por uma vírgula, não existe um morfema que a lexicalize ou uma categoria correspondente. A proposta é que as propriedades temporais do presente sejam especificadas somente em LF.

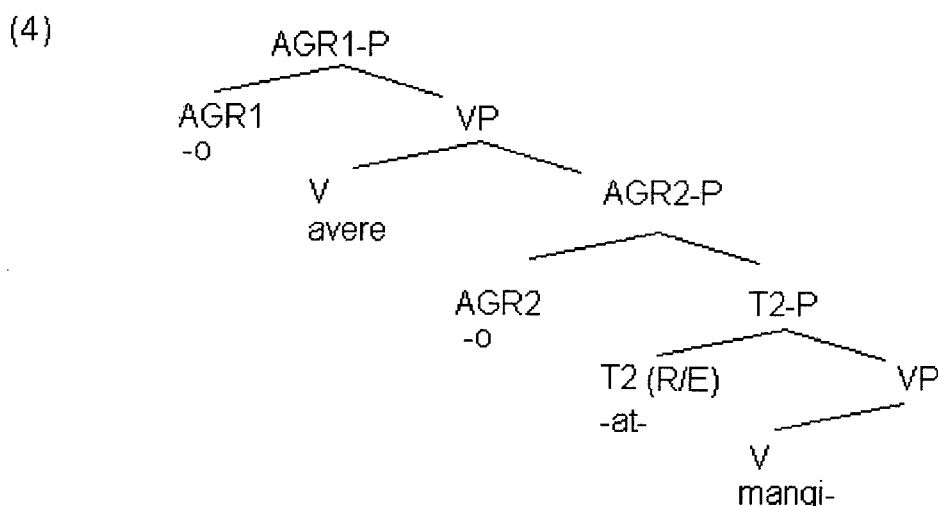
Mas se, por um lado, não existem núcleos lexicais \emptyset , ou seja, núcleos lexicais desprovidos de conteúdo lexical, por outro lado, pode existir um AGR nulo. Núcleos funcionais (e AGR é uma categoria funcional) são requisitados independentemente pelos princípios de gramática e, portanto, podem ser representados na sintaxe para satisfazer outras exigências. Uma forma verbal como *mangio* (*eu como*), no tempo presente, tem então a estrutura em (3) – de Giorgi & Pianesi (1997: 41):

(3) Mangio



Em (3), o verbo deve checar antes de *Spell-out* os traços associados com o morfema de concordância (pessoa e número) e a estrutura resultante constitui o *input* para as regras interpretativas em LF. A derivação em (3) é a do presente também em francês, inglês, japonês, russo, grego, espanhol, catalão, português etc.

A derivação do presente proposta por Giorgi & Pianesi (1997: 41) nos dá uma idéia de como a proposta se aplicará ao *present perfect*. Conforme mostra a estrutura dos autores (p.43) em (4),

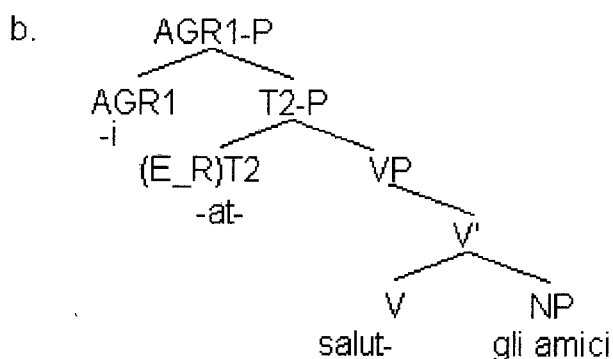


o verbo é diretamente dominado por T2, o núcleo que expressa a relação entre E/R. T2 atribui sua função-T ao V, e, sendo adjetival, requisita AGR2 para fechar a projeção. Os traços correspondentes à terminação -o estão no *masculino/singular*, assumida como a opção por falta. Além disso, um auxiliar deve ser inserido para lexicalizar AGR1 e para checar uma concordância \emptyset , i.e., o auxiliar deve aparecer em línguas sem *traços* de concordância visíveis, dado que uma concordância \emptyset desencadeia o processo de checagem.

Para concluir a aplicação da proposta, os autores mostram, através de exemplos com verbos no particípio absoluto do italiano, que a relação semântica

E/R parece ter a ver mesmo com T2 (cf. exemplo em (5a) e estrutura em (5b)), o que lhes permite predições interessantes:

(5) a. Salutati gli amici, Maria parti



A oração em (5a) pode receber a estrutura temporal em (5b), levando em conta a combinação de estruturas temporais proposta por Hornstein (1990):

(6) $E_1, R_1 \text{---} S$
 $E_2 \text{---} R_2$

que equivale a dizer que o evento de partir (e_1) segue o evento de cumprimentar os amigos (e_2). Embora os autores não discutam o sistema temporal de Hornstein, a notação em (6) lhes parece suficiente para mostrar por que é possível modificar (5a) através de adverbiais de tempo como em (7a), mas não como (7b):

(7) a. Salutati gli amici alle quattro, Maria partì alle cinque

/cumprimentados os amigos às quatro, Maria partiu às cinco/

b. *Salutati gli amici alle cinque, Maria partì alle quattro

Se, de acordo com os autores (p.45), um valor temporal não fosse atribuído à oração de particípio, então não poderíamos entender por que a ordenação temporal é estrita e assim entender por que existe um contraste nessas construções diante de uma modificação adverbial.

Sendo a proposta dos autores morfossintática, é necessário considerar, a esse ponto, as línguas que, como o inglês, apresentam morfologia verbal pobre. Em inglês, segundo mostram Giorgi & Pianesi (1997: 68), a raiz verbal é seguida por (no máximo) um sufixo – ou seja, o único morfema temporal existente não pode ser seguido pelo morfema de pessoa. As sentenças do inglês, em (8), contrastam com as sentenças do italiano, em (9) (exs. de Giorgi & Pianesi (1997: 68-9)):

(8) a. He loves/loved

b. *He loveds

c. *He wills love

(9) a. am-o /eu amo/

b. am-av-o /eu amava/

Em (9), vemos que o afixo de concordância segue o morfema temporal, enquanto em inglês isto não acontece (cf. a agramaticalidade de (8b)/(8c)). Nesse caso, somente um núcleo afixal pode ser realizado; as formas abstratas do sistema morfológico do inglês, em (10a), e do italiano, em (10b), podem ser assim resumidas (Giorgi & Pianesi (1997:69)):

(10) a. Verbo (+Tempo **ou** Concordância)

b. Verbo (+ Tempo) + Concordância

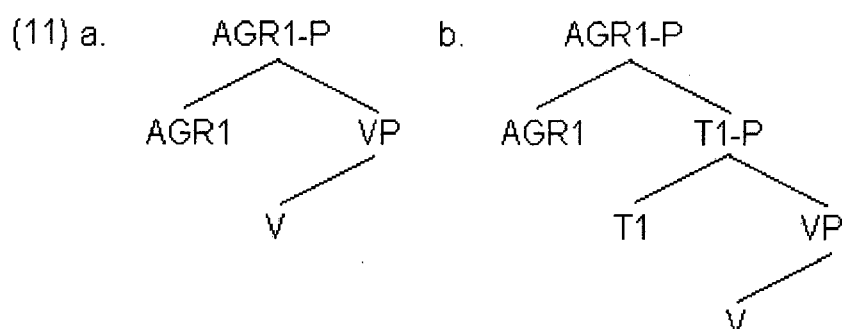
Por (10a), vemos que a previsão de duas posições de núcleos distintas precisa ser revista. A proposta dos autores é que a estrutura Σ do inglês seja diferenciada da estrutura Σ do italiano.

Partindo da hipótese *Split-Infl* como originalmente formulada por Pollock (1989) e Chomsky (1991), Giorgi & Pianesi (1997:69-70) assumem que as categorias AGR e T são projetadas separadamente somente quando há evidência positiva na morfossintaxe. Em inglês, então, os traços de AGR (traços- ϕ) e os traços de T (traços- τ) pertencem ao mesmo feixe na matriz inicial. Conseqüentemente, projetam uma única categoria AGR/T, que não tem o mesmo estatuto de uma categoria sincrética comum, pois nesse caso o valor de uma afeta o valor da outra: o valor dos traços de concordância implica o valor dos traços temporais τ , mas não vice-versa. Em outras palavras, os valores [\pm 3a. pessoa] de traços AGR implicam o valor não-marcado de traços- τ ([- passado]), enquanto a presença de valor temporal marcado ([+ passado]) não tem implicação sobre valores de concordância.

De acordo com o exposto no capítulo inicial, os traços também podem ser “dispersados” e uma posição *Spec* adicional se torna disponível. Finalmente, devido ao *Universal Ordering Constraint* (cf. Giorgi & Pianesi 1997: cap.1, §1.1.4), os traços- ϕ são ordenados com relação aos traços temporais de modo que $\tau > \phi$, isto é, a checagem dos traços- τ não pode vir depois que a dos traços- ϕ . A checagem “dispersada” em inglês, portanto, é como a do italiano quando ambas, as categorias AGR e T, são realizadas na sintaxe: as projeções dos traços- ϕ

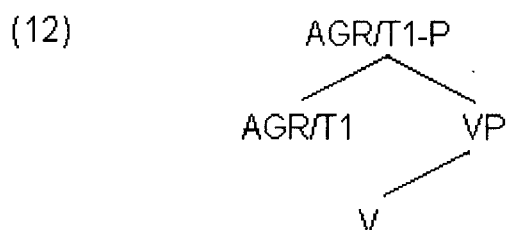
dominam aquelas de traços- τ em Σ . Tais categorias são chamadas AGR/T híbridas.

Comparando as duas línguas, Giorgi & Pianesi (1997:70) mostram que, em italiano, a estrutura projetada a partir da matriz correspondente a (9a) é como a em (11a), enquanto a correspondente a (9b) é como a em (11b):



Ou seja, no caso do tempo presente, nenhum traço- τ aparece na numeração e, portanto, nenhuma projeção T aparece em Σ . Por outro lado, dado que traços- ϕ e traços- τ aparecem em (9b) como dois feixes distintos na numeração, duas projeções distintas aparecem em Σ .

Em inglês, seguindo a hipótese da categoria híbrida, na opção não-dispersada existe somente uma única estrutura possível é a estrutura para os tempos presente, passado e futuro:



Para Giorgi & Pianesi (1997:71), em inglês, AGR/T é o único núcleo que aparece em Σ independente de qualquer valor de traços- ϕ e $-\tau$. Tal núcleo tem tanto as propriedades de T, pois carrega traços- τ e atribui uma função-T, quanto as propriedades de AGR, uma vez que expressa traços- ϕ e checa caso nominativo. Além disso, os traços- ϕ e os traços- τ podem ser dispersados, opção que está disponível quando ela for o meio mais econômico para a derivação convergir utilizando a numeração inicial. Em particular, seguem os autores, a dispersão pode ocorrer se as posições *Spec* são necessárias para algum item contido na numeração.

3.1.2 O sistema do latim (clássico)

Para melhor compreendermos como a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) se aplica ao português, é necessário observarmos inicialmente a caracterização que os autores reservam para algumas formas do latim clássico⁶, em particular as perfeitas, que são simples, mas que correspondem às formas compostas do italiano.

Observemos, então, a forma verbal *laudavit* (*he has praised – ele tem louvado*) e seus componentes: *laud(a)-* é o radical verbal; *-vi-* expressa o valor temporal da forma - portanto concretiza T2, neste caso *E_R*; e, finalmente, *-t*, que lexicaliza os traços- ϕ (3a. pessoa singular), portanto AGR1.

⁶ Os exemplos utilizados, lembram Giorgi & Pianesi (1997:45), se referem ao estágio de desenvolvimento lingüístico do latim clássico em que formas perfeitas perifrásticas, com o auxiliar *habere*, não eram ainda produtivas.

Aqui, AGR2 não é concretizado; lembremos que é em italiano devido à natureza adjetival de T2 nessa língua. Entretanto, T2 parece ser verbal em latim, pois AGR1 é compatível com ele. Por isso, a forma perfeita latina não requer um auxiliar, pois AGR2 não está presente e não há marcação do limite da palavra; portanto, não há nenhuma necessidade de inserir um suporte verbal para checar os traços- ϕ de AGR1. A estrutura de *laudavit* é como em (13) – ex. (14) de Giorgi & Pianesi (1997:46):

(13) *Lauda – vi- t*

[_{AGR1}" AGR1 [_{T2}" T2 [_V" V]]]

A diferença, então, entre os sistemas verbais italiano e latino, vem da propriedade específica de cada língua com relação ao estatuto categorial de T2.

Considerem-se agora as formas de passado e futuro perfeitos, respectivamente *laudaveram* e *laudavero*. A primeira delas recebe a seguinte análise: *lauda - v - er - A - m*. A semântica de T1 expressa a relação R_S , e a de T2, a relação E_R .

A hipótese dos autores é a de que a forma ‘-eram’ tem incorporada um auxiliar, mais precisamente a forma passada (imperfeita) do verbo *sum*, esse (*ser*), que concretiza o passado como uma vogal longa (A). A hipótese é sustentada por Lindsay (1984; citado por Giorgi & Pianesi 1997: 46), que analisa *eram* e *-ero* como formas do verbo “*ser*”, o que dá para a forma a representação em (14):

(14) Lauda – v – er – a – m

[_{AGR1}" AGR1 [_{T1}" T1 [_{Vaux}" V [_{T2}" T2 [_V" V]]]]]

/eu tive louvado/

Por (14), *-vi-* é verbal, compatível com AGR1 e, assim, não requer AGR2. Se T1 está na árvore (*R_S* para passado; *S_R* para futuro), ele precisa de um verbo para descarregar sua função-T e o auxiliar *ser* deve ser inserido. Como AGR2 está ausente, na forma ativa o auxiliar é incorporado e nenhuma categoria funcional intervém.

Um outro paradigma a ser analisado é o de formas com particípio futuro em *-urus*, sem equivalente no italiano. A forma lexicaliza *R_E* (cf. Reichenbach 1947 para sugestão semelhante). Devido ao seu caráter adjetival, a presença de AGR2 é obrigatória, e assim o processo de incorporação não pode incluir o morfema AGR1, ou o correspondente a T1. Conseqüentemente, deve-se inserir um auxiliar para permitir que os traços de AGR1 se realizem na superfície, daí *laudaturus sum* (*I will praise; I am going to praise / eu louvarei; eu estou indo louvar*).

Uma vez que T2 lexicaliza a relação entre R/E, espera-se que ambos, *E_R* e *R_E*, sejam licenciados nas línguas: a forma que lexicaliza *E_R* corresponde às formas perfeitas, enquanto *R_E* é lexicalizado pelo particípio futuro. As formas assim obtidas são o prospectivo presente, o prospectivo passado e o prospectivo futuro, como exemplificados em (15a), (15b) e (15c), respectivamente:

(15) a. *laudaturus sum*

eu estou indo louvar (*S,R • R_E*)

b. *laudaturus eram*

eu estava indo louvar (R_S • R_E)

c. *laudaturus ero*

eu estarei indo louvar (S_R • R_E)

3.1.3 O sistema do português europeu

Em uma nota, Reichenbach (1947; capítulo 1, nota 39), atribuindo a observação a Jespersen (1924), afirma que o *present perfect* em inglês é diferente do *simple past* em sua distribuição porque tem a propriedade de expressar uma situação passada com relevância atual. O contraste em (16a-b), no inglês, e (16a-b), no italiano⁷,

(15) a. Now I have eaten enough

/agora eu tenho comido o suficiente/

b. *Now I ate enough

/agora eu comi o suficiente/

(17) a. Adesso ho mangiato abbastanza

/agora tenho comido o suficiente/

b. *Adesso mangiai abbastanza

/agora comi o suficiente/

mostram que a aceitabilidade do advérbio *now* e *adesso* (*agora*), não permitidos com o passado simples, distingue as duas formas de passado nas duas línguas. Todavia, em português, a melhor tradução para (16a) e (17a), das frases abaixo,

⁷ Os exemplos em italiano e português europeu são de Giorgi & Pianesi (1997: 47-8) e, em inglês, segundo estes autores, são de Reichenbach (1947).

- (18) a. Agora já tem [sic! *tenho*] comido o suficiente
 b. Agora já comi o suficiente

é (18b), com a forma verbal simples, pois a sentença com a forma composta em (18a) apresenta um significado diferente, que se refere ao hábito de comer o suficiente.

Giorgi & Pianesi (1997: 48) apresentam, então, o sistema temporal do português, em (19),

(19) presente:	falas
imperfeito:	falavas
passado simples:	falaste / soubeste
<i>present perfect</i> :	tenho falado
mais-que-perfeito:	tinha falado
passado perfeito:	*tive falado
mais-que-perfeito	
sintético:	falara

para apontar algumas peculiaridades. A primeira é a indisponibilidade do passado perfeito (*tive falado*) que, com exceção do rumeno, é encontrado nas outras línguas românicas. No francês, por exemplo, sua existência é relevante, pois o passado simples é obsoleto. Nas demais línguas, o passado perfeito não tem distribuição larga. Os exemplos (20) e (21) em italiano (exs. dos autores, p. 49),

(20) a. Quando *ebbe mangiato*, Gianni si sentì meglio

Lit.: /quando teve comido, G. se sentiu melhor/

b. Dopo che *ebbe mangiato*, Gianni si sentì meglio

Lit.: /depois que teve comido, G. se sentiu melhor/

(21) a. ?? Quando *mangiò*, Gianni si sentì meglio

/quando comeu, G. se sentiu melhor/

b. ?? Dopo che *aveva mangiato*, Gianni si sentì meglio

/depois que tinha comido, G. se sentiu melhor/

ilustram contextos em que o uso do passado perfeito é quase obrigatório.

A segunda propriedade do sistema do português é o mais-que-perfeito sintético (obsoleto e praticamente desaparecido no português brasileiro). A forma é composta de um tema de passado (clara nos verbos irregulares: *saber* > *soubera*) e uma desinência peculiar, hipoteticamente derivada do mais-que-perfeito latino – Lat. *amaveram* > Port. *amara* (cf. Huber 1986; Vázquez Cuesta & Mendes da Luz 1989) – que tem significado idêntico ao mais-que-perfeito perifrástico.

Para Giorgi & Pianesi (1997:50), esses dados revelam que o sistema português é muito semelhante ao do latim. Consideremos, para tanto, a estrutura morfossintática da forma de passado simples que corresponde ao *present perfect* italiano:

(22) a. Ho mangiato/ mangiai alle quattro

b. Comi às quatro

c. Tenho comido às quatro

a forma em (22b), *comi*, corresponde a ambas as formas em (22a), *ho mangiato e mangiai*; a forma perifrástica em (22c) é impossível com essa interpretação.

A hipótese dos autores é a de que o passado simples em português é um T2, ou seja, equivalente à forma latina *laudavit*. A única forma de passado simples em português, análoga ao que se hipotetizou para o latim, é o imperfeito que, além de estar associada a um valor não-perfeito, carrega um significado temporal pertencente à classe T1.

Esta hipótese prevê a inexistência de **tive comido*: intuitivamente, dado que o particípio passado é um T2, não podemos ter uma sequência composta de duas formas idênticas.

A semelhança entre o sistema latino e o português pode ser observada também no caso do mais-que-perfeito sintético. A desinência característica deste tempo é o auxiliar *ser* no imperfeito, que é adjungido ao tema do passado como no latim. Os paradigmas a seguir mostram o imperfeito de *ser* em (23), do verbo regular *falar* em (24a), e do irregular *saber* em (24b):

(23) era, eras, era, éramos, éreis, eram

(24) a. falara, falaras, falara, falaramos, falareis, falaram

b. soubera, souberas, soubera, souberamos, soubereis, souberam (grifo meu)

Note que a primeira vogal do auxiliar é assimilada à vogal temática do verbo. Essa incorporação indica que o mais-que-perfeito sintético pode ser tomado como T2, que representa as únicas formas que podem ser combinadas com auxiliares.

Uma última evidência para essa idéia vem de Vázquez Costa & Mendes da Luz (1989: 526; citados pelos autores, p.51) através do exemplo em (25):

(25) Outro exame mais e terminaste o curso

a interpretação temporal da sentença é que o terminar do curso se localiza no futuro, embora a forma verbal esteja no passado. Esse mesmo exemplo em outras línguas românicas é construído com o *present perfect*, não com o passado simples, como em

(26) a. Un altro esame ancora e *hai finito* il corso

b. *Un altro esame ancora e *finisti* il corso

em que (26b) não é interpretado como o futuro conseqüente de uma situação, o que é verdade independentemente do uso que a língua em questão faz do passado simples.

Resumindo: Giorgi & Pianesi (1997: 51) propõem que o passado simples do português deve ser interpretado como T2, i.e., como morfologicamente equivalente ao *present perfect* do latim, baseados nas seguintes evidências:

a) a inexistência de uma forma como '*tive comido*' como oposta à forma '*tinha comido*';

b) a existência de um mais-que-perfeito sintético análogo à forma latina;

c) a evidência de que o *present perfect* de outras línguas românicas corresponde ao passado simples português, mesmo onde as sentenças das demais línguas produziria uma estrutura temporal impossível (cf. (18b) e (25)).

Quanto ao passado composto (*present perfect*) do português, Giorgi & Pianesi (1997: 124; capítulo 3) lançam a hipótese que uma forma como *tenho comido* não entra no paradigma verbal dessa língua. Para os autores, *ter* é lexicalmente ambíguo: pode ser um verdadeiro auxiliar, cf. o mais-que-perfeito perifrástico, ou um verbo “pleno” significando *possuir*. Quando é um auxiliar, apresenta o mesmo significado dos auxiliares correspondentes em línguas como italiano ou inglês. Entretanto, no caso do *present perfect*, *ter* deve ser interpretado como um verbo pleno. Além disso, a impossibilidade da construção *tem*_(aux) *comido* liga-se à existência da forma perfeita sintética *comei* [sic! *comeu*], já que as duas formas teriam a mesma interpretação e esta possibilidade é excluída (cf. princípio de economia; Chomsky 1995 § 5.4).

Para finalizar, segue o esquema dos sistemas do português e do latim (de Giorgi & Pianesi 1997: 52):

(27)	latim	português	
	<i>laudare</i>	<i>falar</i>	<i>saber</i>
presente	laudas	falas	(sabes)
imperfeito	laudabas	falavas	(sabias)
passado	laudavisti	falaste	(soubeste)
simples			
mais-que-	laudaveras	falaras	(souberas)
-perfeito		tinhas falado	(tinhas sabido)

A idéia, portanto, é que o sistema do português tem a propriedade de lexicalizar T2 através de um sufixo verbal. Tal sufixo é compatível com os traços verbais (pessoa e número) como no latim. Assim, no quadro em (27), vemos a forma *falaste* como análoga à *laudavisti*, e *falaras* como equivalente a *laudaveras*.

Tendo em mente a argumentação de Giorgi & Pianesi (1997), na próxima seção vamos então confrontar a proposta destes autores com a análise esboçada no capítulo 2 e a proposta que estamos fazendo para o PB.

3.2 Uma proposta para o PB

Nesta seção, vamos considerar a caracterização semântica que propomos nos capítulos 1-2 e, particularmente, a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) para a sintaxe do português europeu (cf. seção 3.1.3), realizando as modificações devidas para o PB.

Lembremos que um ponto importante da proposta de Giorgi & Pianesi (1997: 40) é que, para estes autores, em todos os casos em que a relação entre os tempos reichenbachianos é representada por meio de uma vírgula, não há um morfema que a lexicalize e nem uma categoria correspondente na sintaxe visível. Essa assunção, como veremos adiante, é importante para distinguirmos alguns tempos do italiano e do PB, por exemplo, o passado simples e o composto.

3.2.1 O presente simples e o progressivo

Para derivar sintaticamente uma sentença no presente simples do PB, vamos considerar:

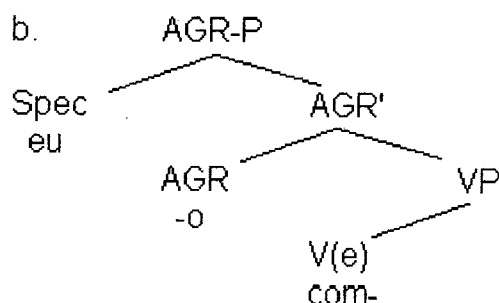
a) a proposta composicional de Hornstein (1990);

b) o critério-T, de Giorgi & Pianesi (1997), exposto em (29), seção 1.1.4;

c) a restrição de pontualidade discutida no capítulo 2, seção 2.4.1, de que no presente, a ausência de leitura contínua se deve à impossibilidade do predicado eventivo fechado ser simultâneo a S, caracterizado como pontual.

Note que, estabelecendo comparações com proposta dos autores para o presente do italiano, precisamos dizer que nesta língua há uma relação de simultaneidade entre o evento (e) e o tempo da fala, pois o presente no italiano não carrega associado ao seu conjunto de traços o traço [+perf]. De qualquer modo, tanto no PB quanto no italiano, a checagem de traços se realiza em LF, dado que nas duas línguas não há morfema que lexicalize o presente (cf. Camara 1970: 100, para o PB). Para uma sentença como a em (28a), vale a derivação em (28b):

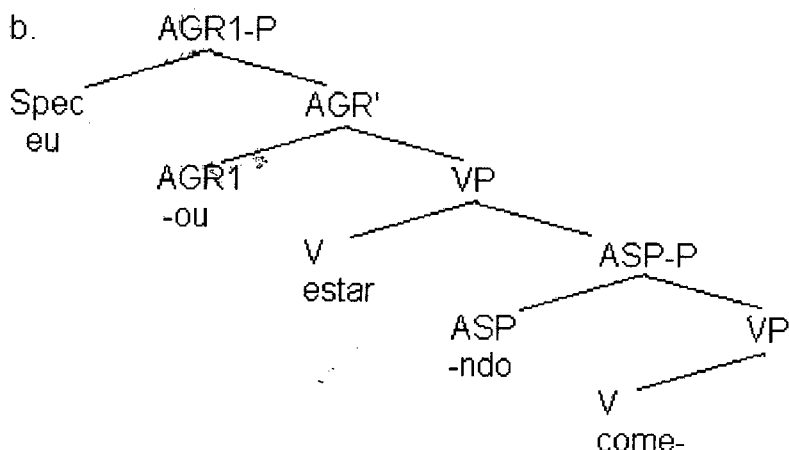
(28) a. eu como



Em (28), temos uma derivação caracterizando sentenças do PB no presente: é, como no italiano, uma forma não-marcada morfologicamente e, portanto, não há uma categoria lexical T na derivação. Conforme discutimos, uma consequência dessa ausência de morfema temporal é a relação R/S, que serve para mediar a relação de S/E, se estabelecer em LF e não poder ser a de simultaneidade.

Entretanto, como eventos/estados nas línguas humanas se localizam temporalmente uns em relação aos outros, consideremos agora o presente progressivo em que S/E podem ser simultâneos. Para uma sentença como a em (29a), propomos que a derivação resultante deve ser como a em (29b):

(29) a. eu estou comendo uma banana



Em (29b), introduzimos uma nova projeção, ASP-P, gerada para lexicalizar o morfema do gerúndio. Entretanto, como é o morfema gerundivo que, *grosso modo*, permite a leitura contínua de presente “real”, i.e., de simultaneidade entre E/S, o rótulo da projeção poderia ser igualmente T2-P. De acordo com o que discutimos anteriormente (cf. seção 2.4.3, cap. 2), em PB, não temos o mesmo problema que temos no inglês, onde todos os verbos são [+perf]. Uma vez que o “auxiliar” da construção herda a especificação eventiva do verbo “principal” da perífrase progressiva⁸, o evento denotado pela perífrase é aberto, imperfeito, e

⁸ Estamos assumindo uma noção bastante ingênua de auxiliar, i.e., a de um predicado desprovido de conteúdo lexical que acompanha o verbo principal responsável pela especificação eventiva da sentença. O caso de *estar*, sabemos, é bastante delicado, pois lhe é inerente a idéia de “estado (provisório?)”. A questão, todavia, vai muito além dos nossos objetivos. Para uma análise acurada, indicamos os trabalhos de Pontes (1973) e Roberts (1992/ 1993; citado por Ribeiro 1993: 348).

assim pode ser ‘simultâneo’ a S. Sobre a perífrase ainda, note que, além de o verbo “principal” apresentar um morfema que caracteriza o evento como “em progresso / em curso”, também o conteúdo lexical de *estar* parece reforçar essa caracterização. Como consequência, a relação que está em jogo é a de inclusão de S no intervalo temporal estabelecido pelo evento, não a de simultaneidade. Novamente, a ancoragem ao tempo S deve acontecer no componente coberto (LF), pois o “auxiliar” da construção se encontra no presente que exibe morfologia neutra para a sintaxe.

3.2.2 O pretérito perfeito e o passado composto

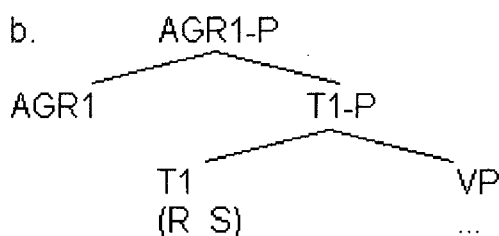
Para a proposta do pretérito perfeito, vamos considerar:

- a) as derivações de sentenças que Giorgi & Pianesi (1997) propõem para o italiano e para o português europeu;
- b) a proposta que fizemos para a adoção de uma estrutura temporal composta para o pretérito perfeito do PB, baseados em Hornstein (1993);
- c) outras análises de cunho morfológico que contribuam para a discussão, como a de Camara (1970).

Começamos, pois, com a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) para os tempos simples do italiano. Para estes autores, nos tempos italianos passado e futuro simples, a derivação resulta em uma estrutura como a em (2), seção 3.1.1, retomado em (30b) por conveniência:

(30) a. Gianni mangiò la mela

/G. comeu a maçã/



Em (30b), como vemos, somente T1 é projetada, pois neste caso R/E são simultâneos, e então a interpretação temporal específica se deve à ordenação entre S e R. Tal interpretação pode ser exemplificada através da análise dos pares de sentenças em (31) testadas com advérbios – retomadas de (9), cap. 2 (exemplos de Bertinetto (1986: 412)):

- (31) a. Massimo *mangiò* il gelato **da dieci minuti*
 /Máximo tomou o sorvete há dez minutos/
 b. Massimo *mangiò* il gelato *dieci minuti prima*
 /Máximo tomou o sorvete dez minutos antes...

Conforme comentamos na seção 2.1.1, em (31a), o advérbio mede o intervalo ocorrido entre o fim do evento *mangiare il gelato* e o tempo da fala; em (31b), por sua vez, *dieci minuti prima* individua o fim do evento e um outro instante, a ser precisado, que não é o tempo S⁹. A interpretação temporal do passado simples é,

⁹ Conforme comentamos anteriormente, a hipótese de Bertinetto (1986) é que em (31a), um adjunto como *da dieci minuti* não pode ser usado com o passado simples (*mangiò*) porque ele individua um espaço de tempo que corresponde ao intervalo que separa a conclusão do processo ao tempo R, momento que é ausente nos tempos simples do italiano. A sentença seria, assim, gramatical se o tempo em questão fosse o passado composto. Nós discordamos deste autor, dado que em (31b), com o passado simples, há necessidade de uma referência, anterior a S, para que o evento possa ser temporalmente localizado. Para o autor, trata-se apenas de um localizador temporal (LT), mas parece-nos que, pelo menos em (31b), o localizador temporal serve de fato como uma referência. Em (31b), é necessário um outro evento para localizarmos o evento *tomou o*

pois, que o evento acontecido no passado é privado de ligação com o tempo S (Bertinetto 1986: 429) ¹⁰. Tal interpretação produz, por conseguinte, a estrutura E,R_S, formada pelas relações E,R e R_S, capturada por Giorgi & Pianesi (1997) em (30b), sob o pressuposto de que a única relação interpretada é R_S, ou seja, aquela de T1.

No português, entretanto, a situação não é exatamente esta, como discutimos na seção 2.1.1 e podemos atestar pela própria tradução dos exemplos em (31): tanto advérbios que medem um intervalo entre o fim de um evento até S – advérbios que Ilari (1996) denomina dêiticos, quanto uma oração adverbial localizando o evento com relação a outro podem ser usados com o pretérito perfeito. Nas sentenças em (32), por exemplo,

- (32) a. Em 1998, muitas enchentes ocorreram em Santa Catarina
b. O João já saiu de casa?

vemos que o nosso pretérito perfeito de fato apresenta as interpretações que corresponderiam, em italiano, a dois tempos com estruturas diversas: em (32a), assumindo que advérbios podem modificar tanto R quanto E, podemos dizer que o advérbio incide sobre E, enquanto em (32b), sobre R. Neste último exemplo, R é simultâneo a S (ou melhor, R parece incluir S), pois é a partir do *já* que

sorvete, como em *tomou o sorvete antes de a Maria chegar*. Assim entendemos que também o passado simples italiano deve apresentar um tempo R em sua estrutura temporal.

¹⁰ Gostaríamos de esclarecer que Bertinetto (1986: 55) atribui ao passado simples italiano a estrutura temporal E, LT_S, onde LT significa Localizador Temporal. No capítulo 4, voltamos a discutir com mais detalhes a hipótese de Bertinetto (1986) de que os tempos simples não possuem Tempo de referência.

estabelecemos temporalmente a saída de João. Considere ainda os exemplos em (33) e (34), analisados por Giorgi & Pianesi (1997) na seção 3.1.3 (cf. (17)- (18)):

- (33) a. Adesso ho mangiato abbastanza
/agora tenho comido o suficiente/
b. *Adesso mangiai abbastanza
- (34) a. Agora já tem [sic! *tenho*] comido o suficiente
b. Agora já comi o suficiente

As sentenças em (33) mostram, segundo os autores, que a aceitabilidade do advérbio *adesso* (*agora*), não permitidos com o passado simples, distingue as duas formas de passado no italiano. Em português, entretanto, a melhor tradução para (33a) é (34b), com a forma verbal simples, pois a sentença com a forma composta em (34a) apresenta um significado diferente, que se refere ao hábito de comer o suficiente.

Pelas evidências acima, Giorgi & Pianesi (1997:51) defendem que o português (europeu) é semelhante ao latim no que se refere ao pretérito perfeito ser um T2, i.e., um tempo em que a relação relevante é R_E, do *present perfect*, ainda que, sintaticamente, esse núcleo não apresente a morfologia de particípio típica do passado composto. Além disso, mostram os autores, existem outros motivos para tal assunção, a saber:

a) a hipótese prevê a inexistência de **tive comido*, pois aí T1 seria igualmente a lexicalização de outro R_E, violando o T-critério (cf. (29) da seção 1.1.4): tanto T1 quanto T2 não teriam interpretações específicas, mas interpretações idênticas;

b) a existência de um pretérito mais-que-perfeito sintético (também um tempo T2), mostrando que o sistema temporal português exibe tipicamente o comportamento de assimilar o auxiliar;

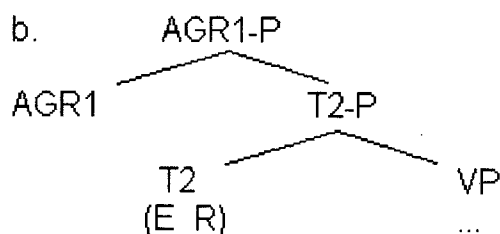
c) outras evidências, como a sentença em (25), de Vázquez Costa & Mendes da Luz (1989: 526), repetida em (35):

(35) Outro exame mais e terminaste o curso

em que a interpretação temporal da sentença é a de que o terminar do curso se localiza no futuro, embora a forma verbal esteja no passado. Esse mesmo exemplo em outras línguas românicas é construído com o *present perfect*, não com o passado simples.

Por estes motivos, Giorgi & Pianesi (1997) propõem que no português o pretérito perfeito, em uma sentença como (36a), tenha uma derivação correspondente a (36b):

(36) a. Os meninos comeram a maçã



Para os autores, supomos, *-ra-* expressaria o valor temporal da forma verbal (passado), concretizando assim T2; *-m-* lexicalizaria os traços- ϕ (3ª pessoa do plural), portanto AGR1. AGR2 não é concretizado (é em italiano por sua natureza adjetival). Portanto, a forma não requer um auxiliar, dado que não há marcação

do limite da palavra e, então, não há necessidade de inserir um suporte verbal para checar os traços de AGR1, i.e., T2 pode dar conta da operação de checagem.

No entanto, baseados nas interpretações temporais expressas pelo pretérito perfeito (seção 2.1.1), a nossa proposta é que em PB este tempo tenha uma outra estrutura temporal que não aquela do *present perfect* como defendem Giorgi & Pianesi (1997). Analisando mais cuidadosamente os exemplos explorados pelos autores em (33)/(34), vemos que (34a) pode ser considerada gramatical no PB desde que o advérbio *já* não faça parte da construção e, além disso, *agora* deve significar alguma coisa como “ultimamente”, não denotando simultaneidade entre S/E¹¹. No caso de (34b) – *agora já comi o suficiente*, temos novamente o advérbio *já* “forçando” a perfectividade do evento comer e *agora* que novamente não significa simultaneidade entre S/E. Parece-nos que estes modificadores acabam mesmo acrescentando, ou permitem que o evento seja tomado como um “estado resultante”, no senso de Parsons (1993), ou no de “relevância atual”, de Jespersen (1924, citado por Bertinetto 1986). Repare, por fim, que as sentenças em (34) sequer correspondem à tradução das sentenças italianas em (33), que não apresentam o adverbial *já* (*già*, em italiano). Nós gostaríamos, por esses motivos, de desconsiderá-las como evidência e excluí-las da discussão.

Outra evidência apontada por Giorgi & Pianesi (1997) é a sentença em (35), que não parece uma construção corrente do PB. Intuitivamente falando, o

¹¹ Lembramos que a sentença em (34a) é apresentada pelos autores como sendo do português europeu; quanto ao PB, nosso julgamento é de que ela é, inclusive, agramatical.

fenômeno é muito mais de natureza pragmática que de natureza temporal. Reconsideremos a sentença e sua interpretação temporal:

(37) Outro exame mais e terminaste o curso

Em (37), o locutor se coloca numa perspectiva temporal diversa, produzindo uma estrutura temporal – numa linha de tempo: $S_1_E_1_E_2_ (S_2/R)$. Nesta estrutura, S_1 é o que podemos chamar tempo da fala “real”, E_1 representa o evento “exame”, E_2 é o término do curso e S_2 , o “tempo da fala” em que o locutor se coloca para proferir E_2 . Podemos ler como: o locutor em S_1 se desloca para S_2 , no futuro, e daquele momento, situa E_1 e E_2 . A interpretação temporal da sentença em (37) se assemelha muito à descrição que Camara (1967: 39) dá para o futuro do pretérito. Modificando Camara (1967: 39), teríamos: é preciso que o sujeito falante, reportando-se ao futuro e continuando a situar-se no presente, considere, dessa posição por assim dizer ubíqua, o que ocorreu anteriormente ao momento do futuro a que assim se reportou¹². Note ainda que, em função da intenção do falante, formas verbais no futuro do pretérito ou no futuro do presente não produzem o mesmo efeito:

- (37') a. Outro exame mais e terminarias o curso
b. Outro exame mais e vais terminar o curso

¹² A formulação original de Camara (1967:39) para o futuro do pretérito é: “é preciso que o sujeito falante, reportando-se ao passado e continuando a situar-se no presente, considere, dessa posição por assim dizer ubíqua, o que ocorreu posteriormente ao momento do passado a que assim se reportou.”

pois (37'a) produziria uma interpretação em que o evento *terminar* (o curso) é apenas uma possibilidade, não uma certeza. Segundo Camara (1967: 46), para uma interpretação genuinamente temporal do futuro do pretérito é necessário “que a referência ao passado se decomponha em eventos sucessivos em função do primeiro, que é objetivado em sua realidade, ou, noutros termos, surpreendido em sua ocorrência”. Ora, feitas as devidas acomodações, em (37'a) parece que a referência ao futuro se decompõe em outro evento (o exame) que antecede o *terminar*, mas que não é objetivado em sua realidade. Em outras palavras, tanto o exame quanto o *terminar* pertencem ao futuro e, assim, a construção não denota certeza, mas possibilidade. Quanto a (37'b), com o futuro do presente, igualmente o locutor não alcançaria seu objetivo. Parece-nos claro que quem profere (37) quer enfatizar alguma coisa como “logo, logo, tudo será passado” etc. Se o locutor se utilizar de (37'b), o fato de haver ainda um exame a ser vencido será a referência para o ouvinte e a intenção do falante não teria êxito. Com o pretérito perfeito, por outro lado, a referência é o S₂, um tempo “livre de exames e cursos”; o morfema deste tempo, portanto, não só se encarrega de localizar o *terminar* do curso como passado a S₂ como também o faz atribuindo-lhe um valor aspectual de completude. Assim, intuitivamente, acreditamos que, sendo a intenção do falante o fator de peso em (37), o fenômeno pode ser caracterizado como de natureza pragmática e não se relaciona à suposição de que o pretérito perfeito do PB seria equivalente a um *tens terminado* na versão em italiano ou outras línguas românicas¹³.

¹³ Ademais, não temos certeza da veracidade da afirmação de Giorgi & Pianesi (1997:51), citando Vázquez Costa & Mendes da Luz (1989:526), pois para nosso informante (chileno) a sentença em (37) é marginal com o passado composto em espanhol, sendo indubitavelmente gramatical com o passado simples e o futuro perfeito daquela língua.

Passemos, pois, à evidência apresentada pelos autores baseada na inexistência da forma *tive comido*. Em primeiro lugar, do ponto de vista temporal, a estrutura semântica temporal de *ebbi mangiato*¹⁴ é equivalente à estrutura do pretérito mais-que-perfeito do PB, informação que nos faz questionar se o fenômeno em questão é realmente de natureza temporal. Não nos surpreende, por isso, o fato que nossos informantes italianos não usarem e nem conseguirem explicar os contextos de uso para a forma *ebbi mangiato*, empregando em seu lugar o pretérito mais-que-perfeito *avevo mangiato* (*eu tinha comido*) ou o passado simples *mangiai* (*comi*).

Por isso, pode ser verdadeiro que não exista em PB uma forma como *tive comido* por uma questão de economia, mas também é verdadeiro que a estrutura temporal que mais se aproxima de *ebbi mangiato* em PB é a do mais-que-perfeito ou a de perfeito, desde que devidamente modificada por adverbiais (cf. (10b), da seção 2.1.1: *Ricardo tomou o sorvete dez minutos antes da Maria chegar*).

Além disso, concordamos que, no PB, muitas vezes, a forma verbal correspondente ao *passato prossimo* e ao *passato remoto* italianos é, no PB, o pretérito perfeito, mas outros fatores precisam ser considerados para que a correspondência entre as formas das duas línguas se estabeleça. Como demonstramos, para que o pretérito perfeito seja equivalente, do ponto de vista temporal, ao *passato prossimo*, precisamos ter um “suporte” no PB, como um advérbio ou uma outra oração em função adverbial¹⁵ (cf. (18), da seção 2.1.1, no

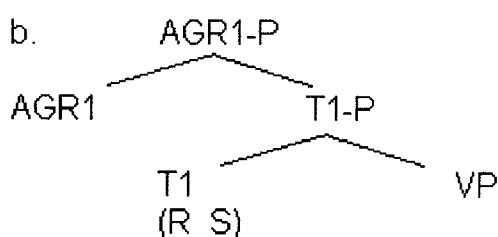
¹⁴ Em curso (Scuola Normale Superiore, Pisa (2000)), Bertinetto & Bianchi atribuem ao *trapassato remoto* italiano a estrutura E_R_S, equivalente a do pretérito mais-que-perfeito, portanto.

¹⁵ O que tal fenômeno parece evidenciar é que as estruturas semânticas temporais podem sofrer modificações em sua estrutura básica, como propõe Hornstein 1993, gerando uma estrutura temporal secundária. O trabalho deste autor mostra exatamente que, dadas certas restrições, a presença de adjuntos adverbiais modifica a estrutura básica temporal (BTS) em uma estrutura derivada (DTS). Adiante (cf. cap. 4), vamos explorar esta proposta.

sentido inclusivo: *as mulheres deste lugar sempre usaram saia*). A questão que surge desta constatação é: se o pretérito perfeito do PB fosse T2 (isto é, denotasse a relação E_R pertencente à combinação do *present perfect* E_R,S), por que precisaria de um modificador para expressar essa relação? Estamos, portanto, refutando a assunção de Giorgi & Pianesi (1997), segundo a qual o pretérito perfeito do português é T2 (sem o auxiliar).

Feitas estas considerações, lançamos como proposta para uma sentença como a em (38a) uma derivação do tipo de (38b):

(38) a. Eles comeram banana

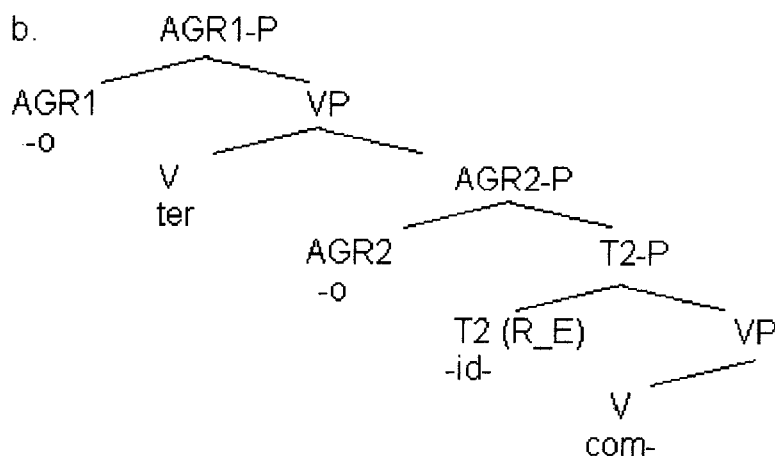


Em (38b), como defendemos para o pretérito perfeito na seção 2.1.1, a interpretação temporal específica é obtida pela ordenação de R como anterior a S. Por isso, como no passado simples italiano, apenas T1 é projetado, sendo E/R simultâneos. Nos casos em que temos modificação adverbial e que tornam o passado simples do PB semelhante ao *passato prossimo* italiano, vamos supor, por ora, que advérbios como *já* ocupam um lugar mais alto na derivação, alterando a estrutura básica temporal do perfeito. No próximo capítulo, quando tratarmos de modificação adverbial temporal, tentaremos dar mais detalhes para implementar essa idéia.

A nossa proposta para o pretérito perfeito não exclui a existência de um passado composto. A razão maior para sua inclusão entre os tempos que

compõem o sistema temporal do PB é que, dos tempos do PB, o passado composto é o único que expressa o valor de inclusão sem necessidade de qualquer modificação adverbial (cf. *tenho morado por muito tempo neste lugar*, exemplo (19b) da seção 2.1.1). Assim, sugerimos para este tempo, em uma sentença como a em (39a), a derivação em (39b):

(39) a. Eu tenho comido banana



Em (39b), T2 (ou Part-P, ou ASP-P) domina diretamente o verbo em VP, atribuindo sua função-T ao verbo. Entretanto, T2 no PB não possui natureza adjetival e, portanto, não requisitaria AGR2 para fechar a projeção, mas a projeção é necessária para checagem de traços- ϕ . Temos um AGR2 nulo, com o particípio do PB apresentando sempre a terminação -o, de masculino/singular, opção por falta. Acima da projeção de AGR2, o auxiliar projeta o segundo VP e uma projeção AGR1 é requisitada para checagem dos traços visíveis de pessoa e número. Repare que T1, como no italiano, também não é projetado, dado que o tempo presente do auxiliar é, morfologicamente, não-marcado. Note, ainda, que tentamos derivar a peculiaridade do nosso passado composto mostrando que, no caso do PB, se S é caracterizado como pontual e o presente é caracterizado

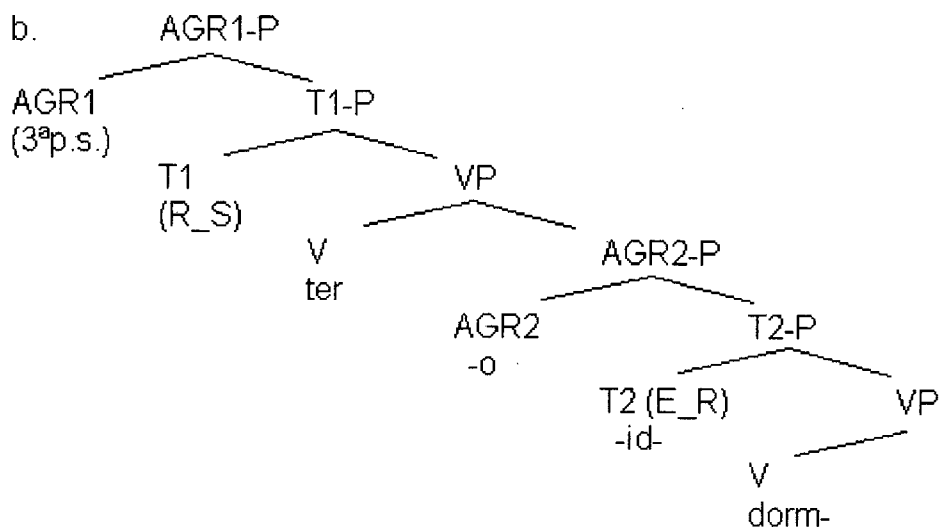
como [+perf], então, em LF, ambos não podem ser simultâneos. Se, por outro lado, inserirmos a noção de intervalo contendo S, que sofre escopo de um operador genérico, gerando a leitura habitual, então podemos pensar que neste intervalo habitual estão inseridos também vários eventos perfectivos com em uma seqüência de evento que não se fecha em sua totalidade. De qualquer modo, não encontramos uma explicação semântica formal que desse conta de explicar o que acontece com os traços temporais dos predicados que formam o passado composto em LF.

3.2.3 O pretérito mais-que-perfeito

Dos tempos até aqui explorados, o pretérito mais-que-perfeito¹⁶ é o que menos oferece dificuldades em relação à sua estrutura temporal básica, pois os tempos E/R/S são, em geral, concretizados na sentença. Para uma sentença como a em (40a), propomos uma derivação como a em (40b):

(40) a. A Maria tinha dormido às dez horas

¹⁶ Estamos excluindo de nossa análise o pretérito mais-que-perfeito sintético porque, como falantes do PB, sequer temos intuição para descrever temporalmente seus contextos de uso.



Na derivação em (40b), o verbo principal projeta o VP mais baixo, enquanto o auxiliar projeta o mais alto. O verbo auxiliar se move para T1 e o principal para T2 (ou ASP-P), a projeção do particípio para checagem de traços. T1 domina o verbo auxiliar em VP, atribuindo-lhe sua função-T (R_S). Uma projeção AGR1, então, checka os traços visíveis de pessoa e número. O verbo principal, uma vez em T2, também recebe sua função-T (E_R). Uma projeção AGR2 nula é requisitada para checagem de traços, tendo o particípio a terminação -o, de masculino/singular, opção por falta. Em LF, o feixe dos traços relevantes do predicado principal se adjunge ao feixe de traços do auxiliar, formando a estrutura temporal do pretérito mais-que-perfeito (E_R_S).

Sobre este tempo composto, ainda, algo mais precisa ser dito, pois o fato de que os tempos E/R/S serem separados faz com que a posição em que se coloca o adjunto adverbial desempenhe aí um papel crucial para a interpretação temporal da sentença. Na seção 2.1.1 (exemplo (6) e interpretações em (7)), mencionamos (sem explorar) o problema levantado por Ilari (1997a) de que uma sentença com predicado no pretérito mais-que-perfeito pode apresentar mais de uma interpretação conforme atribuímos a incidência do advérbio sobre E ou R. Observemos, por exemplo, (41) e suas possíveis interpretações em (42):

(41) A Maria tinha dormido às dez horas

(42) a. às dez horas, o dormir de Maria era um fato passado

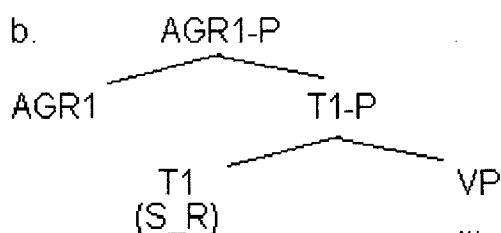
b. o dormir de Maria ocorreu às dez horas, em algum momento do passado

Em (42a), temos uma interpretação obtida pela incidência do adjunto às *dez horas* sobre R; o evento dormir de Maria se localiza temporalmente como anterior a R. Em (42b), por sua vez, temos a incidência do adverbial sobre o evento dormir de Maria. Para nós, entretanto, parece que o mais-que-perfeito necessita que R esteja sempre lexicalizado em um adjunto, ou ancorado a um evento de fundo, como no caso do imperfeito (cf. seção 2.4.3). Assim, se o adjunto se encontra à direita do evento, como em (41), então o adjunto é interpretado como incidindo sobre E, deixando a sentença incompleta, carente da especificação de R (cf. a *Maria tinha dormido às dez horas quando o sino tocou três vezes*). Nesse sentido, repare que em uma sentença como (41), usamos, em geral, um advérbio como *já*, incidindo sobre o adverbial de tempo e forçando o evento a ser interpretado como anterior a às *dez horas*. Vamos deixar, entretanto, esta questão para ser explorada no próximo capítulo, dedicado à modificação adverbial, seus fenômenos e suas possíveis derivações.

3.2.4 O futuro do presente

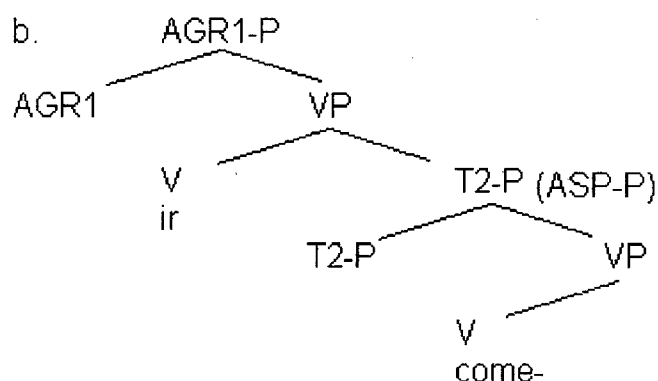
Em princípio, como propõem Giorgi & Pianesi (1997: 44), o futuro do presente (simples) licenciam a primeira parte da estrutura, em que somente T1 está presente seguida pelo verbo principal sem auxiliar. Assim, uma sentença como (43a) apresenta uma derivação como a em (43b):

(43) a. João comerá uma banana



Na derivação em (43b), T1 que reflete a posterioridade de E em relação a S através de R. Uma vez que a relação entre R/E é neutra, não há uma relação para ser lexicalizada por outro predicado nem uma função-T para ser atribuída. No entanto, uma sentença como a em (43a), em que temos o morfema do futuro do presente não corresponde, na maioria das vezes, à expressão do futuro do PB falado. Atualmente, é preferencial a perífrase formada pelo auxiliar *ir* no presente mais o predicado principal no infinitivo. Note que, embora tenhamos aqui dois verbos que, por sua morfologia, qualificamos como perfectivos, i.e., o presente e o infinitivo, a construção não apresenta problemas com relação ao princípio da pontualidade (cf. (79) da seção 2.4.1), pois a relação em jogo não é a de simultaneidade, mas a de posterioridade. Assim, sugerimos uma derivação como (44b) para uma sentença como a em (44a):

(44) a. Eu vou comer a maçã



Repare que na derivação em (44b), o verbo “auxiliar”¹⁷ da perífrase de futuro se encontra no presente. Sendo não-marcado morfologicamente, T1 não é requisitado na sintaxe visível. A checagem dos traços- τ , portanto, deve acontecer em LF. No caso de T2 (ou ASP), propusemos que a morfologia de infinitivo (impessoal) apresenta aspecto perfectivo (cf. seção 2.4.2), i.e., de aspecto concluso em relação a R, daí sua presença na derivação.

Sendo estas as derivações básicas sugeridas para a sintaxe temporal de sentenças raízes do PB, vamos explorar, no próximo capítulo, um pouco de sintaxe temporal considerando a modificação adverbial.

3.3 Concluindo o capítulo

Neste capítulo, particularmente na seção 3.1.1, acompanhamos a proposta de Giorgi & Pianesi (1997) para os sistemas temporais do italiano, inglês, latim e português europeu. Um ponto importante nesta investigação está ligado ao fato que o italiano usa auxiliares para obter formas verbais complexas, enquanto isso não acontece no latim (clássico). Os autores tentam mostrar que a diferença principal entre o italiano e o latim, e de certo modo a análise se estende ao português, não se liga à presença ou à ausência de auxiliares, mas a uma especificação divergente dos traços dos morfemas temporais nas duas línguas. Mas, ainda que essa diferença exista, Giorgi & Pianesi tentam derivá-la da especificidade da língua com relação ao estatuto categorial de T2: em italiano, T2

¹⁷ Como no progressivo, novamente assumimos uma noção ingênua do que seja um auxiliar, mas Camara (1967: 41) também denomina de auxiliar verbos que participam de formas perifrásticas ou locuções de futuro, como *hei de... tenho de*, etc., “...quando assinalam primordialmente a intenção ou o movimento físico”, caso em que inserimos o nosso *ir* da forma perifrástica em discussão.

é adjetival, enquanto no latim (e no português) ele é compatível com traços verbais de pessoa (AGR1).

Vejam os brevemente como os autores implementam a proposta às línguas inicialmente citadas. Em tempos compostos, o VP mais baixo é projetado pelo verbo principal, enquanto o mais alto é projetado pelo auxiliar. Os verbos se movem para T1 (auxiliar) e para T2 (projeção de particípio ocupada pelo verbo principal). As duas projeções lexicalizam as relações S/R e E/R e atribuem, dessa maneira, sua função-T. Cada sentença em italiano contendo um T2 apresenta também um AGR2, pois nesta língua T2 possui caráter adjetival e não poderia chegar seus traços- ϕ com AGR1, que carrega traços tipicamente verbais como o de pessoa. AGR2 é também responsável por definir o limite de uma palavra, identificando um item X^0 com o qual pode lidar o componente morfológico.

No caso de tempos simples, apenas T1 (e AGR1) aparece na derivação. T2 não é projetado, pois a relação entre o evento E e R é neutra. O tempo presente, dentre os tempos simples, recebe atenção especial: o VP onde se localiza o evento é diretamente dominado por AGR-P, pois este tempo é morfológicamente não-marcado e os tempos E/R/S são simultâneos. A relação de simultaneidade sofre o processo de checagem em LF.

Para o inglês, língua em que a raiz verbal é seguida por (no máximo) um sufixo (i.e., o único morfema temporal existente, *-ed*, não pode ser seguido pelo morfema de pessoa), os autores propõem que os traços- ϕ e os traços- τ pertencem ao mesmo feixe na matriz inicial e projetam uma única categoria sincrética, AGR/T. Tal categoria tem um estatuto especial, pois o valor dos traços de concordância implica o valor de traços temporais, mas não vice-versa. Ou seja, a existência de valores [\pm pessoa] de AGR implica o valor não-marcado de traços

temporais ([-passado]); por outro lado, ter o valor temporal marcado [+passado] não tem implicação sobre valores de concordância. Se necessário, os traços da categoria AGR/T podem ser dispersados na derivação (cf. seção 1.2.4), disponibilizando uma posição *Spec* adicional. Finalmente, conforme estabelecido pela Restrição de Ordenamento Universal (Giorgi & Pianesi 1997: cap. 1, §1.1.4), a checagem de traços- ϕ não pode ser ulterior a de traços- τ . Isto faz com que o inglês tenha um sistema temporal equivalente ao do italiano e de outras línguas, pois nesta checagem dispersada, a projeção AGR acaba dominando a projeção TP.

Passemos agora ao sistema do latim clássico. Segundo os autores, as formas simples latinas são perfeitas e correspondem às formas compostas do italiano. Sendo perfeitas, uma forma latina como *laudavit* (*ele tem louvado*) é considerada como projeção de T2, em que se estabelece a relação E/R. Como T2 parece verbal, i.e., carrega traços de pessoa, ela não requer um auxiliar ou um T1. T2 é, então, dominada diretamente por AGR1, responsável pela checagem de traços verbais. A mesma análise (podendo variar minimamente se houver incorporação morfológica) serve para explicar formas como *laudaveram* (*tinha louvado*).

É exatamente este tipo de tratamento que Giorgi & Pianesi (1997) propõem para o português europeu, língua entendida como tendo propriedades intermediárias entre o italiano e o latim. À parte os tempos simples, como o futuro e o presente, a derivação obtida para o latim é proposta para o pretérito perfeito, um T2, expressando a relação E__R, compatível no entanto com AGR1, por apresentar traços de concordância verbais. Esta caracterização do pretérito perfeito português se segue tendo em vista a equivalência entre sentenças neste

tempo com sentenças no italiano expressas pelo *passato prossimo*. Para os autores, o fato de não existir no português uma forma como *tive comido* como oposta à forma *tinha comido* prova que dois núcleos T2 não podem ocorrer na derivação, o que se constituiria uma violação ao princípio de economia (Chomsky 1995, § 5.4). Como vimos na seção 3.1.3, Giorgi & Pianesi (1997) excluem o passado composto enquanto forma temporal, por entenderem que neste caso *ter* deve ser interpretado como verbo pleno, não como auxiliar.

Na seção dedicada ao PB, concordamos com os autores no que se refere aos tempos simples como o futuro e o presente. No caso do presente, sugerimos adicionalmente a derivação para uma sentença no progressivo presente que acreditamos estar mais e mais substituindo o presente simples no PB falado. Adicionalmente, indicamos também a derivação de uma sentença com a perífrase de futuro (*ir* no presente + predicado principal no infinitivo), como a forma alternativa de se sinalizar, em PB falado, a posterioridade de um evento em relação a S.

Discordamos, entretanto, que o pretérito perfeito deva ser tratado como um T2. Conforme a análise exaustiva realizada no capítulo 2, mostramos que o pretérito perfeito não apresenta comportamento equivalente ao *passato prossimo*, uma vez que para se obter a chamada “relevância atual” com o pretérito perfeito é necessário a inserção de modificadores adverbiais como *já*, *agora* etc. Também mostramos que o passado composto, ainda que se apresente com uma semântica bastante diversa em comparação às demais línguas românicas, é o único, dos tempos do PB, que dá conta do valor de inclusão sem necessidade de quaisquer modificadores adverbiais. Propomos, então a derivação para uma sentença com o passado composto semelhante à do italiano.

Ainda neste capítulo, apresentamos uma possível derivação para o pretérito mais-que-perfeito (composto), onde as projeções AGR1/2 e TP1/2 se concretizam sem problemas. Quanto ao pretérito mais-que-perfeito sintético, consideramos já excluído do sistema temporal do PB e nos esquivamos de outras considerações.

4. TEMPO E MODIFICAÇÃO ADVERBIAL

4.1 Modificação adverbial no sistema temporal

Nos capítulos anteriores, vimos alguns fenômenos temporais aparentemente causados pela presença de modificadores adverbiais de tempo. Atribuímos estruturas semânticas básicas a cada tempo, mas estas estruturas se mostraram sensíveis à modificação adverbial.

Neste capítulo, vamos rever alguns dos fenômenos ligados ao caráter de R e à modificação adverbial, procurando mostrar que é possível encontrar aí alguma sistematicidade. Para isso, utilizaremos o trabalho de Hornstein (1993)¹, tentando, em seguida, integrar a semântica composicional deste autor à sintaxe do PB.

Segundo Hornstein (1993), a modificação adverbial altera a estrutura básica de um tempo verbal, desassociando os pontos reichenbachianos S/R/E. Como veremos na seção 4.1.2, se a incidência adverbial respeita algumas restrições, temos como resultado uma sentença bem formada; do contrário, a modificação adverbial não produz uma interpretação temporal plausível.

Na seção 4.1.3, tentaremos explorar a sintaxe de adverbiais de tempo a fim de integrá-los à caracterização semântica e sintática proposta nos capítulos anteriores. Para essa tarefa, vamos seguir parcialmente o trabalho de Hornstein (1993) e de Thompson (1996), propondo alterações que sirvam aos nossos objetivos.

¹ Expomos detalhadamente a obra de Hornstein (1993) no trabalho "Reflexos da modificação adverbial em estruturas temporais", que foi apresentado como qualificação em semântica, requisito parcial ao curso de doutorado da UFSC (jun./1999). Assim, muito do que exploramos aqui são resultados de uma revisão daquela investigação.

Uma consideração importante é que não vamos derivar os tempos verbais, como fizemos anteriormente, associando os morfemas temporais às combinações S/R e E/R e a posições sintáticas, i.e., T1 e T2, respectivamente. Para efeitos de modificação adverbial, tratamos de postular que cada uma dessas posições está relacionada a um tempo em particular: T1 está para S, T2 para R, e V, para E.

4.1.1 Revendo fenômenos com adverbiais temporais

O primeiro fenômeno surgiu com a discussão da estrutura temporal do pretérito perfeito. Retomemos a discussão, considerando as sentenças em (1):

- (1) a. O João viajou ontem
 b. As crianças já dormiram
 c. A Maria também dormiu antes do Pedro chegar

Em (1a), a interpretação temporal da sentença parece colocar R, *ontem*, simultâneo ao evento de viajar, o que produziria a estrutura E,R_S. Em (1b), com o advérbio *já*, a interpretação temporal produz a estrutura E_R,S, o dormir das crianças (E) é anterior a outro momento (R) – concretizado pelo *já* – que é simultâneo a S. Por fim, em (1c), o evento dormir (E) é anterior e um outro evento (R) que, por sua vez é anterior ao tempo da fala. Tal interpretação produz, então, a estrutura E_R_S.

Outro fenômeno com modificadores adverbiais vem da observação do comportamento destes adverbiais quando a forma verbal é o mais-que-perfeito. É de Ilari (1997a) a análise segundo a qual podemos ter interpretações distintas de acordo com a incidência adverbial (cf. seção 2.1.1, ex. (6)):

- (2) Maria tinha chegado às 7 de ontem
- a. às sete de ontem, a chegada de Maria era um fato passado
 - b. em algum momento do passado, a chegada de Maria era um fato passado, acontecido às sete de ontem

Em (2a), temos a interpretação em que a incidência adverbial se dá sobre R; é a interpretação básica do mais-que-perfeito em que R é anterior a S, e E é anterior a R. Em (2b), interpretamos o adverbial modificando, ou especificando, diretamente o evento de chegar pela Maria; trata-se da mesma estrutura, mas neste caso R não é concretizado.

Outros fenômenos de natureza semelhante podem ser observados com eventos no presente, por exemplo, que aceitam modificação por adverbiais como *amanhã*, e com eventos no passado, que não permitem facilmente a modificação de advérbios que não sejam de passado.

4.1.2 A proposta de Hornstein (1993) e o PB

No primeiro capítulo de *As Time Goes By*, Hornstein (1993) esboça uma teoria que procura explicar, via semântica composicional, os tempos do inglês. Partindo da teoria reichenbachiana, o autor toma os tempos básicos do inglês como agregações dos momentos SRE ordenados por duas relações: *linearidade* e *associatividade*. Os tempos básicos são tratados como estruturas temporais básicas (BTS, do original, *basic tense structure*), cuja combinação com advérbios é uma das formas de produzir configurações temporais complexas, as DTSs (DTS, *derived tense structure*). Segundo Hornstein (trad. livre; p.16), “formalmente, a modificação adverbial reorganiza linearmente os tempos R (de

Referência) e E (do Evento) de acordo com o significado de advérbios² particulares”. Hornstein (1993: 15) define as seguintes restrições, em (3), (4) e (5), sobre a reorganização de estruturas básicas, BTSs, para produzir as DTSs:

- (3) X associa-se a Y = *def* X está separado de Y por uma vírgula.
- (4) BTSs são preservadas se e somente se
 - a. Não há ponto associado em DTS que não seja associado em BTS;
 - b. A ordem linear de pontos em DTS é a mesma que em BTS.
- (5) CDTS³ - restrição sobre DTS: DTS deve preservar BTS.

As DTSs surgem de modos variados. Os advérbios se combinam com um tempo básico produzindo uma combinação temporal complexa. De acordo com Hornstein, os advérbios de tempo podem ser mapeados para R e/ou E. Além disso, qualquer advérbio temporal deve ser mapeado sobre pelo menos um destes tempos, dado que⁴ “um elemento lingüístico não pode ocorrer ociosamente em uma sentença. [...] Se um modificador está presente, ele deve modificar alguma coisa”.

A CDTS explica os padrões de aceitabilidade de sentenças com advérbios temporais, porque limita a manipulação de S/R/E. Uma estrutura temporal complexa só tem interpretação temporal se sua estrutura temporal básica for

² Existem dois tipos de advérbios: os dêiticos e os anafóricos. Os dêiticos localizam momentos por referência ao momento da fala. Os anafóricos, por sua vez, são os advérbios que podem se orientar para outros momentos que não o da fala. Conforme Ilari (1996:160), uma parte dos adjuntos de tempo pode ser empregado indiferentemente como dêitico ou anafórico. Um advérbio como *ontem* é dêitico em *o João saiu de casa ontem* porque localiza temporalmente a saída de João em relação ao tempo da fala. Já em *o João saiu ontem às duas horas, às duas horas* é anafórico, pois é interpretado temporalmente a partir de outro advérbio, *ontem* e não em relação a S. O trabalho de Hornstein (1993:30) não faz distinção entre estes dois tipos de advérbios.

³ Do original em inglês *Constraint on DTS*.

⁴ Trad. livre de Hornstein (1993: 15), citando Chomsky (1986) e o *Principle of full interpretation*.

advérbio que realiza a intermediação entre E e S. Em outras palavras, o advérbio em (6a) não só localiza o evento como anterior a S, mas o faz deiticamente. Repare que há uma diferença interessante entre o tipo de relação entre E e S que se estabelece quando o evento é modificado por advérbios dêíticos, como *ontem*, e a modificação realizada por advérbios anafóricos (cf. nota 2), como *às duas horas*, que incidem diretamente sobre o evento ou sobre um outro adverbial.

Nesse sentido, um adverbial como *às duas horas* poderia mesmo receber o estatuto de mero 'localizador temporal', seguindo Bertinetto (1986). Para este autor, conforme refutamos em nota (cf. nota 9, seção 3.2.2), em tempos simples não temos um momento R e advérbios temporais, modificando sentenças nestes tempos, são apenas localizadores temporais. Entretanto, se aceitamos R como mediador, como o fazem Giorgi & Pianesi (1997), Hornstein (1993), entre outros, parece que o contraste entre os dois tipos de advérbios fornece indicações de que a possibilidade de posicionarmos deiticamente um evento no passado pode ser uma evidência favorável à existência de R também em tempos simples.

Passemos, então, à segunda sentença, apresentada em (1b) e retomada em (7a), que representa um problema para a teoria de Hornstein (cf. em (7b)):

- (7) a. As crianças já dormiram

b.

E, R	_ S	→	E _ R,	S
				já

A DTS em (7b) é bem formada (a sentença é boa no PB). Vemos que a ordem dos tempos se mantém igual e a dissociação de E/R não consta como violação à CDTS. Entretanto, R não poderia se associar a S, pois tal associação se constitui uma violação à restrição em (4a).

R ou somente de E acaba dando conta de explicar as duas possibilidades interpretativas para o pretérito mais-que-perfeito do PB.

Vamos encerrar, então, esta seção certos de que demonstramos ser possível negociar com os fenômenos levantados nos capítulos 2 e 3 referentes à modificação adverbial. O trabalho de Hornstein (1993) tem ainda outros *insights* que, se necessário, serão apresentados durante a próxima seção, inseridos na proposta sintática.

4.1.3 A sintaxe dos adverbiais de tempo

Conforme estabelecemos no capítulo inicial (cf. seção 1.1.4), os tempos estabelecem relações entre os eventos *e/s*. Assumimos ainda que os morfemas temporais ordenam os tempos através da mediação de R. Por exemplo, o morfema de tempo passado ordena R, simultâneo com E, como anterior a S (cf. em (11a) e (11b)), enquanto o morfema de tempo futuro organiza R, simultâneo com E, como posterior a S (cf. em (12a) e (12b)):

(11) a. Maria saiu de casa

b. E, R _ S (estrutura temporal do pretérito perfeito)

(12) a. Maria vai sair de casa

b. S _ R, E (estrutura temporal do futuro do presente)

O fato de os morfemas temporais estarem alocados em Infl⁶ fez Hornstein (1993) associar o ponto S com este núcleo. Thompson (1996), adaptando a postulação para o minimalismo, associa o traço semântico de S com o núcleo de TP. Para nós, a assunção de Hornstein parece correta e, então, associamos o traço semântico S a T1-P, a projeção temporal mais alta na derivação.

No caso de tempos compostos, assumimos que o auxiliar *ter*, tomado como um morfema aspectual, ordena o E como anterior a R, como em (13a) e (13b), e sua ausência organiza o E como simultâneo a R, como em (14a) e (14b):

(13) a. A Maria tinha encontrado o amor de sua vida.

b. E _ R _ S (estrutura temporal do mais-que-perfeito)

(14) a. A Maria encontrou o amor de sua vida.

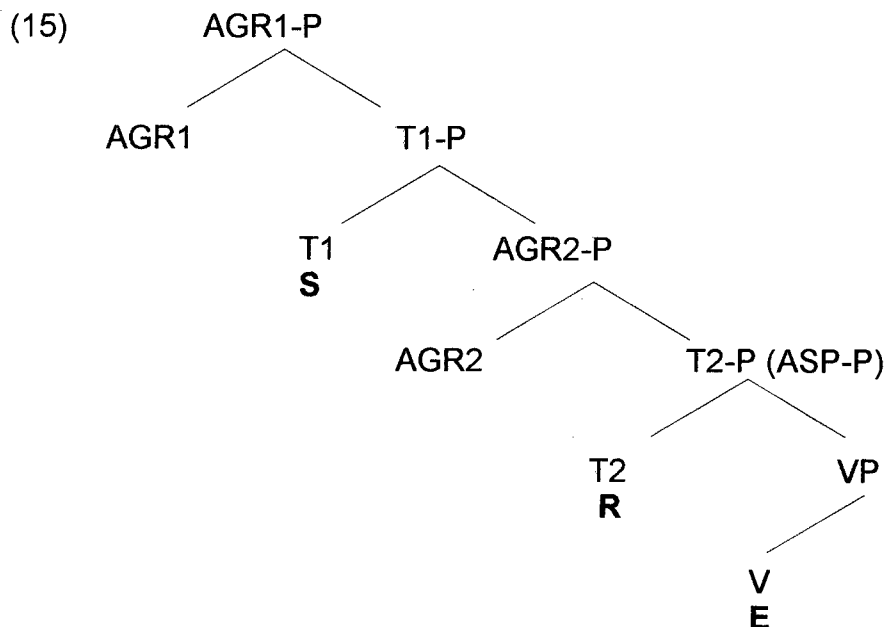
b. E, R _ S (estrutura temporal do pretérito perfeito)

Parece-nos, portanto, natural que R seja representado como um traço semântico associado com o núcleo de T2-P, posicionado entre T1-P e VP(2)⁷.

Em suma, para tratar de modificação adverbial, vamos associar os tempos reichenbachianos com núcleos sintáticos da seguinte maneira: o E é um traço semântico associado com V, o núcleo de VP(2); o S, um traço associado com T1, núcleo de T1-P; o R, um traço associado com T2, o núcleo de T2-P, conforme ilustrado em (15):

⁶ Hornstein utiliza, portanto, a teoria gerativa como proposta em *Lectures on Government and Binding* (Chomsky 1981; citado por Hornstein 1993).

⁷ A nossa hipótese é a de que os tempos R/S são traços semânticos presentes com a morfologia temporal. Se, então, não houver evidência morfológica, supomos que a incidência do adjunto sobre determinado núcleo (T1/T2) deve ocorrer em LF.



Feitas as devidas acomodações, é através da postulação de uma derivação como a em (15) que Thompson (1996) procura demonstrar que a restrição de localidade sobre a modificação adverbial pode ser explicada sob a perspectiva minimalista. Observando as sentenças em (16), vemos que (16a) não pode significar o que (16b) significa:

- (16) a. O João disse *rapidamente* que a Maria fez o almoço
 b. O João disse que a Maria *rapidamente* fez o almoço

A sentença em (16a) mostra que, embora o advérbio *rapidamente* tenha escopo (c-comande) sobre o VP da sentença encaixada, ele só pode modificar o VP matriz; em outras palavras, somente o evento de dizer pode ser interpretado como ocorrendo rapidamente, não o evento de fazer o almoço.

Esta restrição de localidade é formulada por Uriagereka (1988: 208)⁸ em termos de regência⁹ como em (17):

- (17) Condição sobre modificação adverbial: um advérbio deve reger o elemento que ele modifica.

o que explicaria a restrição em (16a): *rapidamente* modifica apenas o evento matriz porque o advérbio rege somente o VP matriz e não o encaixado.

Como a noção de regência não faz parte do arcabouço teórico do Programa minimalista, encontramos em Thompson (1996) uma reformulação deste requerimento através da noção de domínio de modificação, em (18), obtida através da noção de domínio de checagem de Chomsky (1995; cap. 3: 178)¹⁰:

- (18) a. Condição sobre modificação adverbial: um advérbio deve estar no mesmo domínio de modificação que o elemento que ele modifica
- b. Domínio de modificação: o domínio de modificação de um núcleo α é o resíduo mínimo de α .

Esta definição de domínio de modificação pode ser observada em (19)¹¹:

⁸ Citado por Thompson (1996: 16).

⁹ A autora assume a seguinte noção de regência:

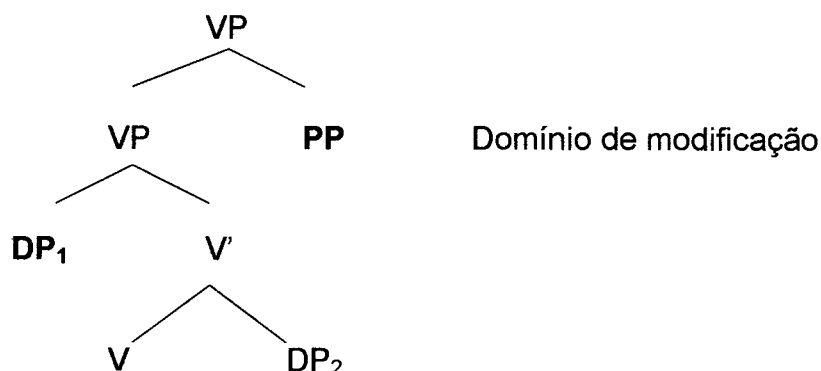
(i) α rege β se e somente se α c-comanda β e β c-comanda α . (p.16)

¹⁰ Citado por Thompson, 1996: 16.

¹¹ De acordo com Thompson (1996: 17, nota 4), a definição de domínio de modificação assume as seguintes definições (de Chomsky 1995, cap. 3: 178).

(i) a. o domínio de α é o conjunto de nódulos contidos em $\text{Max}(\alpha)$ que são distintos e não contêm α

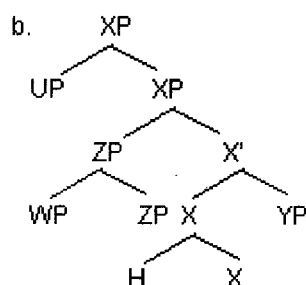
O domínio de X em (ib) é: {UP, ZP, WP, YP, H}:

(19)¹²

em que o domínio de modificação de V inclui DP₁ e o PP adjunto, mas não DP₂.

Seguindo Thompson (1996), assumimos, então, que os advérbios se adjungem livremente na construção antes de *Spell-Out* e que eles modificam o tempo localizado no núcleo do XP a que se adjungem.

No caso dos advérbios de tempo, a modificação é realizada, portanto, em dois lugares: V e T2¹³. A nossa proposta é a de que advérbios que modificam o



- c. o domínio complementar de α é o subconjunto do domínio reflexivamente dominado pelo complemento da construção
O domínio complementar de X em (ib) é YP e qualquer coisa que ele domine.
- d. o resíduo mínimo (domínio de modificação) de (um núcleo) α inclui os elementos dentro do domínio de α que não estão dentro do domínio complementar de α .
O resíduo mínimo de X em (ib) é {UP, ZP, WP, H}.

¹² Dado seu teor ilustrativo, mantivemos a estrutura em (19) como proposta por Thompson (1996: 18).

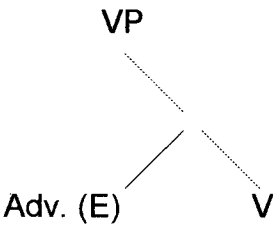
¹³ Em nota de rodapé, Hornstein (1993: nota 6, p. 197) comenta sobre a impossibilidade de os advérbios temporais modificarem o ponto S. Para o autor, o fenômeno talvez tenha ligação com o fato de o ponto S ser um elemento dêitico e poder se encontrar interpretativamente ancorado dentro da situação comunicativa; (i), por exemplo,

(i) O João saiu às 3 horas

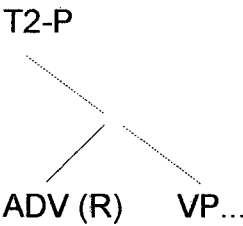
não pode ser interpretada temporalmente como *O João saiu e são 3 horas agora*. Os motivos para isto permanecem, entretanto, sem explicação.

tempo E são adjungidos a VP, como em (20); e advérbios que modificam o tempo R são adjungidos a T2-P, como em (21):

(20)



(21)



Note que, em (20), o domínio de modificação do adverbial inclui o verbo lexical em V°. (20) representa, então, a derivação de uma sentença como a em (22a). Em (21), o domínio de modificação do adverbial R inclui T2 e o elemento que ocupar o *Spec* de T2-P. (21) é a derivação de uma sentença como a em (22b):

- (22) a. João tinha encontrado o Mário ontem às 3 horas
 b. Ontem, João tinha encontrado o Mário às três horas

A análise de Thompson (1996) e Hornstein (1993) prevê que quando um advérbio em posição final modifica o R e outro modifica o E na mesma sentença, o adverbial R deve ocorrer após o adverbial E, uma vez que o adverbial R está estruturalmente acima do adverbial E. Conforme vemos em (23), esta previsão não parece se confirmar:

- (23) a. João tinha saído há uma semana ontem
 b. Ontem, o João (ontem) tinha saído há uma semana
 c. *?Há uma semana João tinha saído ontem

No entanto, aqui devemos retomar a proposta como originalmente proposta por Hornstein (1993: 24): numa sentença como a em (23a), a incidência adverbial funciona como em qualquer sentença “normal” modificada por um bloco de advérbios temporais. Quando esses advérbios são separados, os resultados obtidos são outros. A sentença em (23b), por exemplo, carrega a mesma interpretação que a correspondente em (23a), enquanto aquela em (23c) é agramatical, ou, no mínimo, desviante.

Sob tal perspectiva, a análise de Thompson (1996) se confirma: em (23a), *há uma semana ontem* especifica o tempo em que ocorreu a saída de João (tempo do evento), estando todo o constituinte incluso no domínio de modificação de V. Em (23b), por sua vez, *ontem* especifica o tempo a partir do qual o tempo do evento é avaliado (tempo de referência). Por estar associado a um núcleo mais alto, em T2, o adjunto *ontem* pode se movimentar para uma posição mais alta, ou topicalizada (cf. Klein 1992: 535), sem prejuízo interpretativo. No caso de (23c), o “adjunto” *há uma semana* está incluso no domínio de modificação de V, ao qual E se encontra associado, e, por isso, o movimento para fora desse domínio causa uma interpretação temporal inadequada, resultando em agramaticalidade.

Com relação à posição que um adjunto temporal ocupa em uma sentença, há ainda outros fenômenos a serem considerados. Discutindo a interação das posições sintáticas de advérbios pontuais com a interpretação aspectual de sentenças, Bianchi et al. (1995: 310) defendem que existem três posições que

podem ser ocupadas por estes adverbiais. Destas, duas são certamente válidas no PB:

- (24) a. Às cinco horas, a Maria chamou o José
 b. ??A Maria chamou o José, às cinco horas
 c. A Maria chamou o José às cinco horas

Na primeira sentença, em (24a), o adverbial ocupa uma posição sentencial inicial, seguido por uma parada de entonação. Em (24b), a posição sentencial é final, precedida pela parada de entonação. Finalmente, a terceira posição é final, sem entonação especial, com o adverbial seguindo o verbo e seu complemento, como em (24c).

Segundo Bianchi et al. (1995: 310), nos dois primeiros casos, os adverbiais se situam fora do 'núcleo predicativo' da sentença e, assim, elas podem ser chamadas *posições externas*. Adotando a estrutura funcional da sentença como proposta por Belletti (1990), as posições externas seriam adjungidas à esquerda e à direita da projeção máxima de concordância do sujeito (Agr-S):

- (25) [C° [Agr°-S [Neg° [T°... [V°...]]]]¹⁴

No caso da terceira posição (cf. (24c)), esta é interna ao núcleo predicativo, como se pode ver pelo teste de negação contrastiva (cf. Antonucci & Cinque 1977: 144-146; citados por Bianchi et al. 1995: 310). A negação sentencial pode induzir um *focus* contrastivo sob um constituinte que está dentro de seu escopo.

¹⁴ Bianchi et al. (1995: 322, nota 5) lembram que a estrutura contém somente as projeções relevantes para a discussão.

Isto é possível para um adverbial em posição interna, mas não em posição externa (exs. adaptados de Bianchi et al. 1995: 311):

- (26) a. ?*Às cinco horas, a Maria não chamou o José, mas às seis
 b. A Maria não chamou o José às cinco horas, mas às seis

Em (25), a negação sentencial corresponde ao núcleo funcional Neg^o, que está situado entre Agr e T. A gramaticalidade de (26b) mostra que a posição interna é c-comandada por Neg e, portanto, adverbiais-E devem ser adjungidos a alguma projeção mais baixa que NegP. Em nossa proposta, Neg deve estar entre AGR1 e T (T1 ou T2, conforme o tempo seja simples ou composto). De qualquer modo, entendemos que os resultados do teste não são conclusivos, pois a agramaticalidade de (26a) pode ser devida a outras restrições interpretativas, como a localidade exigida na recuperação do elemento implícito (cf. *Às cinco horas, a Maria não chamou o José, mas chamou às seis*).

Vejamos agora como os advérbios se posicionam no caso de tempos compostos. Em primeiro lugar, sabemos que a modificação adverbial (por um único advérbio) em tempos como o pretérito mais-que-perfeito produz, ao menos superficialmente, duas interpretações diferentes: uma em que a incidência se dá sobre R, e outra, em que ela acontece sobre E (cf. Ilari 1997a), anteriormente explicados, do ponto de vista semântico, pela proposta de Hornstein (1993). Observemos as sentenças em (27):

- (27) a. Às cinco, a Maria tinha chamado o José
 b. A Maria tinha chamado o José às cinco

Vemos que a possibilidade de termos duas interpretações é verdadeira para a modificação em (27a), ou seja, quando o adverbial se encontra na posição externa. Em (27b), por outro lado, em posição interna, a modificação só pode ser interpretada como incidindo sobre E. Tal fenômeno é atestado também no italiano, conforme comenta Bianchi et al. (1995: 312, ex. (6c)).

A comparação entre o italiano e o PB nos traz um outro dado interessante – cf. (28a), do PB, e (28b), de Bianchi et al. (1995: 312, ex. (7)):

- (28) a. Quando chegaste, o João (já) tinha saído às cinco
 b. *Quando arrivai, Gianni era già uscito alle cinque

Diferentemente ao PB, em italiano, as duas posições não podem ser preenchidas simultaneamente. Para o italiano, parece ser válida a observação de Comrie (1976: 56, citado por Bianchi et al. 1995: 313) de que este tempo pode incidir sobre dois pontos diferentes. De um lado, ele pode se referir a E (sob a assunção de que E precede um ponto temporal relevante). De outro lado, o mais-que-perfeito pode focar R, referindo-se a uma situação que ocorreu anterior a ele. Conforme vimos em (28a), no PB, as duas posições podem ser preenchidas simultaneamente e é difícil estabelecer se o mais-que-perfeito incide sobre um dos tempos (E/R) em detrimento do outro. O mais-que-perfeito do PB também apresenta uma outra peculiaridade em relação ao italiano, que pode ser visto nas sentenças em (29) e (30):

- (29) a. Às cinco horas, a Maria tinha encontrado o José
 b. Às cinco horas, a Maria já tinha encontrado o José
 (30) a. A Maria tinha encontrado o José às cinco horas

b. A Maria já tinha encontrado o José às cinco horas

Mesmo que a literatura especializada atribua ao adverbial em (29a) a possibilidade de dupla incidência, e ao adverbial em (30a) incidência única sobre E, segundo nossa intuição, estas sentenças parecem incompletas: (29a), por exemplo, precisa de uma outra incidência evidenciando a presença de R; a incompletude é, em geral, preenchida por *já*, como em (29b), que força a localização temporal do evento como anterior ao adverbial. No caso de (30a), a incompletude é notória e a presença de *já* parece não recuperar do contexto a referência necessária (cf. *quando o Arnaldo chegou, a Maria já tinha encontrado o José às cinco horas*).

Esses dados nos fazem crer que R, no PB, é indispensável quando o tempo da sentença é o pretérito mais-que-perfeito. Seria interessante uma investigação em bancos de dados para confirmarmos essa intuição.

4.2 Concluindo o capítulo

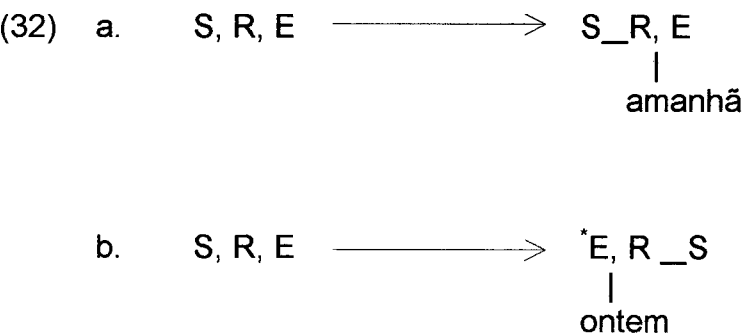
Neste capítulo, retomamos alguns problemas deixados em aberto nos capítulos anteriores referentes à alteração que sofrem as estruturas semânticas temporais mediante modificação adverbial.

Para trabalhar com fenômenos dessa natureza, utilizamos a teoria de Hornstein (1993), para quem a modificação adverbial reorganiza linearmente os tempos R (de Referência) e E (do Evento) de acordo com o significado de certos advérbios. Este autor propõe, então, que tomemos os tempos básicos do inglês como agregações dos momentos SRE ordenados pelas relações de *linearidade* e *associatividade*. As estruturas temporais básicas (BTS) se combinam com

advérbios e produzem configurações temporais complexas, ou estruturas temporais complexas (DTS).

A CDTS, restrição que se aplica sobre as DTSSs, explica os padrões de aceitabilidade de sentenças com advérbios temporais limitando a manipulação de S/R/E. Uma estrutura temporal complexa tem interpretação temporal somente se sua estrutura temporal básica for preservada. Em outras palavras, tempos não associados não podem ser associados pela modificação dos advérbios; e a ordem dos pontos SRE da estrutura temporal básica, ou BTS, deve se manter após a modificação adverbial. Assim, as sentenças em (31) têm DTSSs como em (32):

- (31) a. A Maria está viajando amanhã
- b. *A Maria está viajando ontem



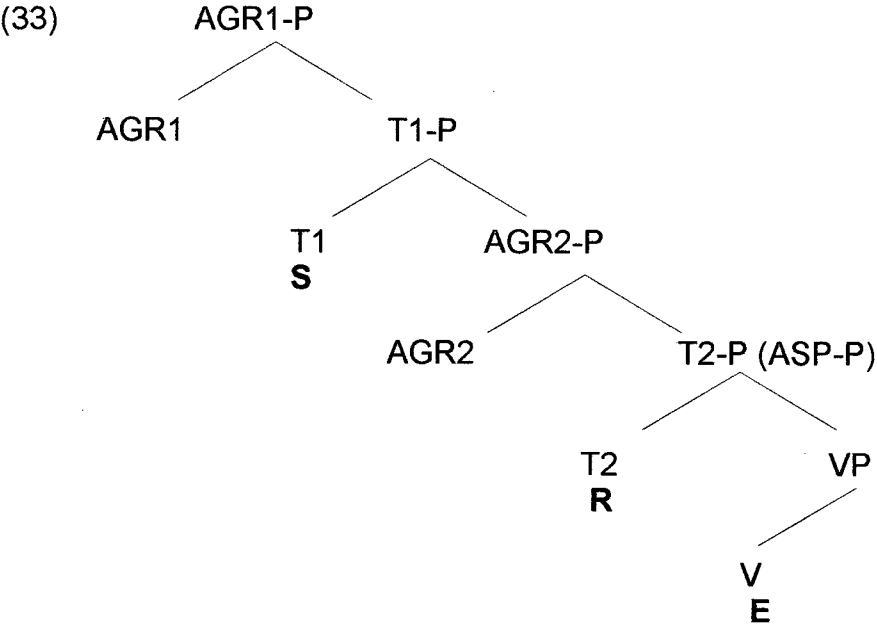
(31b) é agramatical no PB. Sob a análise hornsteiniana, sua agramaticalidade é esperada, pois a DTS de (31b) em (32b) mostra que a incidência adverbial reordena os tempos E/R/S movendo E/R para a esquerda de S, interpretação de passado. Sendo a CDTS violada, a sentença não tem interpretação temporal coerente. No caso de (31a), temos uma sentença bem formada, pois sua DTS em (32a) respeita as restrições da CDTS: os tempos E/R/S mantêm a ordem básica do presente e não há associação após a modificação adverbial.

A restrição sobre qualquer nova associação em DTS somada à análise da sentença em (7a) – *as crianças já dormiram* – com o adverbial *já*, levou-nos a sugerir que a existência de tal restrição pode ter relação com aspectualidade, uma vez que a associação R/S é considerada marca de perfectividade do *passato prossimo* do italiano, por exemplo, enquanto a associação entre E/R caracteriza a perfectividade do nosso pretérito perfeito.

O trabalho de Hornstein (1993) se mostrou frutífero também no que se refere a sua aplicação em termos sintáticos. Em Thompson (1996), encontramos uma boa adaptação que recolocou a proposta de Hornstein dentro da proposta minimalista.

Através da observação das diferentes interpretações temporais obtidas, dependendo da posição do advérbio na sintaxe superficial, Thompson (1996) desenvolveu uma proposta para buscar a identificação entre sintaxe de superfície e sintaxe temporal. Adotada a proposta, associamos os tempos com núcleos sintáticos: o E é um traço semântico associado com V, o núcleo de VP; o S, um traço associado com T(1/2), núcleo de TP; o R, um traço associado com T2, o núcleo de T2-P.

No caso dos advérbios de tempo, a modificação é realizada, portanto, em dois lugares: V e T2. Em outras palavras, advérbios que modificam o ponto E são adjungidos a VP; e advérbios que modificam o ponto R são adjungidos a T2-P, dado que o advérbio modificador de R está estruturalmente acima do advérbio modificador de E. Em (33), podemos ver um exemplo de derivação envolvendo advérbiais E/R (cf. próxima página):



A contribuição da proposta pode ser avaliada principalmente se considerarmos que o mapeamento adverbial na sintaxe visível parece apresentar restrições de localidade. Uma sentença no futuro, como em (34),

- (34)
- a. A Maria vai casar em um mês amanhã.
 - b. *A Maria vai casar amanhã em um mês.
 - c. *Em um mês, a Maria vai casar amanhã.
 - d. Amanhã, a Maria vai casar em um mês.

mostra que, com o movimento do verbo, realmente o ponto R deve se localizar mais alto na estrutura do que E. Em termos minimalistas, aqui se aplicaria igualmente a noção domínio de modificação adverbial: o ponto E precisa fazer parte do resíduo mínimo de V, o que explicaria a agramaticalidade e a impossibilidade de interpretação temporal das sentenças em (34b) e (34c). O

ponto R, por sua vez, não pode ser componente do resíduo mínimo de V, o que explicaria sua “liberdade relativa” na sentença em (34d).

Em Bianchi et al. (1995), procuramos respaldo teórico para defender a tese de que advérbios que modificam o ponto R estão associados a um XP estruturalmente mais alto que os advérbios que modificam o ponto E. A discussão acabou mostrando que também o pretérito mais-que-perfeito do PB, em adição ao pretérito perfeito, apresenta suas particularidades quando comparado ao italiano: no PB, os dois adverbiais (E/R) podem modificar simultaneamente a mesma sentença, enquanto no italiano isso não ocorre.

Para concluir, entendemos que, embora a proposta minimalista esteja em seus passos iniciais para explicar os fenômenos referentes à modificação adverbial, ela não deve ser descartada de todo nessa tarefa. Da proposta Hornstein/Thompson, merece destaque o lugar estrutural a que os tempos E/R/S estão associados: se S é um ponto dêitico, a escolha por associá-lo a um núcleo alto na derivação de uma sentença pode refletir o fato de ele poder estar ancorado dentro do discurso, pois a posição favoreceria o “movimento” extra-sentencial. Intuitivamente também, o local mais apropriado para E parece ser mesmo o núcleo de VP, onde o próprio evento se encontra materializado.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como ponto de partida duas questões centrais: a) é possível falar de uma “sintaxe” de tempo? b) o que se pode exigir de uma sintaxe temporal? Para respondê-las, procuramos na literatura especializada uma obra que enfocasse o assunto não só observando a interpretação temporal das expressões de uma língua, mas também que nos fornecesse respaldo do ponto de vista sintático, semântico e morfológico.

Encontramos, então, em Giorgi & Pianesi (1997) uma resposta positiva ao nosso apelo, ou seja, uma investigação que defende a possibilidade de um sistema temporal, em seu sentido mais amplo, aplicável às línguas humanas. Outro motivo para a escolha é que os autores e obras que fundamentaram o trabalho de Giorgi & Pianesi (1997) vinham sendo investigados por nós em uma série de trabalhos de menor porte anteriores a este. Estes autores são Hornstein (1993), Enç (1986; 1987), Thompson (1996) e Parsons (1990).

Não foi, portanto, ao acaso que optamos por uma teoria de tempo que tem como primitivo eventos. O tempo, nesse domínio, é o “elemento” que estabelece relações entre os eventos e, o evento predador, e s, o evento da fala. Cada tempo é, no sentido de Hornstein (1993), o resultado da combinação das relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade entre R/E, de um lado, e R/S, de outro. A relação entre E e S não se dá de maneira direta, mas ela é sempre mediada por R.

Considerando esta proposta semântica e seguindo a Teoria minimalista (Chomsky 1995), Giorgi & Pianesi (1997) dividem a projeção TP (de Pollock 1989) em duas projeções, cujos núcleos podem recuperar as relações semânticas

mencionadas através da checagem de traços morfológicos: T1, está para a relação visível entre R/S que se encontra no verbo auxiliar de um tempo composto; T2, por sua vez, recupera a relação morfológicamente visível entre E/R concretizada por um predicado verbal em um tempo simples, como o passado e o futuro, ou no particípio. Foi neste arcabouço teórico que procuramos inserir o PB, sem desconsiderar as particularidades que devem integrar o sistema temporal.

Assim, procuramos inicialmente apresentar uma breve descrição de alguns tempos do PB. O primeiro dos tempos estudados foi o pretérito perfeito. Mostramos duas análises de cunho reichenbachiano que defendiam estruturas semânticas temporais diferentes para o perfeito: E,R__S, defendida por Ilari (1997a); outra, E__R,S, defendida por Corôa (1985). Tendo como motivação a análise dos contextos sentenciais e as interpretações aí expressas pelo pretérito perfeito, propusemos, utilizando a teoria de Hornstein (1993), que o nosso pretérito perfeito fosse tomado como um tempo composto pelas relações $R_S + E,R$ (E,R__S). Foi o primeiro ponto em que nos colocamos contrários à proposta feita por Giorgi & Pianesi (1997).

Usando dados do português europeu, os autores caracterizam o pretérito perfeito como T2, que ordena E como anterior a R, numa perspectiva que coloca o nosso passado simples em equivalência interpretativa ao *passato prossimo* italiano. Pela descrição que desenvolvemos, mostramos, entretanto, que o pretérito perfeito não assume todos os valores do passado composto das demais línguas românicas, principalmente o valor inclusivo (cf. Bertinetto 1986). Para denotar tais valores, em PB é necessário que junto do pretérito perfeito haja outros elementos temporais, como adjuntos adverbiais modificando a estrutura básica temporal, no sentido proposto por Hornstein 1993. Por fim, defendemos

para o pretérito perfeito a estrutura que tradicionalmente se tem defendido para o perfeito, ou seja, como resultado da combinação R_S mais E,R (E,R_S). Sintaticamente, assumimos que este tempo verbal é, como no passado simples italiano, T1, responsável por lexicalizar a anterioridade de E em relação a S pela intermediação de R.

Após a caracterização do pretérito perfeito, apresentamos brevemente uma descrição do passado composto retirada sobretudo de Ilari (1997b). Entretanto, dadas as peculiaridades que este tempo tem no português em comparação às demais línguas românicas, não chegamos a uma explicação conclusiva. Mesmo assim, não concordamos com a hipótese de Giorgi & Pianesi (1997) de que esta forma composta deva ser excluída do paradigma temporal do PB. Uma razão para defendermos o nosso passado composto como tempo verbal se deve ao fato de este tempo denotar o valor inclusivo, em que o próprio evento através de R se prolonga até o tempo da fala. Além disso, o passado composto do PB guarda uma leitura temporal quando mostra, nas palavras de Ilari (1997b), uma série de “eventos escalonados no tempo”, ou ainda, dependendo da Aktionsart do verbo empregado na sentença, um evento passado com valor durativo. Encaminhamos, como sugestão, que a morfologia das duas formas verbais que compõem o passado composto tem papel relevante numa pretensa explicação, retomando a caracterização de presente (para o auxiliar) e somando à caracterização de evento conclusivo expresso pelo particípio. Sintaticamente, então, uma sentença com o passado composto do PB pode apresentar uma derivação semelhante a do italiano. A diferença entre as duas línguas é o reflexo do que a morfologia (de cada uma das formas verbais que compõem o passado composto) expressa nestas línguas: o particípio do PB é, além de perfectivo, de caráter verbal,

enquanto o particípio do italiano tem caráter adjetival. No caso do presente, no PB, ainda que temporalmente não-marcado, este tempo é caracterizado como perfectivo, enquanto o presente do italiano não.

Outro tempo verbal do PB que tentamos caracterizar semanticamente foi o presente simples, tomado em contraposição à interpretação temporal expressa pelo progressivo. Conforme discutimos, a expressão simultânea de um evento ao tempo da fala não se dá, no português brasileiro e europeu, através do presente simples, mas preferencialmente por meio do progressivo, no PB, e da perífrase *estar a*, no português europeu (contrariamente ao que defendem Giorgi & Pianesi 1997). As evidências para tal afirmação foram retiradas da comparação dos usos dêiticos apresentados pelo presente simples em línguas como o italiano e o alemão com os mesmos usos no PB (e talvez no inglês) com a forma progressiva. Para caracterizar o presente, adotamos a análise proposta por Giorgi & Pianesi (1997) para o inglês (como dissemos, os autores atribuem ao presente português as mesmas propriedades do presente italiano). Em primeiro lugar, defendemos com Parsons (1990) e com os autores que predicados eventivos são processuais ou que contêm uma parte processual. A noção de processo é, além disso, dependente da noção de estrutura temporal. Como o tempo S é pontual, ou seja, ele não é partilhado por outros eventos e é desprovido de estrutura temporal interna, segue-se que um processo fechado (ou um evento ao qual se adicionaram limites) não pode ser simultâneo a um evento pontual (S). Em outras palavras, no caso do presente simples do PB, que é marcado com o traço [+perf] indicador de fechamento topológico, não é possível estabelecer uma relação de simultaneidade entre E (perfectivo) e o tempo da fala (pontual).

Mostramos que, para se obter a interpretação contínua de presente “real” é necessário, em PB, usar a forma progressiva, de modo que S possa estar incluso no intervalo em curso que o progressivo lexicalmente denota. Também é a inclusão de S em um intervalo que torna possível a expressão da leitura habitual pelo presente simples.

Sob o prisma sintático, concordamos com Giorgi & Pianesi (1997) de que, no presente, não deve haver em uma derivação nenhum dos núcleos recuperadores das relações temporais, já que o presente é, como afirma Camara (1970), morfologicamente não-marcado. A checagem das relações que estabelecem “simultaneidade” entre E/R/S deve ocorrer somente em LF.

Outros tempos verbais foram igualmente caracterizados e pensados sintaticamente, como o pretérito mais-que-perfeito e o futuro do presente. Além disso, estendemos alguns resultados a outros domínios, como os contextos de subordinação que, infelizmente, aguardam outros trabalhos para serem devidamente decifrados e assimilados neste sistema temporal.

Finalmente, baseados no trabalho de Thompson (1996), estabelecemos que alguns núcleos sentenciais, como V, ASP (ou T2) e T1 podem ser, por postulação, associados aos tempos reichenbachianos, respectivamente, E/R/S. Através dessa associação, pudemos pensar onde se adjungem os adverbiais de tempo. A idéia, salientamos, não é livre de questionamentos, mas é um campo interessante para investigação futura. Ademais, é uma boa perspectiva para considerar o avanço que a proposta de Hornstein (1993) representa na caracterização e na explicação semânticas para as visíveis alterações nas estruturas temporais básicas de cada tempo verbal que nos pareceram, de fato, provocadas pela incidência adverbial.

Tentamos, portanto, sustentar a tese de que é possível pensar que as línguas humanas apresentam um sistema temporal, sendo a morfologia o lugar onde se coloca a variação lingüística. Esperamos também ter cumprido com a tarefa de especificar os fatores semânticos, sintáticos e morfológicos envolvidos nesse sistema. Assim, fica registrada a nossa contribuição, que gostaríamos fosse significativa o suficiente para representar algum avanço na investigação lingüística sobre o PB.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, N.M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.
- ALLWOOD, J.; ANDERSSON, L.; DAHL, Ö. *Logic in Linguistics*. Cambridge University Press: 1989. [1ª ed. em inglês: 1977].
- AMBAR, M. Inflected Infinitives Revisited: Genericity and Single Event. In: *Canadian Journal of Linguistics*, 43 (1): 5-36, 1998.
- BERTINETTO, P.M. Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano. Il sistema dell'indicativo. Firenze, Accademia della Crusca, 1986.
- _____. Il verbo. In: RENZI, L. & SALVI, G. (a cura di). *Grande grammatica italiana di consultazione* v.II. Bologna, Il Mulino, 1991. p. 13-161.
- BERTINETTO, P. M. & BIANCHI, V. Anotações do curso: *Linguística Generale*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1999/2000.
- BIANCHI, V. "On the structural position of time clauses". In: AGONIGI, M.; PARADISI, E. (eds.). *Quaderni del Laboratorio di Linguistica* 11. Scuola Normale Superiore di Pisa, 1997. p. 66-90.
- BIANCHI, V.; SQUARTINI, M.; BERTINETTO, P.M. "Perspective Point and Textual Dynamics". In: BERTINETTO, P.M.; BIANCHI, V.; SQUARTINI, M.; HIGGINBOTHAM, J. (eds.). *Temporal reference: Aspect and Actionality*, vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives. Turin: Rosenberg & Sellier, 1995. p. 309-324.
- BULL, W.E. *Time, tense, and verb*. University of California Press, 1971.
- CAMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, [1ªed.1970] 1995.

- _____. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: Georgetown University Press, 1967.
- CASTILHO, A.; CASTILHO, C. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 213-260.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.
- CORÔA, M. L. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- COSTA, J. On the behavior of adverbs in sentence-final context. In: *The linguistic Review* 14, 1997. p. 43-68.
- CUNHA, G. A. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 (5ª impressão).
- EMMEL, I. & PIRES DE OLIVEIRA, R. "Handout" do seminário sobre o trabalho de Kratzer (*Building Statives*). Florianópolis: UFSC (Curso de Semântica de Eventos), 2000.
- ENÇ, M. Towards a Referential Analysis of Temporal Expressions. *Linguistics and Philosophy* 9. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1996. p. 405-426.
- _____. Anchoring Conditions for Tense. *Linguistic Inquiry* 18 (4). MIT Press: 1987. p.633-657.
- FIGUEIREDO SILVA, M.C. *A posição sujeito no português brasileiro. frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- GIORGI, A. & PIANESI, F. *Tense and Aspect: From Semantics to Morphosyntax*. New York: Oxford University Press, 1997.

- GODÓI, H. *Aspectos do Aspecto*. Campinas (SP): IEL, UNICAMP, 1992 (tese de doutoramento).
- HALE, K.; KEYSER, S. J. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-109.
- HORNSTEIN, N. *As Time Goes By: Tense and Universal Grammar*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto: EDUC, 1997a.
- _____. Notas para uma semântica do Passado Composto em Português. Campinas (SP): UNICAMP, 1997b. (manuscrito)
- _____. Sobre os advérbios aspectuais. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 153-192.
- KLEIN, W. The Present Perfect Puzzle. In: *Language*, 68(3), 1992. p.525-552.
- LARSON, R. K. On the Double Object Construction. In: *Linguistic Inquiry* 19(3). MIT Press: 1988. p. 335-391.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA M. C.; LOPES, R. E. V. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis (SC): Insular, 1998.
- OGIHARA, T. The Semantics of Tense in Embedded Clauses. In: *Linguistic Inquiry* 26. MIT Press: 1995. p. 663-679.
- PARSONS, T. Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics. Cambridge: MIT Press, 1990.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Anotações do curso: *Semântica de Eventos*. Florianópolis: UFSC, 2000 (2º sem.).

- POLLOCK, J. Y. Verb Movements, Universal Grammar and the Structure of IP.
In: *Linguistic Inquiry* 20. MIT Press: 1989. p. 365-424.
- PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RAPOSO, Eduardo P. Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.
- RIBEIRO, I. "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser". In: ILARI, R. (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 343-379.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. 1947. Reprinted in 1966 by Free Press.
- SCHMITZ, J. R. "The progressive construction and stativeness in Brazilian Portuguese". In: LANTOLF, J. P. & STONE, G. B. (eds.). *Current Research in Romance Languages*. I.U.L.C.: 1982. p. 145-56.
- SILVÉRIO, S. M. *Reflexos da Modificação Adverbial em Estruturas Temporais*. Florianópolis: UFSC, jun./1999. (trabalho de qualificação em Semântica)
- _____. *Algumas considerações sobre Tempo nas orações encaixadas do PB*. Florianópolis: UFSC, 1999. (inédito)
- STOWELL, T. "The Tense of Infinitives," *Linguistic Inquiry*, 13. MIT: 1982. p. 561-570.
- STROIK, T. "Adverbs as V-Sisters", *Linguistic Inquiry*, 21. MIT: 1990. p. 564-661.
- THOMPSON, E. *The Syntax of Tense*. University of Maryland: 1996. Doctoral Dissertation.

WESTPHAL, G. F. "On the syntax and semantics of the perfect tense". In:
CAMPOS, J. & MIOTO, C. (orgs.). *Letras de hoje: Gramática gerativa - sintaxe*
29. Porto Alegre, EDIPUCRS, jun. 1994. p. 7-17.